



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA – UNESP
Faculdade de Filosofia e Ciências – Câmpus de Marília

AMARO TROCO NOMBO

PROSTITUIÇÃO NA ADOLESCÊNCIA E ESCOLARIZAÇÃO DE JOVENS
ANGOLANAS

MARÍLIA
2026

AMARO TROCO NOMBO

**PROSTITUIÇÃO NA ADOLESCÊNCIA E ESCOLARIZAÇÃO DE JOVENS
ANGOLANAS**

Dissertação apresentada à
Universidade Estadual Paulista
(UNESP) “Júlio de Mesquita Filho”,
Faculdade de Filosofia e Ciências,
Câmpus de Marília, para obtenção do
título de Mestre em Educação.

Linha de Pesquisa “Políticas
Educacionais, Gestão de Sistemas e
Organizações Educacionais,
Trabalho e Movimentos Sociais”.

Orientador: Prof. Dr. Julio Cesar
Torres

**MARÍLIA
2026**

Nombo, Amaro Troco

N799p

Prostituição na Adolescência e Escolarização de Jovens Angolanas / Amaro Troco Nombo. -- Marília, 2026

105 p. : il., fotos

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília

Orientador: Julio Cesar Torres

1. Prostituição. 2. Educação Sexual. 3. Adolescentes. 4. Vulnerabilidade Social. I. Título.

AMARO TROCO NOMBO

**PROSTITUIÇÃO NA ADOLESCÊNCIA E ESCOLARIZAÇÃO DE JOVENS
ANGOLANAS**

Dissertação apresentada à
Universidade Estadual Paulista
(UNESP) “Júlio de Mesquita Filho”,
Faculdade de Filosofia e Ciências,
Câmpus de Marília, para obtenção do
título de Mestre em Educação.

Data da defesa: 15/05/2026

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Julio Cesar Torres
UNESP – FFC – Marília

Prof. Dr. Henrique Tahan Novaes
UNESP – FFC – Marília

Profa. Dra. Hilda Maria Gonçalves da Silva
UNESP – FCHS – Franca

Dedico esta dissertação a todas as profissionais do sexo, em especial as do município sede do Huambo, a todos os leitores e, especialmente, à comunidade estudantil.

AGRADECIMENTOS

A Deus uno e trino, protetor das nossas vidas, que fez o possível para chegarmos à meta final. Ao meu pai de feliz memória, a minha mãe por terem me colocado neste mundo e por me terem educado, o meu muito obrigado! Os meus agradecimentos vão para o meu orientador, Professor Doutor Julio Cesar Torres por disponibilizar seu tempo, abrir as portas e acreditar nas minhas capacidades e insuficiências, a ponto de ter assumido trabalhar e orientar esta dissertação, o meu muito obrigado. Agradeço do fundo do meu coração a Doutora Jaqueline Ferreira de Almeida, pela partilha de ideias e contribuído para o fim da minha dissertação, o meu muito obrigado. O meu agradecimento vai também aos membros da banca, que aceitaram estar presentes neste dia especial para minha vida académica, o meu muito obrigado.

A todos os meus colegas do Brasil, de Moçambique, Guiné Bissau e Angola com os quais caminhamos até ao percurso final, o nosso muito obrigado.

Por fim, a toda minha família, especialmente aos meus filhos, e a todos que direta ou indiretamente contribuíram para esta dissertação, a nossa sempiterna gratidão e que Deus vos abençoe!

A prostituição coloca as pessoas em poder de outras e sem qualquer afeto por elas.

RESUMO

Esta pesquisa aborda a prostituição de adolescentes e a escolarização dessas jovens. A investigação central desta problemática visa compreender as motivações que levam as adolescentes a se envolverem nessa prática. Desta forma, o trabalho dedicou especial atenção às causas da prostituição, retomando alguns dos fatores apontados pelos autores e pesquisadores (Lopes, 2010); (Silva, 2020); (Almeida, 2025) e outros. Uma das principais variáveis associadas a esse fenômeno é a pobreza das famílias das meninas. A literatura oferece diferentes explicações para esse fenômeno, desde as questões familiares até a busca pelo consumismo. Assim, o objetivo do estudo é investigar as explicações sociais que levam essas jovens às ruas, destacando o impacto da falta de emprego, a pobreza e as necessidades familiares nessa prática, além da influência na trajetória escolar das adolescentes. Importa esclarecer que este estudo foi realizado por meio dos métodos quantitativos e qualitativos. As técnicas de recolha de dados utilizadas foram o questionário, aplicados a 30 adolescentes do município sede do Huambo, e a entrevista aplicada a quatro responsáveis de diversas instituições do município sede do Huambo. Os resultados demonstram que os fatores que contribuem para a prostituição neste município sede são a pobreza das famílias, que se caracteriza pelo desemprego dos pais/encarregados de educação, a vulnerabilidade social, a desestruturação familiar, dada a falta de acompanhamento dos pais/encarregados de educação.

PALAVRAS-CHAVES: Prostituição, Educação Sexual, Desestruturação Familiar, Adolescentes, Angola.

ABSTRACT

This research addresses adolescent prostitution and the schooling of these young girls. The central investigation of this issue aims to understand the motivations that lead adolescents to engage in this practice. Thus, this study dedicated special attention to the causes of prostitution, reviewing some of the factors pointed out by authors and researchers (Lopes, 2010); (Silva, 2020); (Almeida, 2025), among others. One of the main variables associated with this phenomenon is the poverty of the girls' families. The literature offers different explanations for this phenomenon, ranging from family issues to the pursuit of consumerism. Therefore, the objective of this study is to investigate the social explanations that drive these young girls to the streets, highlighting the impact of the lack of employment, poverty, and family needs on this practice, as well as its influence on the academic trajectory of these adolescents. It is important to clarify that this study was conducted using both quantitative and qualitative methods. The data collection techniques used were a questionnaire, applied to 30 adolescents from the municipality of Huambo, and interviews conducted with four officials from various institutions in the municipality of Huambo. The results demonstrate that the factors contributing to prostitution in this municipality are family poverty, characterized by the unemployment of parents/guardians, social vulnerability, and family breakdown, due to the lack of guidance and support from parents/guardians.

KEYWORDS: Prostitution, Sexual Education, Family Breakdown, Adolescents, Angola.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento

OPHI: Oxford Poverty and Human Development Initiative

IPM: Índice de Pobreza Multidimensional

EJA: Educação de Jovens e Adultos.

INE: Instituto Nacional de Estatística.

ONU: Organização das Nações Unidas.

IIMS: Inquérito de Indicadores Múltiplos e de Saúde

PNUD: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

CDC: Convenção sobre os Direitos da Criança

CFB: Caminho de Ferro de Benguela

RNA: Rádio Nacional de Angola

MINSA: Ministério da Saúde de Angola

MINPLAN: Ministério do Planeamento

MED: Ministério da Educação

OIT: Organização Internacional do Trabalho

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Foto de Huambo	22
--	-----------

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Idade das participantes da pesquisa -----	60
Gráfico 2- Com quem vivem as participantes da pesquisa-----	61
Gráfico 3-Trabalho dos pais -----	62
Gráfico 4-Profissão do encarregado de Educação -----	63
Gráfico 5-Nível acadêmico dos pais ou encarregados de Educação-----	64
Gráfico 6– Nível acadêmico ou trajetória Escolar -----	65
Gráfico 7– Informações quanto ao estudo das participantes -----	66
Gráfico 8– Informações quanto a quem paga a formação -----	67
Gráfico 9– Informações quanto à busca por emprego -----	68
Gráfico 10 – Trabalho em emprego simples -----	69
Gráfico 11– Amizade com quem trabalha na hospedaria -----	70
Gráfico 12– Vida social das participantes da pesquisa -----	71
Gráfico 13– Dias de presencialidade na hospedaria -----	72
Gráfico 14-Valores -praticados pelas participantes da pesquisa -----	73
Gráfico 15 – Valor por encontro de uma noite -----	74
Gráfico 16 – Quantidade de parceiros diferentes em uma noite -----	75
Gráfico 17 – Uso de proteção -----	76
Gráfico 18 – Local dos encontros -----	77
Gráfico 19 – Uso dos valores recebidos nos encontros -----	78
Gráfico 20 – Continuidade no trabalho -----	79
Gráfico 21 – Sentimentos das participantes da pesquisa -----	80

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. Objetivo Geral:	17
3. Objetivos Específicos:	17
4. 1.1. PERFIL E ESTRUTURA DEMOGRÁFICA	19
5. 1.2. INDICADORES SOCIAIS E CONDIÇÕES DE VIDA	20
6. 1.3. DINÂMICA ECONÓMICA E DESAFIOS	20
7. 1.4 CONTEXTO SOCIODEMOGRÁFICO E CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DO HUAMBO	21
8. 1.4.2 - Perfil Demográfico	22
9. 1.4. 3 - Indicadores Sociais e Condições de Vida	23
10. 1.4.4- Habitação e Saneamento Básico	24
11. 1.4.5- Dinâmica Económica	24
12. 1.5- A EDUCAÇÃO EM ANGOLA.....	25
13. CAPÍTULO II - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	30
14. 2.1 HISTÓRIA DA PROSTITUIÇÃO	30
15. 2.2 CONCEITO DE PROSTITUIÇÃO	32
16. 2.3 TRAJETÓRIAS ESCOLARES DE ADOLESCENTES QUE ESTÃO NO MUNDO DA PROSTITUIÇÃO	35
17. 2.4. FATORES DETERMINANTES DA PROSTITUIÇÃO	38
18. 2.4.1. O fator pobreza.....	39
19. 2.4.2. Fatores familiares	41
20. 2.4.3 O fator desemprego	44
21. 2.4.4. A questão do consumismo	45
22. 2.4.5 A questão do sujeito.....	46
23. 2.4.6 A sexualidade na adolescência	46
24. 2.4.7 Falta de acesso à formação ou educação formal.....	47
25. 2.4.8. O fator violência.....	48
26. 2.4.9. Drogas e consumo excessivo de bebidas alcoólicas.....	49
27. 2.5. AS CONSEQUÊNCIAS DA PROSTITUIÇÃO	52
28. 2.6. CONCEITO DE ADOLESCÊNCIA	53
29. 2.6.1 Educação Sexual.....	56
30. 2.6.2-Situação de vulnerabilidade social	56
31. CAPÍTULO III - APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS INQUÉRITOS APLICADOS ÀS ADOLESCENTES QUE ESTÃO NO MUNDO DA PROSTITUIÇÃO	59
32. 3.1. CARATERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO-ALVO.....	59
33. 3.2.1-Em relação às causas da prostituição na adolescência.....	81
34. 3.2.2. Em relação à trajetória escolar das adolescentes que estão no mundo da prostituição	83
35. CONCLUSÃO	86
36. REFERÊNCIAS.....	91
37. Anexos	102

INTRODUÇÃO

A prostituição é um fenómeno social complexo e multifacetado que tem ganhado proporções alarmantes em várias sociedades contemporâneas, afetando significativamente a estrutura familiar, o tecido social e, sobretudo, a dignidade humana. Considerada por muitos como a “profissão mais antiga do mundo”, ela representa não apenas uma transação comercial de cunho sexual, mas um reflexo das desigualdades sociais, económicas e culturais enraizadas em determinadas comunidades. Em contextos de vulnerabilidade, como em muitas regiões de Angola, a prostituição na adolescência surge como uma resposta extrema à ausência de oportunidades, proteção social e perspectivas de vida digna.

O presente estudo tem como objeto de investigação o fenómeno da prostituição entre adolescentes do sexo feminino no município sede de Huambo, em Angola, com enfoque especial nas causas que a impulsionam e nas consequências que acarreta para a escolarização dessas adolescentes. O tema foi intitulado: « *PROSTITUIÇÃO NA ADOLESCÊNCIA E ESCOLARIZAÇÃO DE JOVENS ANGOLANAS* ». A escolha desta temática prende-se com a observação recorrente, por parte do pesquisador, da presença de adolescentes envolvidas em práticas de prostituição nas ruas, bares, discotecas e outros espaços públicos da cidade, sendo este um fenómeno que transcende a esfera privada para se tornar uma questão social, educacional e de saúde pública.

A prostituição pode ser definida como a comercialização do corpo, por meio da oferta de serviços sexuais em troca de compensações financeiras ou materiais. Tal prática, embora muitas vezes mascarada por discursos de liberdade e autonomia, está, em sua maioria, vinculada a contextos de extrema carência, desigualdade e fragilidade social. Em Angola, e especificamente na província do Huambo, observa-se uma crescente adesão de adolescentes à prostituição, motivada por múltiplos fatores, entre os quais se destacam a pobreza, o desemprego, a violência doméstica, o abandono escolar, as fragilidades familiares e a carência de políticas públicas eficazes voltadas para a proteção da infância e juventude. (Oliveira,2023).

Diversos autores apontam a pobreza extrema como a principal causa da prostituição entre menores de idade. Entretanto, outros estudiosos chamam a atenção

para aspectos igualmente relevantes, como a desestruturação familiar, a falta de acesso à educação de qualidade, a pressão dos pares, o consumo de drogas e o crescimento das redes de exploração sexual. Também se deve considerar que o fenômeno é influenciado por fatores culturais, históricos e até religiosos que, em muitos casos, silenciam ou legitimam tais práticas. A interseção entre todos esses elementos exige uma abordagem crítica, multidisciplinar e sensível às especificidades do contexto local.

A realização deste estudo justifica-se, portanto, não apenas pela relevância científica do tema, mas, sobretudo, pela sua urgência social. A prostituição na adolescência não pode ser naturalizada ou invisibilizada; ela deve ser enfrentada com políticas públicas assertivas, programas de proteção e ações educativas que devolvam às jovens a possibilidade de sonhar com um futuro diferente. A escolha do município sede de Huambo como campo de estudo se deve à constatação da elevada incidência de adolescentes em situação de prostituição, muitas das quais abandonaram os estudos ou vivem em condições precárias de escolarização.

Compreender as causas profundas que levam meninas em idade escolar a enveredarem pela prostituição exige uma análise crítica das estruturas sociais que sustentam esse fenômeno. A ausência de políticas sociais eficazes, a fragilidade das redes de proteção infantil e a escassez de oportunidades educacionais e profissionais acabam por empurrar essas adolescentes para contextos de marginalização e exclusão social. Muitas vezes, essas jovens vivem em lares desestruturados, marcados pela violência, negligência ou ausência parental, o que favorece o abandono escolar precoce e a consequente vulnerabilidade a práticas de sobrevivência como a prostituição, (Gouveia,2023).

No município sede do Huambo, este fenômeno tem-se agravado com o crescimento urbano desordenado e com o aumento do desemprego juvenil de pelo menos 32,4% em todo país, de acordo com os dados do Instituto Nacional de Estatística (2024). A economia informal absorve grande parte da população ativa, e os jovens, especialmente as meninas, tornam-se alvos fáceis para redes de exploração sexual que se aproveitam da sua vulnerabilidade. A prostituição, nesses casos, deixa de ser uma escolha e passa a ser uma imposição das circunstâncias. A promessa de algum ganho financeiro, ainda que mínimo, torna-se um fator

determinante para que muitas adolescentes abandonem os estudos e ingressem nesse ciclo de exploração.

É importante salientar que a prostituição na adolescência constitui uma grave violação dos direitos humanos, especificamente dos direitos da criança e do adolescente, tal como estabelecido em tratados internacionais, como a Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC), e em legislações nacionais de Angola. No Código Penal Angolano, no seu artigo 195 (Lei nº 38, de 11 de novembro de 2020), trata de lenocínio de menores e especifica que quem promove e favorece ou explora o exercício da prostituição por parte de menores de idade comete crime. No entanto, embora existam dispositivos legais que criminalizam a exploração sexual de menores e protejam os direitos da criança, a aplicação dessas normas ainda enfrenta inúmeros desafios, como a falta de fiscalização eficaz, a corrupção, e a escassez de mecanismos de denúncia acessíveis às vítimas.

O impacto da prostituição na escolarização das adolescentes é profundo e multifacetado. Muitas vezes, essas jovens abandonam completamente a escola devido à estigmatização, à gravidez precoce, à exposição à violência e às doenças sexualmente transmissíveis. Quando permanecem no sistema educativo, enfrentam inúmeros obstáculos, como o cansaço, a baixa autoestima, a discriminação por parte de colegas e professores, e a ausência de apoio psicológico e social, (Silva,2010). Tudo isso compromete gravemente o seu rendimento escolar, dificultando o processo de aprendizagem e reduzindo significativamente as suas possibilidades de ascensão social.

Para além disso, a prática da prostituição entre adolescentes também gera um ciclo intergeracional de exclusão. Muitas dessas jovens tornam-se mães precocemente, o que as obriga a abandonar os estudos de forma definitiva. Sem formação, ficam limitadas a trabalhos informais e precários, perpetuando as condições de pobreza que, por sua vez, expõem os seus próprios filhos às mesmas vulnerabilidades. Assim, a prostituição infanto-juvenil não é apenas um fenómeno individual, mas sim um problema estrutural que perpetua desigualdades e compromete o desenvolvimento sustentável da sociedade.

Outro aspecto que merece destaque é a ausência de campanhas públicas consistentes e direccionadas à prevenção da prostituição infanto-juvenil. A informação

sobre os direitos das crianças, os riscos da prostituição e os canais de denúncia ainda são insuficientes, especialmente nas comunidades mais periféricas e empobrecidas. A escola, que deveria ser um espaço seguro e protetor, muitas vezes não possui as ferramentas necessárias para identificar e intervir em situações de risco. É urgente que o sistema educativo angolano seja fortalecido com políticas inclusivas e com profissionais capacitados para lidar com as múltiplas vulnerabilidades que afetam os alunos, em especial as adolescentes.

Além disso, é fundamental envolver a família e a comunidade no enfrentamento do fenómeno. Muitas vezes, os próprios familiares, por ignorância, desespero ou mesmo por conivência, acabam incentivando ou tolerando a prostituição das adolescentes. A reconstrução do tecido familiar e comunitário passa, portanto, por ações de sensibilização, capacitação e empoderamento, que ofereçam alternativas reais e dignas às jovens e às suas famílias. A Igreja, as organizações da sociedade civil, as autoridades locais e os meios de comunicação têm um papel essencial nesse processo de mobilização social e de mudança de mentalidades.

Neste contexto, este estudo visa não apenas analisar os fatores causadores da prostituição entre adolescentes no município do Huambo, mas, também, contribuir com subsídios para a elaboração de políticas públicas mais eficazes, que contemplem a prevenção, a proteção e a reintegração das jovens em situação de prostituição. Espera-se que os dados obtidos sirvam de base para reflexões e ações concretas por parte dos poderes públicos, das instituições educativas e das organizações da sociedade civil.

Evidencia-se, pois, a relevância deste estudo, que se insere numa perspectiva para romper o silêncio que ainda paira sobre a prostituição infanto-juvenil e para denunciar as injustiças que afetam milhares de meninas em Angola. Ao dar voz a essas jovens e ao revelar as suas histórias, pretende-se lançar luz sobre uma realidade muitas vezes ignorada, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, equitativa e humana.

Assim, a investigação ora proposta assume um carácter não apenas académico, mas também ético e social, ao comprometer-se com a transformação das condições que favorecem a exploração de adolescentes. Ao final, espera-se que este trabalho possa servir como instrumento de conscientização, orientação e mobilização de todos

os setores da sociedade, no sentido de garantir às meninas angolanas o direito à infância, à educação e a um futuro digno.

Nesse sentido, o estudo foi norteado pela seguinte questão de investigação: *que fatores levam as adolescentes com idades compreendidas entre os 14 aos 17 anos a praticarem a prostituição no Município sede do Huambo-Angola?*

Como decorrência da questão central, *qual o impacto desse fenômeno na escolarização dessas adolescentes?*

Com base nessas questões, foram delineados os seguintes objetivos:

Objetivo Geral:

Compreender as causas que estão na base da prostituição de meninas na adolescência no município sede do Huambo, Angola, e o impacto desse fenômeno na trajetória escolar dessas adolescentes.

Objetivos Específicos:

1. Identificar e descrever os fatores que contribuem para a prostituição entre adolescentes no município sede do Huambo;
2. Examinar a trajetória escolar dessas adolescentes e os impactos da prostituição no seu percurso educativo.

Para atingir tais objetivos, é utilizado o método de análise documental e pesquisa bibliográfica, que permitem o contato com a literatura científica já existente sobre o tema, bem como com relatórios, artigos de revistas e documentos disponíveis na internet. Além disso, foi realizada pesquisa empírica com aplicação de questionários dirigidos a adolescentes envolvidas na prostituição, assim como entrevistas com professores e dirigentes escolares, a fim de compreender melhor o impacto do fenômeno no ambiente educativo.

A análise dos dados coletados é feita com auxílio dos programas Microsoft Office Word, Excel e SPSS (versão 20), e os resultados são interpretados por meio da técnica de análise de conteúdo, que permite identificar categorias e padrões nos discursos dos sujeitos investigados.

A estrutura deste trabalho está dividida em três capítulos. O primeiro capítulo apresenta os contextos sociodemográficos de Angola e do município sede do

Huambo, além de uma descrição do sistema educativo angolano. O segundo capítulo é dedicado à abordagem sobre a prostituição, englobando conceitos fundamentais, causas, teorias explicativas e as consequências sociais, psicológicas e educacionais da prática. O terceiro capítulo reúne os dados empíricos recolhidos no trabalho de campo, com apresentação e análise das respostas obtidas junto às adolescentes, professores e gestores escolares. Finalizamos com a conclusão, em que demonstramos os principais achados da pesquisa e apontamos recomendações para futuras ações de intervenção e investigação.

CAPÍTULO I - O CONTEXTO SÓCIODEMOGRÁFICO DE ANGOLA E CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DO HUAMBO

O contexto sociodemográfico de Angola é complexo, refletindo os desafios e as oportunidades de um país que emergiu de décadas de conflitos e busca o desenvolvimento sustentável.

A população angolana é jovem, majoritariamente urbana e enfrenta disparidades significativas, com a economia ainda fortemente atrelada ao setor petrolífero. Os dados mais recentes, provenientes de inquéritos e do Recenseamento Geral da População e Habitação (Censo) de 2024, fornecem uma base sólida para a análise desse contexto.

1.1. PERFIL E ESTRUTURA DEMOGRÁFICA

Angola possui uma população estimada em 36,54 milhões de habitantes, conforme os resultados definitivos do Censo 2024 (Angola, 2025). Este número reflete um crescimento populacional robusto, impulsionado por uma taxa de fecundidade que permanece entre as mais altas do continente africano.

A estrutura etária do país é caracterizada por uma base extremamente jovem. Angola possui uma população extremamente jovem, com estimativas recentes indicando que cerca de 60% da população é jovem. E uma proporção significativa, cerca de 40%, com menos de 15 anos, refletindo uma estrutura etária dominada por crianças e jovens em comparação com a população adulta, segundo os dados recentes do censo (2024) do Instituto Nacional de Estatística (INE). Esses dados representam um "bónus demográfico" potencial, mas também uma enorme pressão sobre os serviços sociais, como educação e saúde (PNUD, 2024).

A província de Luanda concentra a maior parte da população, representando 24,1% do total do país, seguida pelas províncias da Huíla e Huambo (Angola, 2025). Essa concentração urbana acentuada gera desafios específicos de planejamento e infraestruturas nas cidades, enquanto as áreas rurais lidam com a falta de acesso a serviços básicos.

A taxa de atividade da população com 15 anos ou mais é elevada, estimada em 89,1% no primeiro trimestre de 2024 (Angola, 2024). No entanto, este indicador contrasta com uma alta taxa de desemprego, que atinge 32,4%, sendo ligeiramente superior para as mulheres (33,4%) em comparação com os homens (31,4%).

1.2. INDICADORES SOCIAIS E CONDIÇÕES DE VIDA

Apesar de progressos nas últimas décadas, Angola continua a enfrentar "desigualdades significativas e condições de vida desafiadoras" para grande parte de sua população, segundo as Nações Unidas (ONU News, 2025), no mais recente Relatório de Desenvolvimento Humano divulgado em 2025 pelo PNUD, Angola ocupa a 148ª posição entre 193 países e territórios. O país registou uma ligeira melhoria ao subir duas posições em relação ao relatório anterior (onde estava em 150º), alcançando um IDH de 0,616. Com esta pontuação, Angola permanece classificada na categoria de Desenvolvimento Humano Médio

O acesso a serviços básicos é um ponto crítico. O "Inquérito de Indicadores Múltiplos e de Saúde em Angola" (IIMS) de 2023–2024, realizado pelo INE, em parceria com o Ministério da Saúde (MINSA) e o Ministério do Planeamento (MINPLAN), fornece dados cruciais sobre a saúde materno-infantil, nutrição e acesso à água potável e saneamento (Angola, 2025). Tais inquéritos revelam que a pobreza multidimensional, que considera privações em várias dimensões além da renda, afeta a maioria dos angolanos (OPHI, 2020).

1.3. DINÂMICA ECONÓMICA E DESAFIOS

A economia angolana é historicamente caracterizada pela forte dependência da extração de recursos naturais, primariamente o petróleo (IPEA, 2011). Essa dependência expõe o país a flutuações do mercado internacional de *commodities*, gerando instabilidade econômica e inflação elevada.

Em 2024, a economia angolana foi marcada por desafios como uma inflação superior a 25% e o desemprego, que impactaram diretamente o poder de compra da população (YouTube, 2024). A diversificação econômica é uma prioridade estratégica do governo, com o objetivo de reduzir a vulnerabilidade externa e criar empregos em setores não petrolíferos, como a agricultura e a indústria.

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em seu documento programático para Angola 2024-2028, identifica a gestão de riscos, incluindo a volatilidade econômica global e as alterações climáticas, como fatores que podem comprometer os esforços de desenvolvimento (PNUD, 2025). O Banco Mundial sugere que "impulsionar o crescimento com desenvolvimento financeiro inclusivo é crucial para desbloquear os esforços de Angola na redução da pobreza" (World Bank, 2025, p.1).

O contexto sociodemográfico de Angola é um espelho dos seus desafios e potencialidades. Com uma população jovem e em crescimento, o país tem a oportunidade de elevar o seu capital humano, desde que invista em políticas públicas eficazes que combatam a pobreza, melhorem o acesso à educação e saúde de qualidade e promovam a diversificação econômica. A disponibilidade de dados recentes, como os do Censo 2024 e do IIMS 2023-2024, são ferramentas essenciais para a elaboração e monitorização de políticas públicas baseadas em evidências, visando a um futuro mais equitativo e próspero.

1.4 CONTEXTO SOCIODEMOGRÁFICO E CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DO HUAMBO

O município do Huambo, que outrora ostentou o nome de "Nova Lisboa" durante o período colonial, localiza-se na província do mesmo nome, no Planalto Central de Angola. É uma região de "grande relevância geográfica" por ser o local de nascente de vários rios importantes do país, como o Cuanza. Historicamente, a cidade do Huambo foi pensada para ser a capital de Angola, o que lhe conferiu uma infraestrutura e um planeamento urbano distintos de outras cidades angolanas.

A caracterização sociodemográfica do Huambo é fundamental para o planeamento de políticas públicas, investimentos em infraestruturas e a promoção do desenvolvimento local. O município é o mais povoado da província, concentrando cerca de 35,1% da população provincial, segundo dados preliminares do Censo de 2024.

1.4.1 Caracterização Geográfica e Administrativa

O município do Huambo está situado numa área de planalto, com altitudes que ultrapassam os 1.774 metros. O relevo da região é marcado por colinas suavemente onduladas e vales planos, embora as áreas ocidentais apresentem um relevo mais

acidentado. O clima é tropical de altitude, com duas estações bem definidas: a chuvosa e a seca (cacimbo). A imagem 1, apresenta uma parte do Huambo.

Imagem 1: Parte da Sede Administrativa do Huambo



Fonte: <https://guiainl.com/2018/04/06/roteiro-lnl-huambo/>

Do ponto de vista administrativo, o município é composto pela sede municipal (cidade do Huambo) e por comunas rurais, sendo gerido por uma Administração Municipal, que reporta ao Governo Provincial.

1.4.2 - Perfil Demográfico

O perfil demográfico do município do Huambo é marcado por uma população em crescimento e uma estrutura etária jovem, características típicas da demografia angolana.

De acordo com os resultados definitivos do Recenseamento Geral da População e Habitação de 2024, a população total de Angola ascendeu a 36,6 milhões

de habitantes. E a Província do Huambo é a terceira Província mais populosa de Angola, com cerca de 2.691.902 habitantes. Já o município sede do Huambo, de acordo com os resultados recentes do Censo populacional, possui 836.293 habitantes.

Dados preliminares do Censo de 2014 indicavam que o município do Huambo tinha uma população de 665.574 pessoas, sendo ligeiramente maioritária a população feminina (347.397) em relação à masculina (318.177). O Huambo destaca-se por ser "o município mais urbanizado de todos os municípios da Província", com grande parte da população a residir na cidade do Huambo.

Os resultados do Censo 2024 desagregados por município permitem verificar que o Huambo se mantém entre os 10 municípios mais populosos do país, o que "abrange uma área inferior a 1% do território nacional".

A população angolana em geral é jovem, com 46,3% da população abaixo dos 14 anos em 2024. Esta tendência reflete-se em nível municipal no Huambo. Uma população jovem representa um desafio e uma oportunidade para o desenvolvimento (o "bónus demográfico"), exigindo investimentos maciços em educação e formação profissional.

Em termos de composição étnica, a província do Huambo é predominantemente habitada pelo grupo étnico Ovimbundu, sendo também a terra natal do fundador do Reino do Huambo, Wambo Kalunga. A língua mais falada na região, além do português (língua oficial), é o Umbundu.

1.4. 3 - Indicadores Sociais e Condições de Vida

O desenvolvimento social no município do Huambo, tal como no restante do país, enfrenta desafios significativos, relacionados com a pobreza, acesso à saúde e educação.

O setor da saúde pública no Huambo tem vindo a expandir-se em termos de infraestruturas, embora a qualidade e o acesso continuem a ser desiguais entre as zonas urbanas e rurais. O "Anuário Estatístico de Angola 2015-2018" do INE apresenta dados sobre a distribuição de unidades de saúde no país, indicando a presença de várias instituições de saúde na província, que servem o município. No

entanto, a exclusão de dados de instituições privadas ou militares nestas estatísticas oficiais pode subestimar a capacidade total de atendimento.

Inquéritos de Indicadores Múltiplos e de Saúde (IIMS) mais recentes (2023-2024), embora em níveis nacional e provincial, revelam carências em indicadores como a saúde materno-infantil e nutrição, que são desafios prementes no Huambo (Angola, 2025).

1.4.4- Habitação e Saneamento Básico

A rápida urbanização da cidade do Huambo resultou no crescimento de bairros periurbanos informais, como o bairro Kalundo. Nestas áreas, a falta de saneamento básico, acesso à água potável e energia eléctrica é um problema crónico, afetando diretamente a qualidade de vida e a saúde pública dos residentes. O "Atlas do Huambo", produzido pela Development Workshop, evidencia os desafios de infraestrutura e a densidade populacional nessas zonas.

1.4.5- Dinâmica Económica

A economia do município do Huambo é historicamente ligada à agricultura, comércio e, mais recentemente, à reabilitação industrial e serviços.

Localizado no fértil Planalto Central, o Huambo é um importante polo agrícola de Angola. A maior parte das atividades agrícolas concentra-se na produção de vegetais e alimentos básicos para consumo doméstico e para venda nos mercados locais. A agricultura de subsistência e a pequena produção mercantil dominam a paisagem rural do município. A reabilitação das estradas e do Caminho de Ferro de Benguela (CFB) tem melhorado o escoamento da produção agrícola para outras províncias e para o Porto do Lobito.

O Huambo já foi um importante centro industrial e logístico. Após o período de conflito, a província e o município buscam reativar esse potencial. Indicadores de desenvolvimento industrial apontam maior investimento nos municípios da província, sugerindo um esforço de descentralização e revitalização económica (RNA, 2025).

O comércio, tanto formal quanto informal, é uma atividade vital na cidade, impulsionada pela concentração populacional e pelo estatuto do Huambo como um *hub* regional do planalto.

O município do Huambo possui uma caracterização sociodemográfica complexa, marcada por uma população jovem, alta taxa de urbanização e um contexto de desenvolvimento que busca superar os legados de conflito e dependência econômica.

Os dados do Censo 2024 e outros inquéritos oficiais fornecem as bases para um planeamento que deve focar na melhoria dos indicadores sociais, na diversificação econômica para além da agricultura de subsistência e na melhoria das infraestruturas básicas. O futuro do Huambo depende da capitalização de sua população, por meio de políticas públicas eficazes e investimentos sustentáveis.

1.5- A EDUCAÇÃO EM ANGOLA

A educação é um pilar crucial para o desenvolvimento do Huambo. O município possui uma rede de escolas primárias e secundárias, além de instituições de ensino superior, como a Universidade José Eduardo dos Santos, que atrai estudantes de outras províncias do planalto central.

Apesar da expansão, a qualidade do ensino e a "falta de professores qualificados" em certas áreas continuam a ser barreiras para a melhoria do capital humano local (ONU News, 2024). A taxa de analfabetismo, em Angola ronda os 24% a 25% da população com 15 anos ou mais, segundo dados recentes do Ministério da Educação (MED) e do Plano de Desenvolvimento Nacional 2023-2027. O analfabetismo incide maioritariamente sobre mulheres e populações rurais. Não existem dados públicos consolidados e específicos da taxa de analfabetismo apenas para o município sede do Huambo (cidade do Huambo). Embora em declínio, ainda é um problema, principalmente entre a população adulta e idosa nas áreas periurbanas e rurais do município.

Quatro milhões de jovens estão fora do sistema de ensino escolar e 22% das crianças estão fora do sistema de ensino. Os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) para o ano letivo de 2022/2023 indicam:

- Primeiro Ciclo do Ensino Secundário: a taxa de conclusão total foi de 44,4%. Especificamente para as raparigas, a taxa líquida de escolarização (não a de conclusão) neste nível foi de 31,4%, em comparação com 33,9% para os rapazes.
- Ensino Primário: no ano letivo anterior (2021/2022), a taxa de conclusão nacional foi de 60,7%, sendo 59,4% para as raparigas e 62,1% para os rapazes.

A estatística mostra que as meninas enfrentam maiores barreiras no acesso e na progressão escolar, especialmente nas zonas rurais, onde a taxa de frequência do ensino secundário é de apenas 14% (contra 50% nas áreas urbanas).

O abandono escolar é um obstáculo significativo ao progresso e ao desenvolvimento das raparigas no país.

O sistema de educação em Angola é regulado, principalmente, pela Lei de Bases do Sistema de Educação (Lei n.º 17/2016, alterada pela Lei n.º 32/2020), e é supervisionado pelo Ministério da Educação (MED) e pelo Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação (MESCTI).

O sistema educacional angolano está estruturado em vários subsistemas e etapas:

- Educação Pré-escolar: inclui creches (dos 3 meses aos 3 anos) e jardins de infância (dos 3 aos 5 anos), com a Classe de Iniciação (dos 5 aos 6 anos).

- Ensino Geral: é a base do sistema e divide-se em:

- Ensino Primário: tem a duração de 6 anos (da 1ª à 6ª classe), é gratuito e obrigatório, com idade de ingresso aos 6 anos.

- Ensino Secundário que abrange dois ciclos:

- I Ciclo do Ensino Secundário: com a duração de 3 anos (da 7ª à 9ª classe);

II Ciclo do Ensino Secundário: com a duração de 3 anos (da 10ª à 12ª classe), que pode ser regular ou técnico-profissional.

- Ensino Superior: acessível após a conclusão do II Ciclo do Ensino Secundário, e inclui ensino universitário e politécnico.

- Outros Subsistemas: o sistema também inclui a Educação Técnico-Profissional, Educação Especial, Formação de Professores e Educação de Adultos.

A legislação que fundamenta a educação é a Lei n.º 17, de 7 de outubro de 2016, a Lei de Bases do Sistema de Educação, que sofreu alterações pela Lei n.º 32, de 12 de agosto de 2020. Estas leis estabelecem a estrutura, os objetivos e as normas para todo o sistema de ensino no país.

- Matrículas: o ano letivo de 2025 arrancou com um total de 9,7 milhões de alunos, dos quais 1,9 milhões eram novos estudantes. Em anos anteriores, cerca de 5,6 milhões de alunos estavam matriculados no ensino primário.

- Taxas de Escolarização: a taxa bruta de escolarização no Ensino Primário para o ano letivo 2021/2022 foi de 87,7%. A taxa de alfabetização (para 2024) foi de 72,6% na população total.

As comparticipações escolares em Angola referem-se a valores financeiros pagos pelos encarregados de educação para apoiar o funcionamento das instituições de ensino, existindo principalmente em modelos de gestão partilhada.

1.5.1 - Regimes de Ensino e Pagamentos

Atualmente, o Sistema Educativo angolano divide-se em três regimes principais no que toca a custos:

- Escolas Públicas: pautadas pelo princípio da gratuitidade, onde as cobranças mensais são, por norma, proibidas. Contudo, o Ministério da Educação tem proposto a continuidade de certas "comparticipações" para garantir a manutenção básica.

- Escolas Público-Privadas (Comparticipadas): são instituições geridas em parceria (frequentemente com igrejas ou associações). Nestas, o Estado paga os salários de parte dos professores, enquanto os encarregados de educação pagam uma comparticipação mensal para cobrir os salários dos "professores colaboradores" e outras despesas operacionais, Ministério da Educação

- Escolas Privadas: Instituições de gestão inteiramente particular, onde os custos (propinas e mensalidades) são suportados integralmente pelas famílias.

- Ensino Secundário: Existe uma taxa de comparticipação específica para este nível, muitas vezes debatida por parlamentares que defendem uma fiscalização mais rigorosa destes valores.

- Ensino Primário: embora a lei preveja a gratuitidade, persistem discussões sobre a necessidade de pequenos contributos para suprir a falta de verbas do Orçamento Geral do Estado para limpeza e segurança.

- Materiais e Livros: o Livro Escolar deve ser distribuído gratuitamente nas escolas públicas, embora existam modalidades onerosas (pagas) para certos contextos ou edições específicas.

Em Angola, a cobrança de valores em escolas públicas é proibida no ensino obrigatório (até à 9.ª classe), uma vez que a lei estabelece a sua gratuitidade. No entanto, a cobrança de propinas e emolumentos em instituições de ensino público é regulamentada para níveis específicos, principalmente no Ensino Superior.

Abaixo estão as principais leis e normas que regem as cobranças e a gratuidade:

1. Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino (Lei n.º 17/2016 e Lei n.º 32/2020)

Esta é a lei fundamental que define os princípios do ensino em Angola.

- Gratuidade: estabelece que o ensino primário e o I ciclo do ensino secundário (até à 9.ª classe) são obrigatórios e gratuitos.
- Proibição de Cobranças: segundo orientações do Ministério da Educação baseadas nesta lei, é expressamente proibida a exigência de "comparticipações" ou qualquer cobrança monetária nas escolas públicas de ensino não universitário, pois isso fere o princípio da gratuidade.

As escolas públicas em Angola cobram comparticipação principalmente para suprir a falta de verbas diretas do Estado para despesas operacionais e manutenção básica, especialmente em instituições que não possuem orçamento próprio. Esta prática visa garantir o funcionamento mínimo de serviços como limpeza, segurança e pequenos reparos.

A base legal para a cobrança de taxas e comparticipações assenta nos seguintes diplomas:

- Lei n.º 32, de 12 de agosto de 2020: esta lei altera a Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino (Lei n.º 17/2016). O seu Artigo 99 prevê expressamente a existência de propinas, taxas e emolumentos em determinados subsistemas e níveis de ensino.
- Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino: embora estabeleça a gratuidade do Ensino Primário e do I Ciclo do Ensino Secundário (até à 9.ª classe), a lei abre exceções para taxas administrativas e comparticipações em níveis superiores ou situações específicas de gestão.
- Decreto Presidencial n.º 124/2020: regulamenta especificamente as cobranças de comparticipações, taxas e emolumentos nas instituições públicas, embora o seu foco principal seja o Ensino Superior.

Motivos da Comparticipação:

- Escolas Não Orçamentadas: muitas escolas em Angola não recebem verbas do Orçamento Geral do Estado (OGE) para gastos correntes, dependendo da contribuição dos pais para manter as portas abertas.

- **Parceria Família-Escola:** o governo incentiva a participação da comunidade na gestão escolar para suprir carências logísticas.
- **Manutenção de Serviços:** o valor é geralmente destinado ao pagamento de pessoal de apoio (limpeza e vigilância) e material de expediente que o Estado não fornece em quantidade suficiente.

É importante notar que, embora a lei preveja estas taxas, a escolaridade obrigatória até à 9.^a classe deve ser, por princípio constitucional, gratuita, o que gera debates frequentes sobre a legalidade ética e social destas cobranças em famílias carenciadas.

As informações que descreveram sobre os três regimes de ensino e as "comparticipações" têm como fontes principais as comunicações oficiais do Ministério da Educação (MED) e a legislação de bases do sistema educativo angolano, com reforço mediático recente.

As fontes específicas para cada ponto são:

1. Proposta do Ministério da Educação (MED)

A continuidade das comparticipações, mesmo em escolas públicas, é uma orientação defendida pelo Ministério da Educação para garantir a manutenção básica de instituições que não possuem orçamento próprio (não orçamentadas).

- **Contexto Atual:** em maio de 2025, o MED propôs formalmente que estas contribuições continuem a ser uma ferramenta de gestão para suprir carências de limpeza e segurança.

2. Lei n.º 32/2020 (Alteração à Lei de Bases)

Esta é a fonte jurídica que define os regimes de pagamento. Embora o artigo 5.º da Lei n.º 32/2020 reafirme o princípio da gratuidade no Ensino Primário e no I Ciclo do Ensino Secundário (até à 9.^a classe), a mesma lei e regulamentos complementares (como o Decreto Presidencial n.º 124/2020) preveem a cobrança de taxas e emolumentos em níveis do ensino secundário do II Ciclo (da 10.^a à 12.^a/13.^a classe) e no Ensino Superior.

Embora o Ensino Primário e o I Ciclo sejam gratuitos nas instituições públicas, estas taxas aplicam-se aos níveis subsequentes e a todo o sistema de ensino privado.

CAPÍTULO II - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 HISTÓRIA DA PROSTITUIÇÃO

A prostituição tem sido encarada ao longo dos tempos sob diferentes perspectivas, variando consoante os contextos sociais e culturais.

De acordo com Roberts citado por Lopes (2010, p.16), podemos falar de prostituição 10.000 a.C. no antigo Médio Oriente, onde o culto religioso se manifestava através de rituais sexuais em grupo. Sendo uma sociedade de estrutura matriarcal, a mulher era venerada como uma deusa e autónoma em relação à sua sexualidade. Deste modo, foram construindo templos para o culto das deusas onde as sacerdotisas praticavam atos sexuais em troca de oferendas. Apesar dos rituais serem referenciados como prostituição, tal é questionável porque a sua finalidade não era puramente comercial.

Com a emergência e consolidação das sociedades patriarcais monogâmicas, foi-se enaltecendo o papel dos homens na procriação e o papel da mulher foi-se modificando, passando, então, a ser considerada propriedade do homem (pai ou marido). Todas as mulheres que se desviassem deste princípio, ou que chegassem ao casamento sem ser virgem, era considerada prostituta. Estavam, então, marcados os estigmas da prostituta que afetarão toda mulher até a atualidade. Tornou-se também tradição em algumas sociedades patriarcais, como na Índia, Egito e muitos países mediterrâneos, a prostituição hospitaleira em que o homem da casa oferecia a sua filha ou mulher ao hóspede como uma arte de bem receber. Ainda hoje existe esse costume em alguns países Africanos e Asiáticos (Lopes, 2010, p.16).

Para Roberts (1993), na Idade Média a prostituta era vista de forma paradoxal. Com a ascensão do cristianismo, coexistiam, ao mesmo tempo, combate e tolerância à prostituição. Enquanto fossem atuantes na atividade, as prostitutas eram excomungadas, mas, até certo ponto, eram também toleradas, uma vez que foram consideradas um mal necessário, funcionando como um tipo de dreno, no qual os homens poderiam descarregar o efluente sexual que os afastava de Deus. A Igreja e o Estado toleravam a prostituição como um "vácuo" necessário para proteger a virtude das "mulheres direitas" e manter a estabilidade do casamento, evitando que os homens seduzissem virgens ou cometessem adultério com mulheres casadas. A Igreja e as municipalidades, frequentemente, lucravam com o comércio sexual,

utilizando os impostos e rendimentos de bordéis licenciados para financiar, entre outras coisas, a construção de igrejas. Embora legalizada em muitos centros urbanos e sujeita a regras estritas (como vestuário específico para as diferenciar das "mulheres honestas"), a prostituta permanecia marginalizada e estigmatizada socialmente.

Héritier (2002), quando interpreta Santo Agostinho, explica que é mais condenável que uma honesta esposa deixe que o marido haja sexualmente à sua vontade, com ela utilizando coitos contranatural, em vez de o deixar satisfazer com prostitutas. Não se pode dizer mais claramente que o desejo do homem, inclusive para atos considerados contranaturais, não é verdadeiramente condenável porque a sua própria natureza a isso o leva; em compensação, são condenáveis as esposas que se prestam a esses atos como a prostituta que serve exutório (Héritier, 2002).

No século XII, houve um movimento forte da Igreja em salvar as prostitutas, baseadas ainda na figura de Maria Madalena como prostituta arrependida, que teria sido salva e perdoada por Deus. Foram criadas comunidades monásticas de ex-prostitutas intituladas *Lares de Madalena*. Neste mesmo século foram intituladas leis, por juristas franceses, para regulamentar a prostituição, e essas leis retiravam direitos das prostitutas, proibindo-as, por exemplo, de acusarem outras pessoas de cometerem crimes contra elas ou de vestirem determinados tipos de roupas (Afonso, 2016).

A sociedade de certa forma incorporou e ressignificou alguns aspectos da figura da prostituta. O termo *mulher pública*, outrora usado para referir-se a elas, hoje alude à mulher que participa diretamente da política. Através de pressões feministas, foi desfeita a divisão entre *mulheres honestas e mulheres perdidas* (Héritier, 2002).

Ao longo das décadas, a prostituição foi sofrendo transformações, alterando-se, também, a forma de a sociedade enxergá-la. Hoje, convivem diferentes formas de enxergar a prostituição e a prostituta.

Os movimentos feministas, nacionais e internacionais, também estariam divididos basicamente entre duas posições, em relação à prostituição: feministas radicais, baseadas no abolicionismo, que interpretam a prostituição como uma forma de dominação masculina e violência contra a mulher. Somando-se à opressão masculina, constitui-se como uma prática que objetifica a mulher e mercantiliza o seu corpo, constituindo-se como exploração, abuso e violação de direitos.

Outra vertente é a das ditas *feministas liberais* que, baseadas numa lógica económica liberal ou neoliberal, entendem que a mulher deve ser livre para fazer o que quiser com seu corpo, incluindo cobrar por serviços sexuais, uma vez que, no capitalismo, tudo pode ser transformado em mercadoria. Elas interpretam a prostituição como uma escolha livre da mulher, configurando-se como um trabalho igual a qualquer outro (Afonso, 2016).

2.2 CONCEITO DE PROSTITUIÇÃO

A palavra prostituição deriva do vocábulo latino *prostitutione* que quer dizer estar à vista, à espera de quem quer chegar, ou estar exposto ao olhar público. É a prática sexual remunerada habitual e promíscua, sendo prostituta uma mulher que aluga o seu corpo para jogos sexuais sem amor. É um estado de comércio habitual de uma mulher com vários homens, com o fim de ganhar dinheiro ou satisfazer concupiscência (Correia et al., s.d., p. 465).

O conceito deste relevante problema social tem variado muito de acordo com as épocas, os povos e até no ponto de vista jurídico, social e médico. Atualmente, entende-se o campo de investigações que, segundo alguns naturalistas, existiria a prostituição nas próprias espécies zoológicas inferiores. Mas, na realidade, tais fenômenos correspondem somente à ordem de reclamos sexuais. Só no gênero humano existe verdadeiramente a prostituição, que se encontra já definida nas antigas leis atenienses. Sólon, seu primeiro organizador, dá-lhe como caracteres a variedade de indivíduos a que a mulher se entrega e, portanto, a sua indiferença, assim como compensação pecuniária (Correia, 2016).

Na antiga Roma, o conceito de venalidade está bem expresso nas palavras questuosas ou que solicita, e meretrizes ou que comercia. Nónio Marcelo estabeleceu a diferença existente entre a meretriz e a mulher do prostíbulo: a primeira procedia clandestinamente, e, a segunda, declaradamente. Os Jurisconsultos Romanos afirmavam que o preço por si só não definia a prostituição, considerando como *femina* ou amante de um homem casado, da *amica* e da *delicata* que corresponderiam às modernas *demi-mondaines* (Correia, 2016).

A Enciclopédia Católica defende, por sua vez, que a prostituição consiste na prática sexual realizada fora do casamento, essencialmente pela mulher, tendo como único objetivo a obtenção de uma remuneração (Lopes, 2010).

Carmo e Ribeiro citados por Lopes (2010) apresentam-nos definições mais clarificadas; no sentido lato, consideram a prostituição toda a comercialização de práticas sexuais em troca de recursos econômicos ou de outra ordem. Ainda numa aproximação de análise do conceito, Carmo e Ribeiro, ambos portugueses, referem que se deverá assumir um conceito restrito da prostituição e sustentar que ela implica pela parte da oferta a disponibilização do corpo em troca da remuneração material, e, pelo lado da procura, a compra de serviços sexuais em troca de dinheiro, em regra, e prioritariamente, para a satisfação ou prazer sexual de parceiro, a indiscriminado.

Nestes termos podemos dizer que é necessário ter em mente o caráter comercial em torno de valor de troca e não apenas o valor de uso, uma vez que está presente um co-interesse, tanto da parte da oferta como da parte da procura.

A prostituição é a prática sexual hetero ou homossexual com diversos indivíduos em remuneração num sistema organizado. O meio prostitucional funciona como um mercado de oferta e de procura. Oferta por parte da mulher que se vende, procura por parte do homem que a compra. Este é o caso mais simples. Na maioria dos casos, oito ou nove em cada dez, segundo observadores na Europa, intervém uma terceira pessoa: o organizador e o explorador do mercado, o chulo ou proxeneta, o proprietário de casas fechadas, salões de massagens, fornecedor de quarto de hotel. O negócio da prostituição rende ao proxenetismo milhões de dólares, porque a prostituição não se reduz a um ato individual de uma pessoa que aluga o seu sexo por dinheiro, é uma organização comercial com dimensões locais, nacionais e internacionais onde existem três parceiros: pessoas prostituídas, proxenetas e clientes (Gaspar, 1985).

A prostituição pode ser definida como uma prestação de favores sexuais em troca de dinheiro. A *palavra prostituta* começou a se tornar comum no final do século XVIII. Na Antiguidade, a maioria das prestadoras destes serviços eram cortesãs, concubinas ou escravas. As cortesãs e as concubinas possuíam muitas vezes uma posição elevada na sociedade tradicional (Giddens, 2009).

Segundo Gaspar (1985), a prostituição é um contínuo de relações possíveis entre homens e mulheres que combinam sexo e dinheiro sem passar pelo casamento ou pela procriação. O mesmo autor afirma que relacionar prostituição e casamento encontra suas origens na divisão histórica da condição feminina entre honestas e

perdidas, e o autor observa divisão como processo da coisificação da mulher reduzida a mero objeto dos desejos do homem a quem deve ser assegurada a garantia da realização plena.

O primeiro conceito legalista de prostituição surge no século VI a.C., e considerava prostituta a mulher que se entregava ao homem com indiferença afetiva a troco pecuniário (Lopes, 2010).

Já na época histórica, isto é, no século VI a.C, se podiam distinguir dois tipos de prostituição: prostituição de luxo, praticada por cortesãs instruídas nas mais diversas áreas para satisfazer os clientes ou até mesmo intelectuais; e a prostituição exercida em bordéis com baixas condições, onde as mulheres eram escravizadas e exploradas por senhores, que podemos referenciar como os primeiros proxenetas da história (Lopes, 2010).

De acordo com Fontinha citado por Lopes (2010), há dois tipos de prostituição: a prostituição de elites, formada por mulheres provenientes da classe social com algum poder econômico, e a prostituição estigmatizada, constituída por mulheres provenientes de segmentos da sociedade mais desfavorecida. Deste modo, a maioria das adolescentes em situação de prostituição enquadram-se no segundo tipo, uma vez que estamos face a uma prostituição de sobrevivência.

Pereira (2000), autor português, identifica três estágios diferentes da prostituição. No primeiro momento, a prostituição é assumida como algo sagrado e místico, praticada por sacerdotisas como forma de adoração aos deuses. Numa segunda fase, denominada epicuriana, a prostituição é vista sob uma perspectiva estética e política, em que os Estados realizavam a gestão das atividades da prostituição. No terceiro momento, nomeadamente o cristão, a prostituição é repudiada e atacada em nome da moral e dos bons costumes (Lopes, 2010).

Já para Goldstein citado por Guiddens (2009), o autor classificou os tipos de prostituição em termos de compromisso ocupacional e contexto ocupacional. O compromisso ocupacional consiste na frequência com que uma mulher se envolve na prostituição. Muitas mulheres envolvem-se temporariamente, vendendo sexo algumas vezes antes de abandonarem a prostituição por muito tempo ou para sempre. As prostitutas ocasionais são aquelas que aceitam muitas vezes dinheiro em troca de sexo, mas sem praticar estas atividades regularmente, a fim de aumentar o seu

rendimento proveniente de outras fontes. Outras estão continuamente envolvidas na prostituição, sendo esta a sua principal fonte de rendimento.

O contexto ocupacional designa o tipo de ambiente de trabalho e o processo de interação em que uma mulher está inserida. Uma prostituta de rua faz o seu negócio na rua.

Uma acompanhante estabelece contato com os clientes por telefone, indo aos homens à casa dela ou recebendo-a na sua própria casa. Uma prostituta da casa é uma mulher que trabalha num clube privado ou num bordel. Uma prostituta da casa de massagens presta serviços sexuais num estabelecimento que só oferece, supostamente, instalações para massagens e tratamentos de saúde legítimos.

2.3 TRAJETÓRIAS ESCOLARES DE ADOLESCENTES QUE ESTÃO NO MUNDO DA PROSTITUIÇÃO

A partir da análise das experiências escolares, trabalhadoras sexuais revelam como ações pedagógicas podem ser atravessadas pelas relações de poder, preconceito, bem como afetividade e respeito. A instituição escolar é, para este público, importante espaço de interação entre os sujeitos. Muitas adolescentes que estão no mundo da prostituição desejam estudar para poderem, futuramente, melhorar suas vidas econômicas e sociais, sobretudo para alcançarem os seus planos. Muitas delas desejam sair da prostituição para poderem continuar com os estudos (Silva, 2013).

A escola, para essas adolescentes, representa mais do que um local de aprendizagem formal. É também um espaço simbólico de reconhecimento, dignidade e possibilidade de mudança. Ainda que muitas estejam envolvidas em práticas de prostituição por motivos socioeconômicos, o desejo de retornar aos estudos e conquistar uma vida melhor está presente em seus relatos. O sonho de alcançar a estabilidade financeira, de ter uma profissão valorizada e de ser socialmente respeitada passa, invariavelmente, pela revalorização da escolarização como um bem necessário e estratégico.

Muitas adolescentes que estão no mundo da prostituição desejam estudar para, futuramente, melhorarem a sua vida econômica e social, sobretudo para alcançarem os seus projetos de vida. A esperança de deixar o comércio sexual como única fonte de rendimento está intrinsecamente ligada à retomada ou à continuidade dos estudos.

Como destaca Silva (2013) várias jovens expressam o desejo de abandonar a prostituição para seguir uma trajetória educativa mais estável e digna.

A escola é uma experiência comum na fase da infância até a adolescência para a maioria dessas jovens. É, frequentemente, um dos primeiros espaços públicos em que elas aprendem a se relacionar com instituições formais. No entanto, a permanência nesse ambiente é fortemente condicionada por variáveis como contexto familiar, apoio emocional, acesso a políticas públicas e ausência de violência.

O percurso escolar de meninas em situação de prostituição é, geralmente, marcado por rupturas sucessivas. A evasão escolar, o fracasso nas disciplinas, a transferência frequente de escola e as experiências de exclusão dentro do ambiente educativo são elementos recorrentes. Esses fatores dificultam a formação de vínculos duradouros com o espaço escolar, e comprometem a autoestima e a confiança das alunas em relação às suas capacidades.

A escola é percebida como um espaço desejado na medida em que é compreendida como via para melhores condições de vida. O trabalho sexual, por sua vez, não exige escolarização nem formação específica, o que o torna, paradoxalmente, uma alternativa para adolescentes em contextos de alta vulnerabilidade. Entretanto, como destaca Silva (2008), a escolarização passa a ser vista como um diferencial necessário para conquistar postos de trabalho formais e para o reconhecimento como sujeito de direitos.

Numa sociedade que valoriza a formação acadêmica como requisito de inclusão e mobilidade social, a ausência da educação básica compromete a inserção laboral e acentua ainda mais o ciclo de exclusão. Assim, a escola não apenas certifica a preparação para o mercado de trabalho, mas também legitima o pertencimento social. A ausência de escolarização reforça o estigma e nega às adolescentes em situação de prostituição a possibilidade de serem vistas como cidadãs plenas.

Infelizmente, as mudanças no acesso e na permanência no sistema escolar seguem lentas e desiguais. A escolarização de grupos em situação de vulnerabilidade, como adolescentes trabalhadoras do sexo, ainda é uma meta distante. A maioria pertence à classe baixa, vive em comunidades periféricas e carentes de serviços básicos. Suas experiências educativas são muitas vezes fragmentadas, intermitentes e condicionadas pelas dificuldades cotidianas de sobrevivência.

Essas adolescentes enfrentam barreiras que vão muito além da falta de recursos materiais. Muitas convivem com ambientes familiares violentos, negligência parental, abuso sexual e abandono afetivo. A ausência de apoio emocional constante e de redes de proteção social eficazes contribui diretamente para a descontinuidade da vida escolar. Mesmo quando presentes na escola, essas alunas frequentemente não têm acesso ao apoio psicopedagógico necessário para superar os obstáculos pessoais e sociais que enfrentam.

Além disso, a dupla jornada imposta pela atividade sexual noturna e a frequência escolar diurna cria um ciclo de esgotamento físico e emocional. Muitas adolescentes chegam à escola com sinais de exaustão, dificuldade de concentração, ansiedade ou até mesmo trauma. Esse estado emocional compromete significativamente sua capacidade de se envolver nas atividades pedagógicas, o que contribui para baixos desempenhos e reforça a ideia de fracasso escolar.

Outro fator agravante é a estigmatização. A escola, que deveria ser um ambiente acolhedor e seguro, muitas vezes reproduz preconceitos e julgamentos morais. Professoras, colegas e até gestores escolares manifestam, conscientemente ou não, atitudes discriminatórias que intensificam o sentimento de exclusão e inferioridade das adolescentes. A ausência de uma pedagogia inclusiva, que valorize a diversidade e compreenda os contextos sociais dos alunos, transforma a escola em mais uma instância de marginalização.

Silva (2008) argumenta que a escola tem o potencial de atuar como agente transformador da realidade dessas jovens, desde que esteja articulada com políticas públicas de assistência social, saúde e proteção à infância e juventude. Para tanto, seria necessário implementar práticas pedagógicas sensíveis às especificidades dos alunos, promover formação continuada dos docentes, criar espaços de escuta ativa e fortalecer as parcerias interinstitucionais com conselhos tutelares, centros de apoio e Organizações Não Governamentais (ONGs).

É fundamental repensar o papel da escola diante da prostituição infanto-juvenil, não como instituição reprodutora de estigmas, mas como espaço de reconstrução de identidades. Programas de reinserção escolar, iniciativas de Educação para Jovens e Adultos (EJA), mediação escolar e o apoio psicossocial devem ser incorporados à

rotina das escolas em contextos de alta vulnerabilidade social. Só assim será possível garantir o direito à educação como um direito humano universal.

A trajetória escolar interrompida dessas adolescentes não representa apenas uma perda pessoal, mas também evidencia falhas estruturais do Estado em garantir condições mínimas para o pleno desenvolvimento infanto-juvenil. O envolvimento com a prostituição não deve ser compreendido como uma escolha individual desvinculada de contexto. Pelo contrário, é uma resposta de sobrevivência a uma realidade marcada pela pobreza, abandono, exploração e negação de direitos fundamentais.

Nesse sentido, reconhecer, compreender e transformar essas trajetórias é uma tarefa coletiva, que demanda ação integrada entre escola, família, poder público e sociedade civil. A promoção da escolarização de adolescentes em situação de prostituição deve ser prioridade nas agendas educacionais e sociais. Mais do que as incluir no sistema formal, é necessário construir uma escola verdadeiramente inclusiva, onde cada sujeito se reconheça como portador de potencialidades e direitos, independentemente de sua história de vida.

A trajetória escolar interrompida ou precária dessas adolescentes não representa apenas uma perda de oportunidades individuais, mas também um reflexo das falhas das estruturas sociais e institucionais em garantir o direito à educação. O envolvimento com a prostituição se mostra, assim, não como uma escolha livre, mas como uma resposta possível, ainda que dolorosa a contextos de exclusão, violência e carência de direitos básicos.

2.4. FATORES DETERMINANTES DA PROSTITUIÇÃO

A prostituição é um fenômeno duradouro, que resiste às tentativas dos governos para o eliminar, tratando-se quase sempre de uma situação em que as mulheres vendem favores sexuais a homens, e não o inverso, embora haja alguns exemplos em que os homens prestam serviços sexuais a mulheres.

Segundo Lopes (2010), a prostituição não é explicável por um único fator. Poderia parecer que o homem tem simplesmente necessidades sexuais mais fortes ou mais persistentes do que as mulheres, e, por isso, procuram o escape que a prostituição proporciona. Mas esta explicação não é plausível. A maioria das mulheres parece ter capacidade para desenvolver a sua sexualidade de uma forma mais intensa do que os homens com a mesma idade. Além disso, se a prostituição existisse

simplesmente para servir necessidades sexuais, deveria haver muitos prostitutas a prestar este tipo de serviços às mulheres.

Na tentativa de fazer a síntese das variadas e complexas causas que contribuem para o surgimento e permanência do fenômeno da prostituição, relacionamos, abaixo, as seguintes causas e respectivamente as suas consequências.

2.4.1. O fator pobreza

Segundo Cabié et al. (1999), autoras francesas, a pobreza é a privação material em que se encontra um indivíduo (ou conjunto de indivíduos). Pela falta de recursos econômicos para suprir as suas necessidades básicas, ou de um determinado nível de padrão de vida da sociedade em que vive, a pobreza surge como um problema social mais restringido a uma conexão assente na privação causada por dificuldades econômicas (Cabié et al., 1999).

Porém, como ficou explicitado, presta-se a várias definições, segundo a dimensão que é levada em consideração: econômica, política, social e cultural. Para o autor angolano Pestana (2011), a pobreza é vista como uma situação de privação de direitos de que resulta uma situação de privação e de vulnerabilidade material e humana. Mas, para além da vulnerabilidade a situações de crise política ou econômica, as doenças e as calamidades naturais, a pobreza exerce influência na personalidade do indivíduo, em função da intensidade e da persistência dessa situação de privação, com consequências para a estabilidade e bem-estar global da sociedade.

Apesar do conceito de pobreza material e humana ser universalmente aceito, ele varia de acordo com as normas da sociedade e das condições locais específicas. A percepção da pobreza e as características que qualificam os pobres não são as mesmas em Angola e em um país desenvolvido, onde o rendimento médio *per capita* e o nível de desenvolvimento dos serviços e das infraestruturas sejam muito superiores. Por outro lado, mesmo dentro do território nacional, as percepções de pobreza são diferentes em função das formas de organização da sociedade, composição demográfica da população, de características próprias dos grupos etnolinguísticos (Pestana, et al., 2011).

Já para Costa citado por Fernando (2024), pobreza ganhou uma evolução conceitual refletindo em parte os diferentes contributos destas abordagens, evidenciando uma progressiva desmultiplicação do conceito em várias dimensões que procuram enquadrar novas realidades associadas à pobreza. Neste sentido, surgiram dicotomias no conceito de pobreza que nos dão conta da multiplicidade de significados que pode assumir: pobreza absoluta, relativa, objetiva, subjetiva, tradicional, nova pobreza, pobreza rural, urbana, temporária e pobreza duradoura.

A pobreza absoluta baseia-se na noção de necessidades básicas, estando em causa várias dimensões inerentes à noção de recursos (rendimentos, bens de capital, benefícios em espécie associados ao trabalho) e outros. A pobreza absoluta traduz uma situação de ausência total de recursos que põe em causa a própria sobrevivência humana, pois esta coloca muitas vezes a pessoa a pensar em várias situações para sair dela, e, dentre estas situações está a prostituição, uma vez que nada tem, e o que tem é simplesmente o seu corpo para sobreviver.

A pobreza relativa significa uma situação de privação parcial de recursos que impede o acesso aos padrões de vida da sociedade de referência, e esta remete para a análise da pobreza face aos padrões sociais em geral.

Para Fernando (2024), autor angolano, a pobreza absoluta ou extrema, que muitas famílias ainda vivenciam, vem sendo apontada como um dos fatores determinantes para o ingresso de crianças e adolescentes na prostituição, pela queda do poder aquisitivo do chefe de família, pelo aumento de mulheres (sozinhas) chefes de família e pelo crescente desemprego, como modelo socioeconómico que atualmente vivem.

Salientamos este aspecto nas camadas populares em que uma família que se baseia na articulação entre o trabalho doméstico e o trabalho remunerado, mas que, embora intermitentemente, termina por recorrer ao trabalho feminino remunerado. De maneira geral, crianças em situação de extrema pobreza, sem auxílio dos pais, acabam tornando-se presas fáceis para os homens que, em busca de sexo barato e fácil, acabam aliciando-as e levando-as para um mundo de prostituição (Fernando, 2024).

2.4.2. Fatores familiares

Segundo Osório citado por Mateus, (2011), a origem etimológica da palavra família deriva do vocábulo latino *família*, que significa servo ou escravo, o que sugere que, primitivamente, considerava-se a família como um conjunto de escravos ou criados de uma mesma pessoa. O autor acrescenta em dizer que a família é uma unidade grupal onde desenvolvem três tipos de relações pessoais: aliança (casal), filiação (pais e filhos) e consanguinidade (irmãos), e que, a partir dos objetivos genéricos de preservar a espécie, nutrir e proteger a descendência, e fornecer-lhe condições para a aquisição de suas identidades pessoais, desenvolveu através dos tempos funções diversificadas de transmissão de valores éticos, estéticos, religiosos e culturais.

Para Ramos citado por Mateus, (2011), a família é um lugar paradoxal onde tudo se movimenta e se reproduz com confiança; ela tem vindo a ser um fio do tempo, um lugar privado, longe do resto do mundo, um lugar à parte, símbolo de intimidade do lar. Lugar de felicidade e de tensão. De acordo com este autor, nos tempos atuais, a família aparece quer como a imagem de refúgio, lugar de intimidade e de efetividade, espaço de autenticidade, arquétipo de solidariedade e de privacidade, quer como a imagem de lugar de inautenticidade, e de privacidade de opressão, de obrigação, de egoísmo, geradora de conflitos e de violência.

Já para Santos (2002), autor português, o conceito de família é muito impreciso, dado poder subentender associações de parentes muito diferentes. Segundo o autor, a família é o conjunto de indivíduos ligados pelo sangue, pelo casamento, pela adoção, ou, também, é o conjunto de pessoas pertencentes a uma determinada linhagem importante.

A família tem uma relação muito forte com a entrada dos adolescentes no mundo da prostituição. Segundo Garcia (2024), é nas relações quotidianas com familiares e maridos que elas mais sofrem com violência física e psicológica. Na trajetória dessas mulheres, a violência no âmbito doméstico e familiar é mais evidente do que os maus tratos sofridos durante as suas funções como prostitutas. Humilhações, controle do seu corpo para família, fazem com que adquiram maior grau de autonomia e controle. Tudo gira em torno da família (original ou constituída) e das relações afetivas.

É na família onde encontramos as adolescentes a abandonarem suas casas para se instalarem fora ou na rua. Isso acontece através dos abusos perpetrados em casa, na própria família ou por pessoas próximas que dariam o suporte para a educação das adolescentes, sendo os mesmos que fazem o papel de abusadores, sobretudo os padrastos e vizinhos. Muitas pessoas que entram na prostituição nasceram em famílias organizadas segundo um modelo tradicional, centrado na autoridade masculina com rígida divisão de papéis de gênero. Muitas famílias dão expectativas das adolescentes de se casarem cedo, só depois seguem os estudos.

A sexualidade e a maternidade na adolescência, que implica o casamento precoce, configuram um impedimento aos estudos e pode dar acesso à prostituição. Além da sexualidade precoce e do abuso, o cenário socioeconômico das famílias também favorece, pois muitas vezes incitam adolescentes a namorarem com um rapaz da sua idade, e com outro mais velho e economicamente bem-sucedido. Outro motivo que leva a optar pela prostituição das adolescentes é a falta de oportunidade de trabalho, ou seja, quando as tarefas são rigidamente demarcadas pela divisão sexual do trabalho, dentre as poucas opções de trabalho adequado às mulheres (Garcia, 2024).

Já para Gamarra et al. (2005), a família tem muito a ver com a entrada das adolescentes no mundo da prostituição uma vez que ela se encontra sem uma estrutura; dá-se conta que essa desestrutura está em uma cadeia de gerações passando de pai para filho.

As profundas transformações que as famílias vêm sofrendo têm provocado mudanças nos papéis, valores e quotidianos familiares. Torna-se importante não culpabilizá-las, pois o momento social, cultural, econômico e político que vivemos, deixam-nas sozinhas diante da imensa e difícil tarefa de sustentar, criar e educar seus filhos, sem que tenham a mínima retaguarda que possa estruturá-las diante as situações de adversidades que as permeiam.

Dessa forma, percebemos nitidamente a desigualdade nas relações entre os gêneros e a violência que pode apresentar sob diversas faces. Uma delas é a que se esconde sob o véu da instituição familiar enquanto o espaço velado, privado e protegido, criando um certo isolamento, onde o gênero é uma outra característica que se apresenta como desigualdade básica no exercício da violência nessa instituição.

Ainda dentro da família, queremos destacar, também, a questão da desestruturação familiar. O grupo familiar não permite às adolescentes construírem vínculos mais profundos e afetivos com os pais e irmãos devido à falta de uma das figuras fortes, o pai ou a mãe, de dinheiro para a comida e outras necessidades básicas, de espaço para morar, de privacidade para cada um dos membros da família e de efetividade no interior da família.

Em função da educação autoritária dos pais, ou ainda a total alienação e ausência dos pais frente aos filhos. Estas relações facilitariam a criança ou adolescente abandonar o lar e encontrar nas ruas um ambiente mais agradável, ou mesmo obter da prostituição e da gratificação sexual, amor, carinho e atenção não recebidos dos pais. Para as adolescentes inseridas na prostituição, esse contexto parece sinalizar uma ordem natural das coisas, em que parecem aceitar com resignação essa condição.

Estar sem o amparo e o afeto da família e das suas relações pode propiciar relações de domínio sobre esses atores, que esses momentos se apresentam frágeis e sem condições de protestar ou até mesmo oferecer residência na troca pelo calor do acolhimento que está sendo oferecido, e que tanto busca e necessita (Gamarra et al. 2005).

Numa outra visão, temos as famílias bem recompostas, que são vistas como a relação mãe, filha e a presença de padrastos que, em geral, rejeitam as enteadas de forma violenta, levando as mães praticamente a expulsarem as filhas de casa. Essa relação torna-se ainda mais complexa pela ocorrência frequente do abuso sexual contra as enteadas. Muitas vezes, quando os progenitores externos ao ambiente familiar insistem em que os filhos os continuem a visitar, com a mesma frequência de outrora, as tensões inerentes à manutenção da unidade do novo agregado familiar serão exacerbadas (Giddens, 2002).

Existe uma grande lacuna provocada pela ausência de diálogo e pela forma como foram vivenciadas as situações de abandono, morte materna e o convívio com familiares por serem filhas biológicas de um dos pais, rompendo com as relações de confiança, respeito e afeto, provocando a perda de uma identidade individual e coletiva.

2.4.3 O fator desemprego

O desemprego é um dos principais fatores que levam indivíduos, especialmente mulheres, à prostituição. A falta de oportunidades no mercado de trabalho, aliada à vulnerabilidade social e económica, faz com que muitas pessoas recorram à prostituição como forma de sobrevivência.

Em Angola, o desemprego é um problema estrutural que afeta milhões de pessoas, e suas consequências vão além da esfera económica, impactando diretamente a dignidade e os direitos humanos. As mulheres são mais afetadas pelo desemprego do que os homens, e muitas delas são chefes de família, responsáveis pelo sustento de seus filhos. Sem alternativas viáveis de trabalho, a prostituição surge como uma opção para garantir a sobrevivência. Essa realidade é agravada pela falta de políticas públicas eficazes que promovam a inclusão social e económica dessas mulheres. A ausência de oportunidades económicas e sociais cria um ambiente propício para a exploração sexual, especialmente em comunidades marginalizadas. A autora destaca que a prostituição, em muitos casos, não é uma escolha, mas uma imposição das circunstâncias (Altman, 2001).

A Declaração Universal dos Direitos Humanos afirma, em seu artigo nº 23, que “todo ser humano tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego”. Devemos convir que a realidade Angolana está distante desse ideal. A falta de emprego e de políticas públicas voltadas para a inclusão social perpetua ciclos de pobreza e exclusão, que muitas vezes levam à prostituição.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) também destaca a importância de políticas de emprego inclusivas e sustentáveis para combater a pobreza e a exploração. A OIT recomenda que os governos implementem programas de capacitação profissional e criem oportunidades de trabalho para grupos vulneráveis, como mulheres e jovens.

Samuelson (2005) apresenta dois conceitos de emprego e desemprego. Para o autor, os desempregados compõem o grupo que engloba as pessoas que não estão empregadas, mas que estão ativamente à procura de emprego, ou estão à espera de regressar ao trabalho.

Para o autor, empregados são pessoas que desempenham qualquer trabalho remunerado, bem como aqueles que têm emprego, mas estão ausentes por motivos de doença grave ou férias (Samuelson, *et al.*, 2005).

O desemprego designa aquela situação em que o indivíduo não possui emprego, isto é, não executa um conjunto de tarefas específicas durante um período de tempo determinado, em troca de uma retribuição, geralmente de caráter financeiro, embora não exclusivamente. O autor acrescenta que, para ser considerado desempregado, é necessário ter presente três condições, que são: estar sem emprego, não ter efetuado nenhum trabalho remunerado e estar disponível para trabalhar.

Segundo alguns princípios econômicos, uma pessoa é considerada desempregada se estiver demitida temporariamente, se estiver à procura de emprego ou se estiver aguardando para iniciar um novo trabalho dentro de trinta dias. Uma pessoa que não se enquadre em nenhuma das categorias, como estudantes em tempo integral, donas de casa ou aposentados, está fora da força de trabalho (Mankiw, 2005).

Se as famílias não têm acesso ao mundo do trabalho regular, à saúde, à escola, suas possibilidades de realização acabam ficando restritas, porque o clima psicológico de seu cotidiano fica comprometido pelas tensões e pelos conflitos daí derivados, perda de autoridade sobre os filhos, visto que não tem nada para lhes dar. Daí, muitas vezes, a solução de muitas mulheres é de recorrer à prática da prostituição a fim de buscar o sustento de suas famílias (Gamarra *et al.*, 2005).

2.4.4. A questão do consumismo

Segundo Guimarães (2005), o consumismo tem uma relação muito forte com a entrada das adolescentes na prostituição através da busca ilimitada pelo ter. Optamos por chamar esse item de consumismo: a busca ilimitada pelo ter, porque grande parte das adolescentes que optam por este caminho da prostituição buscam o ter, e o dinheiro ganho com essa prática é investido em bens, ou melhor, em que tem por objetivo fazer com que essa mulher seja pertencente à sociedade de consumo. O autor afirma também, em concordância com as autoras supracitadas, que viajar e comprar roupas caras estão muito presentes no cotidiano dessas meninas, porém

essa autora acredita que isso não passa de uma ilusão de felicidade, já que a sua condição de estigmatizada será sempre lembrada por essas mulheres.

2.4.5 A questão do sujeito

Ao tratar sobre concepções de sujeito e subjetividades de crianças e adolescentes que vivenciam a exploração sexual infanto-juvenil, buscamos na psicologia histórico-cultural, fundamentada nas ideias de Vygotsky, os aportes teóricos para a compreensão deste sujeito, que muitas vezes é marcado e estigmatizado por uma sociedade que enxerga a prostituição infanto-juvenil como consequência apenas de fatores externos, como por exemplo, as questões econômicas, culturais ou familiares. O materialismo histórico e dialético, ou seja, a teoria marxista que concebe o homem como ser histórico e social, que se constitui enquanto tal a partir de sua relação com os outros homens e com suas condições materiais de existência, consiste na matriz da psicologia histórico-cultural.

Para Vygotsky, o homem é um ser social, pois é a partir das relações estabelecidas com outros que, paulatinamente, constrói suas características singulares e constitui-se enquanto sujeito, ou seja, enquanto alguém que, ao mesmo tempo em que é marcado pelo contexto social e histórico em que se insere, é capaz de regular sua própria conduta e vontade, de reconhecer-se enquanto ser resultante da história, e ao mesmo tempo, seu produtor (Zanella, 2001).

2.4.6 A sexualidade na adolescência

O papel da sexualidade na cultura angolana é responsável em grande parte pela entrada no mundo da prostituição na adolescência. A ideia da sexualidade está intimamente ligada à ideia que faz com que essa denominação seja geracional, porque se manifesta de uma geração a outra através da dominação masculina e ao patriarcado que reina na sociedade Angolana e não só, e por sua vez, a grande banalização do sexo na nossa sociedade pertence à própria família.

Em relação ao sexo, observa-se que a criança/adolescente/mulher se apresenta como a vítima mais frequente. As crianças adolescentes acabam sofrendo os impactos desse processo, sendo feridas em seu processo de desenvolvimento com a ruptura de violência que beneficiaram a promoção da saúde. Assim, o poder (quase) absoluto que um homem tem sobre uma criança, o prazer de dominar, possuir alguém no que tem de mais íntimo: a sua vida sexual leva-nos a acreditar que os motivos da

violência sexual ultrapassam o prazer sexual, para se constituir como uma forma de abuso de poder (Gammer et al., 2003).

A educação sexual, quando bem conduzida, pode ajudar os adolescentes a desenvolverem uma visão mais ampla e crítica sobre sua sexualidade. Ela deve ir além da abordagem biológica e incluir reflexões sobre questões de gênero, respeito às diferenças, relações afetivas e os direitos sexuais.

2.4.7 Falta de acesso à formação ou educação formal

A Educação é essencial para o desenvolvimento humano e para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. No entanto, a falta de políticas públicas eficazes para garantir esse direito perpetua a exclusão social e contribui para que indivíduos vulneráveis sejam levados ao mundo da prostituição.

A falta de acesso à educação também está relacionada à perpetuação de desigualdades de gênero; as mulheres, historicamente, enfrentam maiores barreiras para acessar a educação e o mercado de trabalho, o que as tornam mais vulneráveis à exploração sexual. A educação, nesse sentido, é uma ferramenta essencial para empoderar as mulheres e oferecer-lhes alternativas para uma vida digna e independente (Louro, 2008).

Apesar de confirmado que os jovens instruídos também caem na prostituição, é possível evidenciar que a maioria são adolescentes com habilitações literárias muito baixas, ou analfabetas, que por não terem conhecimento das consequências, acabam se sujeitando a esse tipo de situação. Também muitas vezes por não conseguirem vaga no sistema normal de ensino acabam por ter muito tempo livre, provocando, assim, a entrada dessas meninas no mundo da prostituição.

A falta de acesso à educação de qualidade e à qualificação profissional contribui para o aumento do desemprego, e, conseqüentemente, para a vulnerabilidade social.

Contudo, esse prolongamento da escolarização não se conforma, pois, todo o contexto dessas relações conflituosas agrava as situações de fracasso e evasão escolar, embora a escola não seja uma garantia de superação desses conflitos, o espaço escolar representa uma oportunidade de resgate e superação das inúmeras carências presentes neste contexto.

2.4.8. O fator violência

Seja física, sexual, simbólica, emocional ou psicológica, a violência tanto dentro quanto fora da família, é constitutiva da inserção das adolescentes no mundo da prostituição.

Ramos (2002) salienta que o comportamento parental vai ter influência na qualidade dos cuidados prestados à criança ou ao adolescente, e este comportamento vai ser influenciado pela história, características e competências dos pais.

Vendo muitas vezes as suas mães serem maltratadas, as crianças sentem-se revoltadas e acabam por sair de casa e entram no mundo de prostituição para a sua própria sobrevivência. Segundo Ribeiro (1948), as crianças e os adolescentes sentem-se obrigados a trabalhar para ajudar na subsistência da casa, e devido a essa pressão e as suas condições socioeconômicas, elas vão parar na prostituição.

Essa convivência com a rua acaba colocando-as em situação de risco, onde pessoas desconhecidas oferecem drogas, e isso se torna outro fator que fragiliza as crianças, e as levam à prostituição (Ramos, 2002).

A violência humana tem sido objeto de estudos dos mais variados enfoques e abordagens. Paradigmas estruturalistas pressupõem que todos os conflitos resultam da escassez dos bens de subsistência à vida e remontam às organizações humanas mais primitivas, aumentando na proporção do desenvolvimento industrial e tecnológico.

A estrutura da organização humana é vista como lócus permanente de conflitos. A guerra, a conquista, a defesa, tornaram-se atividades permanentes de manutenção de propriedades e defesa de direitos adquiridos.

A violência tornou-se a base da punição e a forma privilegiada de coibir os comportamentos desviantes. Esta noção compreende tanto a posição funcionalista de base positivista, como pode compreender também posições dialéticas. Na visão positivista, o consenso assume o sentido referencial para compreensão da realidade social. Consenso, aqui é entendido como a submissão irremediável do indivíduo à estrutura da sociedade.

Para Auguste Comte:

O positivismo não reconhece a ninguém outro direito a não ser o de cumprir o seu dever. Não se admite nunca senão deveres de todos para com todos. Todo direito humano, é, portanto, tão absurdo quanto mortal. [...] No estado final não se admite senão deveres em virtude de funções que o indivíduo possui em relação à vida pública (Comte, 1973, p. 263).

A violência é entendida como anomia e desvio dos indivíduos em relação à coletividade.

Numa visão dialética, a violência é compreendida como resultante das contradições inerentes ao antagonismo estrutural da sociedade de classes. Karl Marx inicia *O Manifesto Comunista* (1993) afirmando que a história da sociedade humana até o presente é a história da luta de classes. Sorell (1998) afirma que a violência pode ser entendida como uma prática moral. Para aqueles que estão na estrutura de poder de um Estado, a violência se justifica como a necessidade do uso da força.

Já para os descontentes, a violência se justifica como a necessidade de desestabilização do poder.

Para Costa (1999), a violência é agressão premeditada sistemática, e, por vezes, mortal, de um indivíduo ou grupo sobre o outro. Deste recorte, depreende-se que a violência humana se distancia do comportamento agressivo inerente à natureza própria dos outros animais, nos quais a ação violenta está presa ao instinto de defesa ou de subsistência biológica.

Thomas Hobbes, afirma que somente entre seres humanos, uma simples disputa de poder pode facilmente resultar na morte da parte perdedora, mesmo que esta revele não ter mais condições de continuar lutando. O que não ocorreria com os animais, entre os quais, normalmente, a luta cessa assim que o perdedor se der por vencido. Nos seres humanos, a violência pode assumir dimensões imprevisíveis, despertando nos membros da sociedade um permanente sentimento de ameaça, desenvolvendo, em consequência, um constante estado de alerta. (Hobbes 1651).

2.4.9. Drogas e consumo excessivo de bebidas alcoólicas

Já existe evidência científica acumulada da estreita associação e inter-relação entre o uso de álcool, tabaco e outras drogas durante a pré-adolescência e a

adolescência e o exercício da sexualidade e a prática de comportamentos sexuais de risco (Berhan et al., 2013), os quais podem contribuir para as principais causas de morbidade e mortalidade entre os adolescentes e adultos jovens, com elevados custos sociais e financeiros para a sociedade (Cohen et al., 2002). Isso ocorre porque o álcool e outras substâncias psicoativas (SPAs), como a maconha, a cocaína, o ecstasy, tendem a reduzir a capacidade de tomada de decisão e aumentar o risco de sexo não protegido, levando à possibilidade de gravidez não planejada, infecções sexualmente transmissíveis (DTS), transmissão do HIV e prática de sexo com múltiplos parceiros (Sanchez et al., 2013).

Madruga et al. (2012) defendem que é fácil encontrar um número significativo de adolescentes que passam longos períodos de tempo sem supervisão de um adulto e que têm oportunidades limitadas para participarem de atividades extraescolares. Mais da metade dos jovens sexualmente ativos experimentam o sexo em casa depois da escola, e, especialmente para os meninos, o sexo e os riscos relacionados às drogas aumentam à medida que a quantidade de tempo sem vigilância dos pais ou encarregados de educação também aumenta, visto que os jovens desejam cada vez mais independência e “liberdade”. Muitos pais, provavelmente, acreditam que é apropriado deixá-los cada vez mais “por conta própria”, e, por conseguinte, as abordagens de prevenção têm-se concentrado apenas no fornecimento de informação sobre álcool e drogas e no incentivo à abstinência sexual ou ao sexo seguro (Cohen et al., 2002).

Em geral, a associação entre comportamentos sexuais de risco e uso de SPAs durante a adolescência carrega consequências negativas para a vida adulta, por exemplo: gravidez indesejada, ISTs, HIV/Aids, trazendo um imenso ônus psicossocial tanto para meninos quanto para meninas, as quais podem ser plenamente evitadas mediante a difusão de intervenções preventivas especialmente primárias nas escolas, na comunidade e na família, com estratégias que aliem compromisso, evidência, flexibilidade, empatia, e que tenham como alvo os interesses e a realidade sociocultural que os jovens vivenciam (Berhan et al., 2003).

Este fator atinge muitas adolescentes geralmente de uma posição social baixa, vítimas do sistema capitalista e consumista imposto a todos. Deixam-se seduzir pelo dinheiro rápido, para assim manterem um padrão e uma aparência em meio à sociedade que as rodeiam.

Outro fator alarmante este, porém, é mais comum nas grandes cidades onde as adolescentes se prostituem nas ruas, simplesmente para manterem o vício. Na sua maioria são jovens em situação de rua ou mesmo sem-abrigo e veem na prostituição uma forma de serem autossuficientes.

Segundo Winnicott citado por Calole (2003), o adolescente, por mais capacidades que tenha, é ainda imaturo, e deve por isso ser protegido. A reação das drogas ou bebidas alcoólicas provoca a desorganização de toda adolescência, é apenas uma das respostas possíveis nessa fase.

Além disso, a multiplicidade das drogas ou bebidas alcoólicas, e a heterogeneidade dos consumidores não facilitam as coisas. É de reconhecer que apesar de numerosas racionalizações, a primeira razão do consumo é a curiosidade, e depois o prazer, mas muitos apercebem-se de que a satisfação é momentânea. Os adolescentes que consomem bebidas alcoólicas ou drogas ilícitas são adolescentes que não encontram, na vida pessoal ou relacional, nas atividades quotidianas ou nas reflexões pessoais, os meios para se descontraírem de uma maneira diferente da que ocorrem com produtos cujos efeitos químicos lhes trarão o que deveriam esperar de atividades mais naturais (Braconnier, 2000).

Vivemos em um mundo onde o sexo em si é intensamente enfatizado, muito mais que a sexualidade como um todo, onde o álcool e as drogas estão muito presentes no universo que engloba as questões relacionadas ao “ser e estar sexual” dos seres humanos. As drogas estão fortemente associadas a experiências sexuais diversas, iniciação sexual, comportamentos sexuais de risco, gravidez indesejada, violência sexual e disfunções sexuais causadas pelo uso crônico de substâncias psicoativas. Existe uma incessante busca, principalmente entre os adolescentes e adultos jovens, por substâncias capazes de aumentar a libido e o prazer, facilitar a aproximação entre as pessoas, prolongar o orgasmo e auxiliar a ereção (Diehl & Vieira).

Faz parte do imaginário popular a expectativa sobre o efeito da substância psicoativa em causar desinibição, facilitar a aproximação e o encontro sexual ou aumentar o desejo e o prazer sexual. Entretanto, as SPAs agem de formas diferentes no organismo, e seus efeitos dependem de vários fatores, entre eles tipo e quantidade da droga utilizada, mecanismo de ação da substância, qualidade da droga.

2.5. AS CONSEQUÊNCIAS DA PROSTITUIÇÃO

As consequências da prostituição são complexas e multifacetadas, envolvendo questões de saúde, psicossociais, violência e vulnerabilidade (Villela; Monteiro, 2015). Essas consequências variam de acordo com o contexto social e a vulnerabilidade da pessoa, podendo ser distintas para profissionais do sexo com mais ou menos recursos e poder social (UFBA, [s.d.]).

Problemas educacionais: dificuldades de aprendizagem, deficiência intelectual, perda de autoestima, ansiedade, exclusão, IST, perturbações do sono e outros.

Para esta pesquisa, destacamos as seguintes consequências:

- **Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs):** a prostituição expõe os indivíduos a um risco maior de contrair ISTs, incluindo o HIV/AIDS, devido ao grande número de parceiros sexuais e, em certos contextos, à falta de uso de proteção.
- **Problemas psicobiológicos:** entre os impactos, estão comorbidades como depressão, pânico e ansiedade, que afetam a saúde pública. (Villela; Monteiro, 2015).
- **Uso de substâncias psicoativas:** o uso excessivo de drogas é uma realidade para algumas pessoas em situação de prostituição, especialmente as mais vulneráveis socialmente (UFBA, [s.d.]).

Consequências psicossociais e de violência:

- **Exclusão social:** a prostituição é, muitas vezes, associada à marginalização e à exclusão social, afetando a inserção dos indivíduos na sociedade como sujeitos de direitos (Barreto, 2008), autor português.
- **Violência:** a exposição à violência é um risco constante, que pode ser sexual, psicológica, verbal e física.
- **Vulnerabilidade:** a vulnerabilidade social aumenta o risco de agressões, calotes e sexo desprotegido, especialmente para indivíduos com menor poder social e econômico (UFBA, [s.d.]).
- **Carências afetivas e traumas:** fatores psicológicos, como carências afetivas e traumas, e a ausência de apoio familiar podem influenciar a entrada na prostituição (Aquino; Nicolau; Pinheiro, 2011).

Consequências econômicas e de autonomia:

- **Sobrevivência:** em muitos casos, a prostituição é a única forma de obter renda para suprir necessidades básicas, como moradia e alimentação, especialmente para indivíduos que enfrentam barreiras para acessar outros empregos.
- **Autonomia:** em alguns contextos, a prostituição pode gerar mais autonomia financeira e maior renda do que outras formas de subemprego feminino, embora seja marcada por relações de gênero desiguais (UFBA, [s.d.]).

2.6. CONCEITO DE ADOLESCÊNCIA

Adolescência é o período de transição entre a infância e a idade adulta. Biologicamente, é marcada pelo começo da puberdade. Depois deste período, um indivíduo torna-se sexualmente maduro e pode potencialmente tornar-se mãe ou pai de uma criança. Socialmente falando, a adolescência é marcada por uma crescente independência em relação aos pais, à medida que o jovem se prepara para deixar o seu lar, para completar a sua educação, para se juntar a parceiros sexuais e para procurar alguma vocação ou emprego (Peterk, 1998).

A adolescência apresenta características especiais em função das épocas, do ambiente cultural, social e econômico. A geração dos anos oitenta do século XX já não é a mesma dos anos sessenta, mas a geração de há trinta anos também já não era a mesma de há quarenta ou cinquenta anos. Cada geração é sempre confrontada com os problemas sociais da sua época (Calole 2000).

Segundo Braconnier (2000), a adolescência é um período de abertura e de mudanças, de descoberta e de conquista que representarão outros tantos itinerários na vida daquele futuro adulto; mas é também o tempo da dúvida, do aborrecimento e de uma expectativa impaciente, o tempo da esperança e da ilusão e, por vezes, o da decepção. Período de emoções, de afetos, descoberta de si mesmo e do outro. A adolescência marca de forma duradoura o destino de cada indivíduo.

Já para António de Matos (2012), na sua obra “Adolescência”, afirma que a adolescência é um período em que a vida mental é extremamente intensa e móvel; condicionada que está, por um lado, pela enorme pressão dos instintos, por outro, pelo alargamento do conhecimento das pessoas, das coisas, dos fenômenos e de si próprio.

O autor acrescenta, ainda, que este seja talvez o único traço característico da economia e dinâmica do psiquismo do adolescente. Porquanto, o surto evolutivo da adolescência é, pelo menos em certa medida, mais uma consequência da ruptura abrupta da contenção educativamente condicionada, do que uma exploração do desenvolvimento natural do processo biopsicológico. Será, mais corretamente, uma característica cultural da adolescência: um efeito do meio, da cultura, sobre o crescimento e adaptação individuais. Quando assim não é, como vai acontecendo (e sempre aconteceu) em meios mais compreensivos e permissivos, a adolescência apresenta-se, não como uma crise, mas como uma onda do desenvolvimento mais célere.

Para um entendimento deste sujeito que ora estamos discutindo, um sujeito que se constitui na linguagem e não sabe tudo de si, torna-se necessária a discussão do conceito de adolescência enquanto categoria de análise.

O historiador francês Philippe Áries (1981) quando narra, através dos relatos disponíveis e da iconografia, a história social da criança e da família no mundo ocidental, ressalta indiferenciação, até os séculos XVI e XVII, entre infância e vida adulta. A criança era considerada um adulto em miniatura e não havia, por conseguinte, o que o autor designa como “sentimento de infância”, que desde a chamada era moderna deve ligar os adultos às crianças, às quais passam a atribuir características próprias, em relações impregnadas de afetividade. Não havendo infância da forma como a concebemos hoje, não poderia haver também esse período de transição entre a etapa inicial da vida e a idade adulta, a que chamamos atualmente de adolescência ou juventude.

A vida se constituía numa continuidade, não diferenciada em faixas etárias, e a criança aprendia sobre ela e como comportar-se socialmente, através do contato direto com os adultos. Com seu estudo, Áriés demonstrou para as demais disciplinas sociais que, tanto a infância quanto a adolescência, ou as divisões do ciclo vital, são construções históricas e culturais, não determinadas pelos fatores biológicos que estas construções destacam. Em 1762, na obra *Emílio* ou *Da Educação*, de Rousseau, surgiu pela primeira vez o conceito de adolescência. Calil (2003) afirma que Rousseau definiu a adolescência como um segundo nascimento, provocado pela emergência da paixão sexual, que empurra o adolescente para fora de si, ou seja, para a humanidade, gerando mudanças de humor, rebeldia e instabilidade.

Em seu artigo sobre adolescência em situação de risco, Calil (2003) explicita que a adolescência passou a ser representada como uma época de crise, de ambiguidades, o que levou à definição deste período pela negatividade, pela ausência de características tanto da infância como da fase adulta, configurando uma situação de “marginalidade” (Calil, 2003). Diferentes teorias psicológicas sobre a adolescência reforçaram a concepção de que esta é uma fase turbulenta e confusa, natural e necessária ao desenvolvimento humano, reforçando a ideia de adolescente em crise, numa fase difícil, revoltado, que predomina no imaginário das sociedades ocidentais.

A antropóloga Margaret Mead (1985), em sua obra *Adolescência em Samoa*, observou que a criança em Samoa segue um padrão de crescimento relativamente contínuo, já que não é considerada basicamente diferente do adulto. A vida sexual é considerada natural e agradável, não sendo reprimida ou inibida pela sociedade. Em Samoa, as meninas, a partir dos seis ou sete anos, são responsáveis pelo cuidado dos irmãos mais novos. Os meninos aprendem cedo a pescar e remar canoas. Mead (1985) explica que não ocorre mudança básica na adolescência; a responsabilidade e a quantidade do trabalho aumentam à medida que a criança se torna fisicamente mais forte e madura.

Os estudos de Mead e Ruth Benedict (citados por Muuss, 1969), e de outros antropólogos que pesquisaram diferentes culturas, contribuíram para a desconstrução da ideia de que a adolescência é um período de crise, inerente à natureza fisiológica do ser humano, e colocam a origem desse conceito na dinâmica cultural da sociedade. A abordagem da psicologia sócio-histórica considera a adolescência como uma criação histórica da humanidade, que passou a fazer parte da cultura enquanto significado. Um momento interpretado e construído pelos homens, um período constituído historicamente. Nesta abordagem, o significado que a adolescência adquire historicamente está, sem dúvida, determinando ações pessoais, políticas, sociais e profissionais (Ozella, 2003).

2.6.1 Educação Sexual

A educação sexual é um processo fundamental para o desenvolvimento integral, abordando corpo, saúde, gênero, relações, consentimento e prevenção de ISTs/gravidez, desmistificando tabus e formando cidadãos autônomos e responsáveis, na importância na formação de sujeitos capazes de fazer escolhas conscientes e respeitadas, (Suplicy 1999).

- É o ensino sobre aspectos anatômicos, psicológicos e comportamentais relacionados à reprodução humana.
- O guia da ONU ampliou este conceito para incluir saúde, bem-estar, respeito aos direitos humanos e igualdade de gênero.
- Promove o empoderamento de crianças e jovens para uma vida mais saudável e segura.

2.6.2-Situação de vulnerabilidade social

A vulnerabilidade social é um conceito multidimensional que descreve a exposição de indivíduos ou grupos a riscos decorrentes da fragilidade de seus ativos (recursos) e da precariedade do acesso a oportunidades oferecidas pelo Estado, mercado e sociedade (Kaztman, 2001).

Vulnerabilidade social é um conceito multidimensional que se refere à condição de indivíduos ou grupos em situação de fragilidade, que os tornam expostos a riscos e a níveis significativos de desagregação social. Relaciona-se ao resultado de qualquer processo acentuado de exclusão, discriminação ou enfraquecimento de indivíduos ou grupos, provocado por fatores, tais como pobreza, crises econômicas, nível educacional deficiente, localização geográfica precária e baixos níveis de capital social, humano ou cultural¹ dentre outros, que gera fragilidade dos atores no meio social.

Vulnerabilidade social refere-se ao impacto resultante da configuração de estruturas e instituições econômico-sociais sobre comunidades, famílias e pessoas em distintas dimensões da vida social. Crises econômicas, debilidade dos sistemas de seguridade e de proteção social e fenômenos de precariedade e instabilidade

¹ Sobre o conceito de capital, ver Bourdieu (1987; 1989; 1990).

laboral intensificam a dificuldade enfrentada por indivíduos e grupos em sua inserção nas estruturas sociais e econômicas, gerando uma zona instável entre integração e exclusão.

Vulnerabilidade social traduz-se na dificuldade no acesso à estrutura de oportunidades sociais, econômicas e culturais que provêm do Estado, do mercado e da sociedade, resultando em debilidades ou desvantagens para o desempenho e mobilidade social dos atores. As desvantagens com respeito às estruturas de oportunidades resultam em um aumento das situações de desproteção e insegurança, o que põe em relevo os problemas de exclusão e marginalidade (Kaztman, 2001). A vulnerabilidade social tem dois componentes principais. Primeiro, a insegurança e incerteza das comunidades, famílias e indivíduos em suas condições de vida em consequência de alguma significativa instabilidade de natureza econômico-social. Segundo, os recursos e estratégias que utilizam as famílias e indivíduos para enfrentar os efeitos dessa instabilidade de natureza econômico-social são insuficientes (Pizarro, 2001).

A vulnerabilidade social em Angola é marcada pela pobreza multidimensional, afetando cerca de 51,2% da população, com maior incidência nas zonas rurais (88,2%) e entre crianças. Caracteriza-se por alta informalidade laboral (80,5%), desemprego jovem superior a 50%, falta de acesso a água, saneamento e registo civil. As províncias rurais apresentam taxas de pobreza superiores a 70%.

Principais Aspectos da Vulnerabilidade Social em Angola:

- **Pobreza Multidimensional e Zonas Rurais:** a pobreza em Angola é mais grave no interior do país, com o Instituto Nacional de Estatística (INE) indicando que a taxa de pobreza ultrapassa os 70% em algumas províncias, enquanto a média de pobreza multidimensional é de 51,2%. A maior parte da população em risco vive na zona rural (88,2%), contra 29,9% nas zonas urbanas.
- **Informalidade e Desemprego:** a maioria da população angolana (80,5%) sobrevive na economia informal. O desemprego é extremamente elevado entre jovens de 15 a 25 anos, superando os 50%.
- **Infraestrutura Básica:** falta de água potável, saneamento adequado e moradias precárias são problemas transversais que aumentam a vulnerabilidade.

- Juventude e Educação: jovens em Luanda enfrentam exclusão, violência e dificuldades na inserção laboral e educacional, conforme o Repositório Institucional da UFRN.
- Impacto no Desenvolvimento: a dependência econômica e a falta de recursos próprios para investimento social interno perpetuam a vulnerabilidade, de acordo com análises sobre a economia angolana.

2.6.3-Educação Escolar

A educação escolar, muito além da simples transmissão de conteúdos acadêmicos, constitui o alicerce para a formação da cidadania e o desenvolvimento pleno do indivíduo. No contexto atual, a escola é desafiada a transcender o modelo tradicional de ensino expositivo para se tornar um espaço de mediação, crítica e inovação. A função social da instituição de ensino não se limita a preparar mão de obra para o mercado de trabalho, mas visa, primordialmente, capacitar o sujeito a interpretar o mundo e nele intervir de forma ética e consciente (Freire, 1996). "Ensinar não é transferir conhecimentos, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção" (Freire, p. 47).

Essa perspectiva redefine o papel do professor, que deixa de ser o detentor absoluto do saber para se tornar um facilitador do processo de aprendizagem. A escola, portanto, deve ser um ambiente de diálogo, onde o conhecimento prévio do aluno é valorizado e utilizado como base para novos saberes. "É preciso substituir um pensamento que isola e separa por um pensamento que une e que, ao mesmo tempo, distingue."

Além disso, a inclusão e a diversidade tornaram-se pautas centrais. A escola contemporânea precisa ser um espaço acolhedor para todas as diferenças, sejam elas étnicas, sociais, físicas ou cognitivas. A educação inclusiva garante que o direito à aprendizagem seja universal, combatendo preconceitos e promovendo a equidade desde os primeiros anos de formação (Morin, 2000).

CAPÍTULO III - APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS INQUÉRITOS APLICADOS ÀS ADOLESCENTES QUE ESTÃO NO MUNDO DA PROSTITUIÇÃO

3.1. CARATERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO-ALVO

A população estima-se num número acima de 100 indivíduos dos quais grande parte corresponde às adolescentes que vivem no município sede do Huambo com idade compreendida entre os 14 aos 17 anos, em 2025. Seleccionamos uma amostra do tipo aleatória composta por 34 indivíduos, dos quais 30 são adolescentes profissionais do sexo, uma Diretora de Escola, um funcionário da Administração Municipal, e dois Professores de duas Escolas do I e do II ciclos.

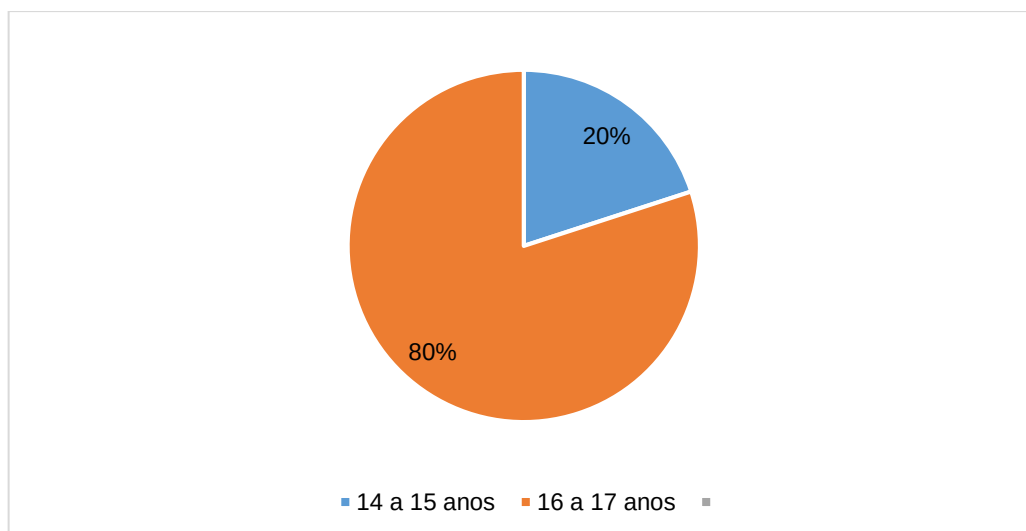
Para tratamento de dados utilizamos o programa informático Microsoft Office word e Excel, bem como o SPSS versão 20. Para análise de dados trabalhamos com análise de conteúdo (categorial ou temática) Contamos, também, com um questionário dirigido às adolescentes que estão no mundo da prostituição, tendo como objetivo completar a análise quantitativa e captar com profundidade os pensamentos dos entrevistados, e colocar questões relevantes que nos permitiram obter respostas claras e concisas que nos terão conduzido à análise proposta na pesquisa.

Para chegarmos nas adolescentes, foi necessário fazermos a entrada à Administração Municipal do Huambo do Documento do Comité de Ética nº 001.2025 do Instituto Superior Politécnico da Caála (ISP-CAÁLA). Depois de um mês, fomos notificados para podermos buscar naquela Administração o Documento passado pela Administração Municipal que autorizou a nossa recolha de dados junto às profissionais da prostituição e outras entidades do Município.

O trabalho de recolha e tratamento de dados teve a duração de um mês e duas semanas, demos termo de consentimento para as profissionais da prostituição e aos nossos entrevistados.

O gráfico 1 apresenta a idade das participantes da pesquisa.

Gráfico 1 – Idade das participantes da pesquisa

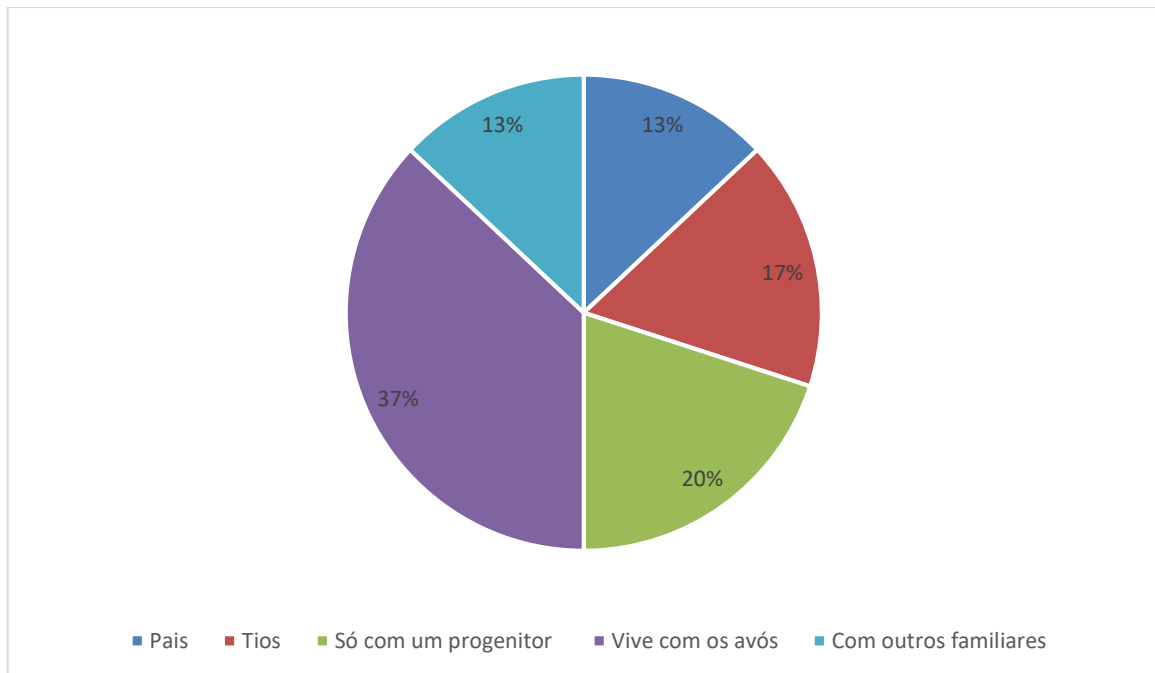


Fonte: Elaboração própria.

Das 30 inqueridas, seis que perfazem a 20%, estão entre os 14 a 15 anos de idade, e 24, que correspondem a 80%, estão entre os 16 a 17 anos de idade. Estes dados indicam que a maior parte das nossas inqueridas estão entre os 16 e 17 anos. O que quer dizer que as adolescentes que vivem na prostituição têm na sua maioria 16 a 17 anos. Sendo adolescentes com ideias ou estrutura mental já desenvolvidas ainda que não na sua totalidade.

O gráfico 2 apresenta as informações relacionadas às pessoas com quem vivem as participantes da pesquisa.

Gráfico 2 – Com quem vivem as participantes da pesquisa

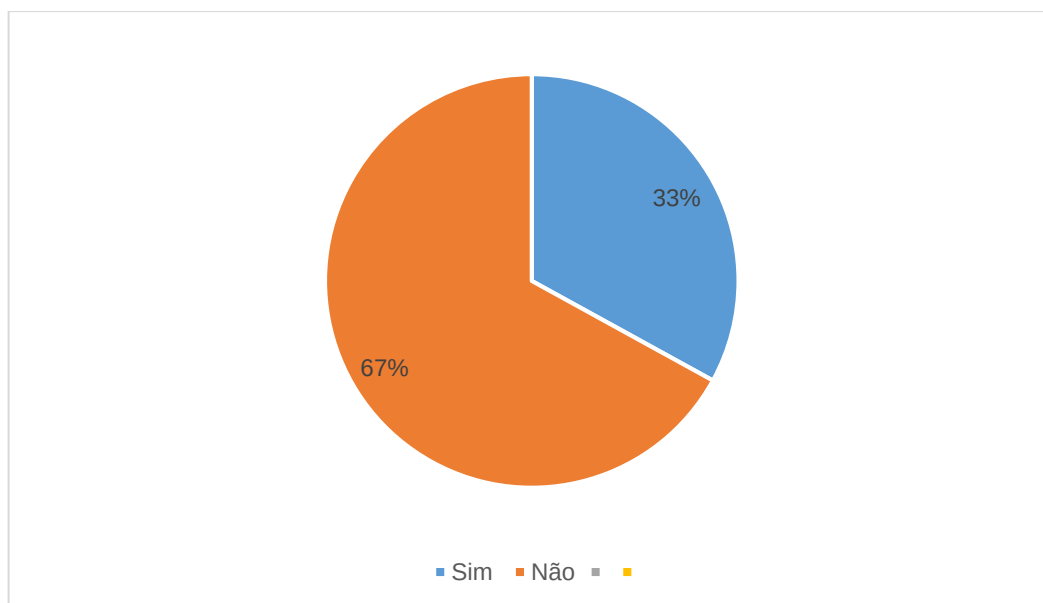


Fonte: Elaboração própria.

Das 30 inqueridas, quatro que perfazem 13% vivem com outros familiares, outros quatro que perfazem 13% vivem com os pais, cinco que correspondem a 17 % vivem com os seus tios, seis que perfazem 20% responderam que vivem só com um dos progenitores e 11, que correspondem a 37%, vivem com avós. O que quer dizer as adolescentes que estão no mundo da prostituição na sua maioria vivem com os seus avós, só com o pai ou a mãe, com os tios, isto porque são poucas as adolescentes que disseram que vivem com os seus pais. Estes dados sugerem que o fato de as adolescentes viverem em famílias desestruturadas faz com que elas pratiquem esse ato, ou seja, a desestruturação das famílias também está na base da prostituição no município sede do Huambo.

O gráfico 3 apresenta a resposta quanto à pergunta se os pais ou encarregados trabalham.

Gráfico 3 – Trabalho dos pais e encarregados



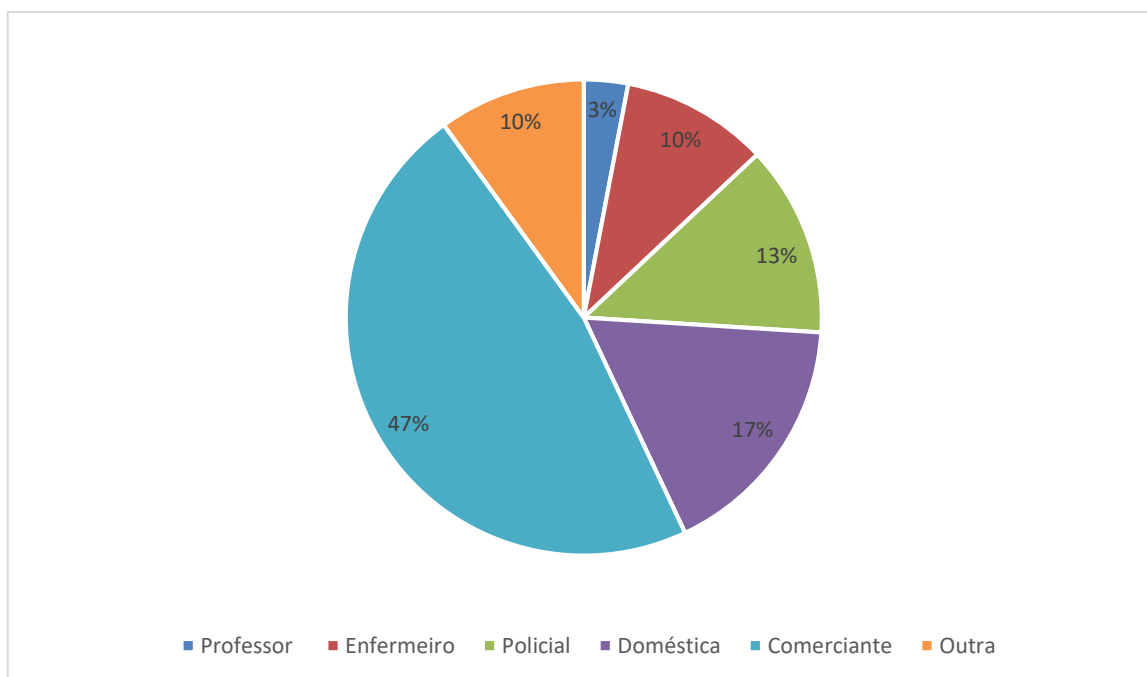
Fonte: Elaboração própria.

Das 30 entrevistadas, 10 que correspondem a 33% responderam que os seus pais ou encarregados de educação trabalham, enquanto 20 que perfazem 67% responderam que os seus pais ou encarregados de educação não trabalham.

Estes dados nos revelam que a maioria dos pais ou encarregados de educação das adolescentes que estão no mundo da prostituição não trabalham, fato que faz com que as adolescentes entrem neste mundo para ajudar os seus pais ou encarregados de educação no que concerne aos gastos domésticos, lembrando que maior parte dos encarregados dessas adolescentes são os avós que estão numa fase da vida que carecem mais de ajuda do que terem condições de ajudar.

O gráfico 4 apresenta a informação quanto à profissão do encarregado de educação das participantes d pesquisa.

Gráfico 4 – Profissão do encarregado de educação



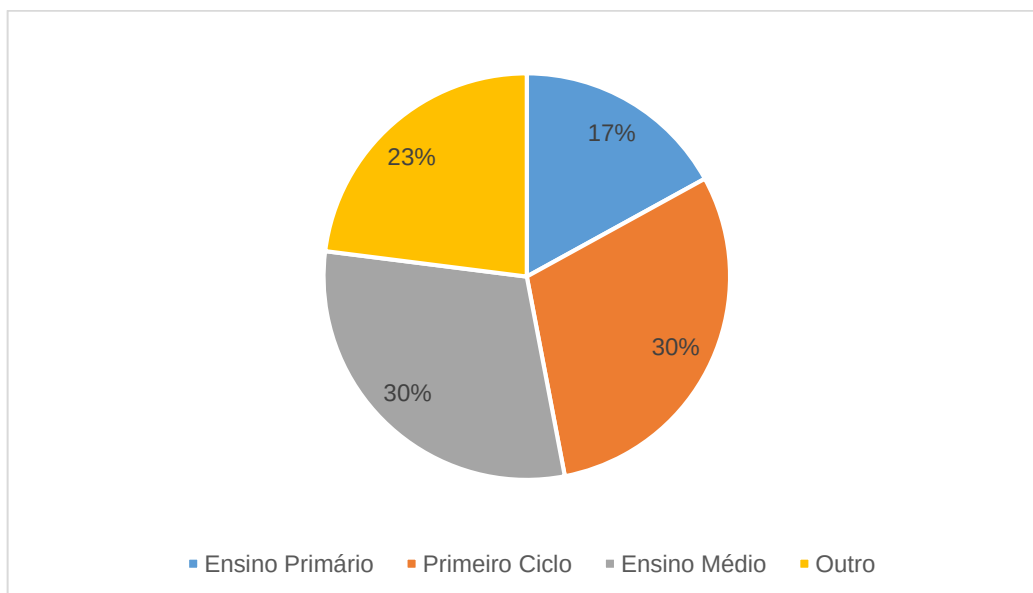
Fonte: Elaboração própria.

Das 30 inqueridas, uma que perfaz 3% respondeu que o seu encarregado é professor, três que perfazem 10% responderam que os seus encarregados de educação são enfermeiros, quatro que correspondem a 13% responderam que os seus pais são policiais, cinco que perfazem 17% responderam que os seus pais ou encarregados de educação são domésticos, 14 que perfazem 47% responderam que os seus encarregados de educação são comerciantes e três que correspondem a 10% responderam que os seus encarregados pertencem a outra atividade não específica.

Os dados nos revelam que a maior parte dos pais ou encarregados de educação das adolescentes pesquisadas são comerciantes. Embora existam também outras adolescentes cujos pais ou encarregados de educação são professores, enfermeiros e policiais. Estes dados demonstram que o rendimento da maioria dos encarregados de educação que são comerciantes não é suficiente para sustentar a família, pelo que fomos observando durante a nossa estadia na sede do município, as famílias vendem carvão, petróleo e tomate, um negócio cujo investimento não passa de 5.000 kz que correspondem a R\$29,41, e os lucros não passam de 1.500 kz (R\$ 8,87), por isso há necessidade das adolescentes trabalharem para contribuírem para a sustentabilidade familiar.

O gráfico 5 sistematiza as informações relacionadas ao nível acadêmico dos pais ou encarregadas de educação das participantes da pesquisa.

Gráfico 5 – Nível acadêmico dos pais ou encarregado de educação



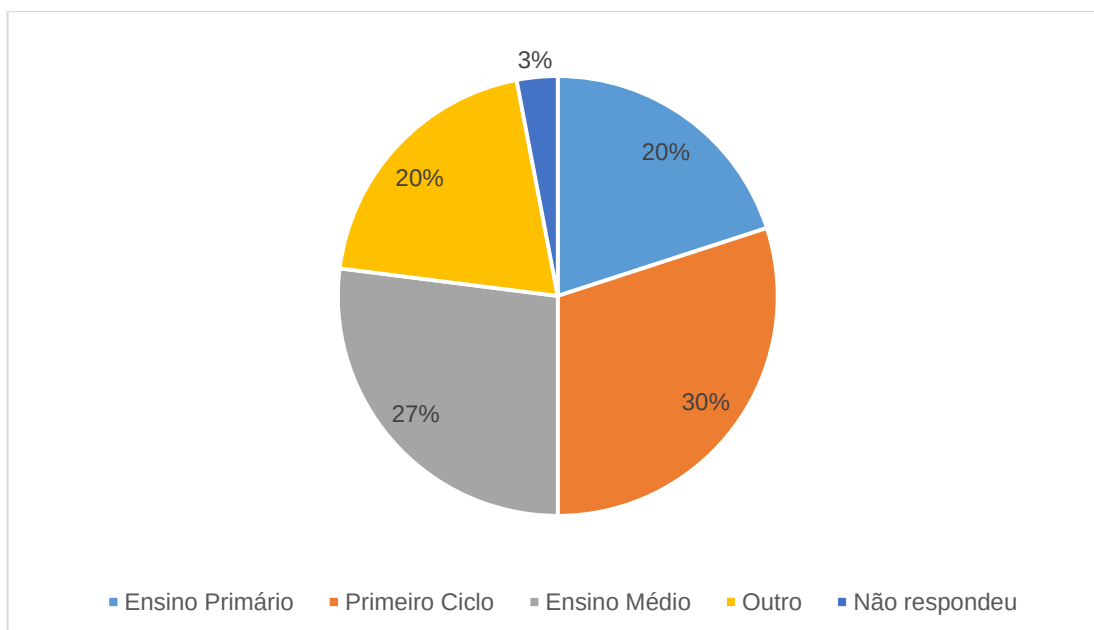
Fonte: Elaboração Própria

Das 30 inqueridas, cinco que perfazem 17% responderam que os seus pais têm o nível acadêmico primário, nove que correspondem a 30% responderam que os seus pais estudaram até o Iº Ciclo do Ensino Secundário, outras nove que perfazem 30% responderam que os seus pais têm ensino médio e sete que correspondem a 23% responderam outro.

Estes dados mostram que quanto ao nível acadêmico dos pais das adolescentes profissionais do sexo, em sua maioria estão entre o Iº e o II Ciclo. Com estes níveis podemos dizer que há dificuldades de encontrar emprego. Entretanto, devemos dizer que os encarregados de educação com níveis médios de formação são os funcionários públicos.

O gráfico 6 apresenta a informação quanto ao nível acadêmico ou a trajetória escolar das adolescentes.

Gráfico 6 – Nível acadêmico ou trajetória escolar



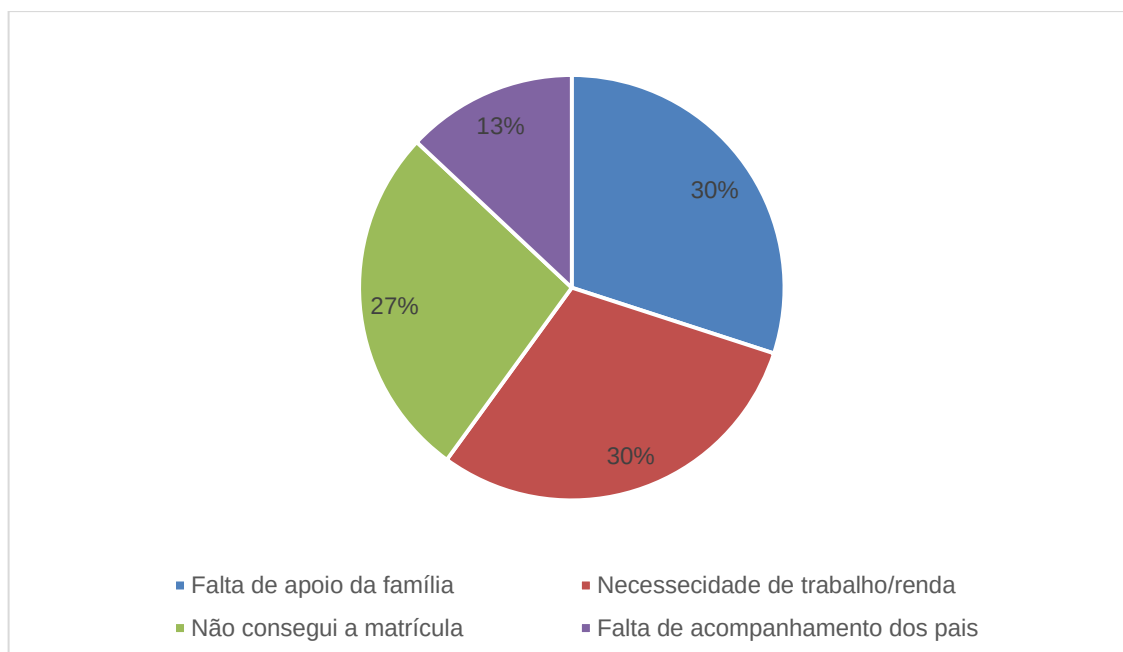
Fonte: Elaboração própria.

Quanto ao nível acadêmico e a trajetória escolar das adolescentes que estão no mundo da prostituição, das 30 inqueridas, uma, que corresponde a 3%, não respondeu, seis que correspondem a 20% responderam que estão no ensino primário, outras seis que perfazem 20% responderam outro, enquanto oito que perfazem 27% responderam que estão no ensino médio, e nove que correspondem a 30% responderam que estão no 1º ciclo do ensino secundário.

O que quer dizer que as adolescentes profissionais do sexo já frequentaram o sistema de ensino, e na sua maioria atingiu o I Ciclo do ensino secundário. Estes dados também indicam que as profissionais do sexo estão num nível acadêmico exigente com despesas em termos de materiais didáticos, apresentação e investigação ou com participação (mensalidades), o que exige um gasto elevado. Se relacionamos com os trabalhos dos seus encarregados, em que a maioria é comerciante, poderemos encontrar dificuldades delas se manterem na escola.

Foi perguntado às adolescentes se elas estudam (você frequenta Instituição de ensino? Ou você estuda?). As respostas a essa pergunta encontram-se no gráfico 7.

Gráfico 7 – Informações quanto ao estudo das participantes da pesquisa



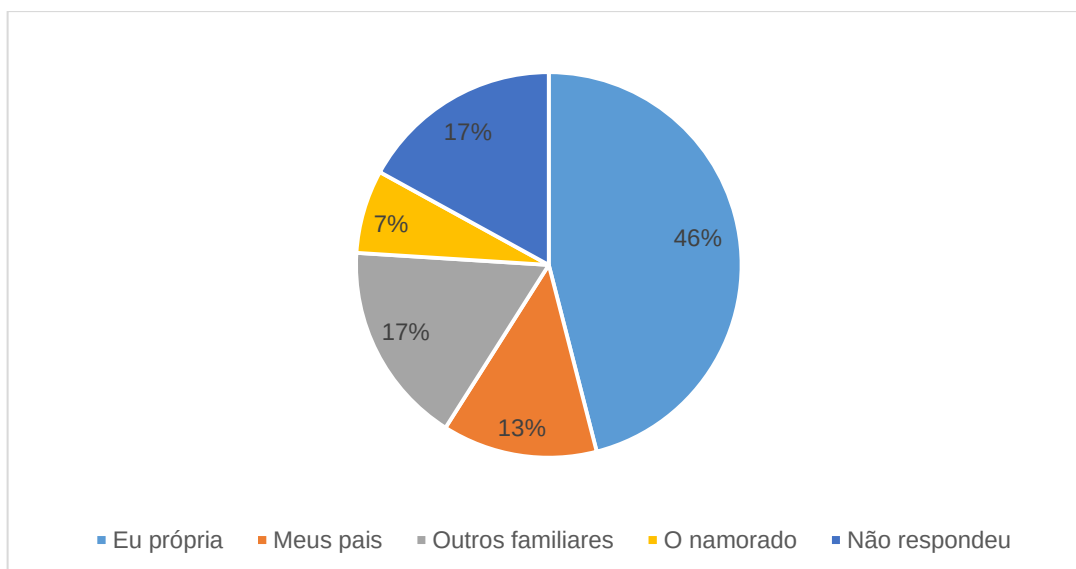
Fonte: Elaboração própria.

Das 30 inqueridas, três que correspondem a 13% responderam que não estudam por falta de acompanhamento dos pais, 10 que correspondem a 30% responderam que não estudam por falta de apoio familiar, 10 que correspondem a 30% responderam que não estudam por questões da necessidade de trabalho e por sua renda econômica que é baixa, visto que as escolas do país paga-se a participação (mensalidade), e sete que correspondem a 27% responderam que não estudam porque não conseguiram a matrícula na escola do Estado.

Dizer que estes dados nos mostram que as adolescentes que estão no mundo da prostituição em sua maioria não estão a estudar por falta de apoio familiar e por terem necessidade de trabalho e uma renda econômica muito baixa. Elas não conseguem se inserir na escola porque as Escolas cobram dinheiro e quando um estudante não pagar, a páuta é vedada e o estudante ou a estudante não tem como ver a sua páuta e em outros casos, na época das provas do trimestre, são retirados das salas de aulas e se não conseguirem pagar, não são permitidos a realizar as provas. Situação que influência bastante na formação das adolescentes que estão no mundo da prostituição.

O gráfico 8 apresenta as informações quanto à responsabilidade pelo pagamento dos estudos para aquelas que estão estudando.

Gráfico 8 – Informações quanto a quem paga a formação



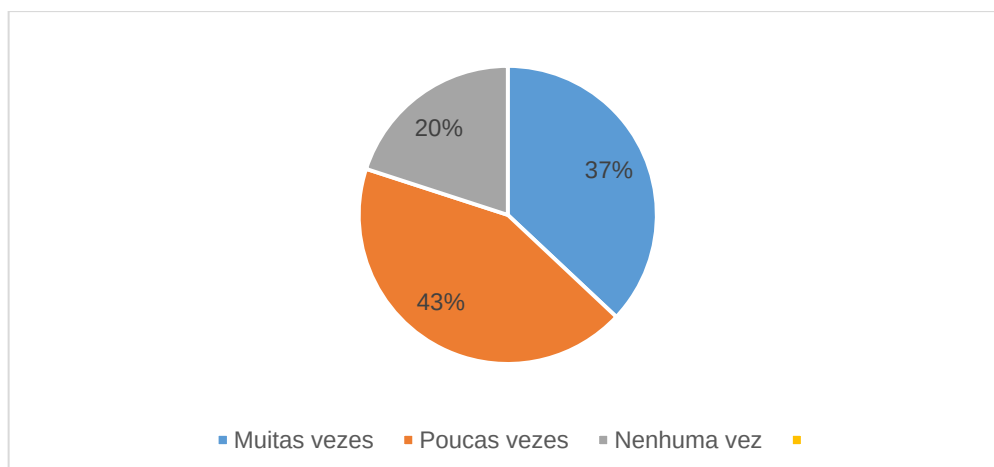
Fonte: elaboração própria.

Das 30 inqueridas, duas que correspondem a 7% disseram que é o namorado que paga a mensalidade do colégio privado ou da escola pública, quatro que perfazem 13% responderam que quem paga a sua formação são os seus pais, cinco que correspondem a 17% não responderam, outras cinco que correspondem a 17% responderam que quem custeia a sua formação são elas próprias.

De acordo com estes dados, aquelas adolescentes profissionais do sexo que frequentam os estudos nas escolas públicas ou privadas, habitualmente são elas próprias que arcam com os custos de sua escolarização. Por outro lado, aqui pode-se entender que elas são obrigadas a trabalhar para sustentar os estudos até porque, como verificamos no gráfico 6, elas encontram-se num nível acadêmico que exige muito dos seus pais/encarregados de educação, sendo que, não tendo os encarregados de educação condições socioeconômicas, então são levadas a se prostituírem para sustentarem os seus estudos e não só. Isto quer dizer que muitas dessas adolescentes não estudam porque não têm como pagar os seus estudos, ou seja, este é um dos fatores que faz com que elas se prostituam.

O gráfico 9 sistematiza os resultados quanto à busca por emprego.

Gráfico 9 – Informações quanto à busca por emprego



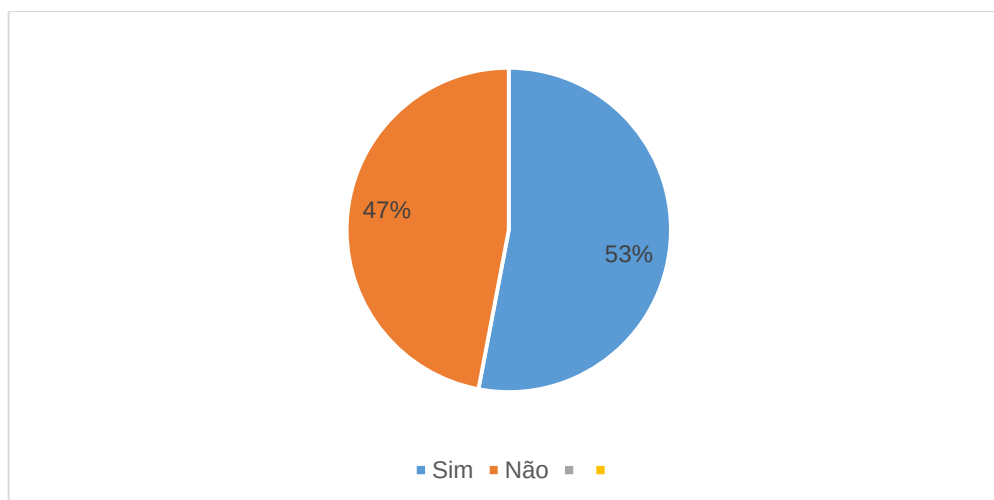
Fonte: Elaboração própria.

Das 30 inqueridas, seis que correspondem a 20% responderam que nunca procuraram emprego, 11 que perfazem 37% disseram que já procuraram emprego muitas vezes, e 13 que correspondem a 43% responderam que procuraram emprego poucas vezes.

De acordo com esses dados, podemos dizer que as adolescentes profissionais do sexo procuraram o emprego poucas vezes. Isto nos revela que as adolescentes que estão no mundo da prostituição, são presas da situação porque não conseguem buscar o emprego, elas são vítimas da situação sócio-económico, muito mais por falta das políticas de Estado voltadas as famílias desfavorecidas que infelizmente as adolescentes que estão no mundo da prostituição vivem.

Foi perguntado às adolescentes se elas aceitariam trabalhar em empregos. As respostas a essa pergunta encontram-se representado no gráfico 10.

Gráfico 10 – Trabalho em emprego simples



Fonte: elaboração própria

Das 30 inquiridas, 14 que correspondem a 47% responderam que não aceitariam um emprego simples, e 16 que perfazem 53% responderam que sim, aceitariam um emprego simples.

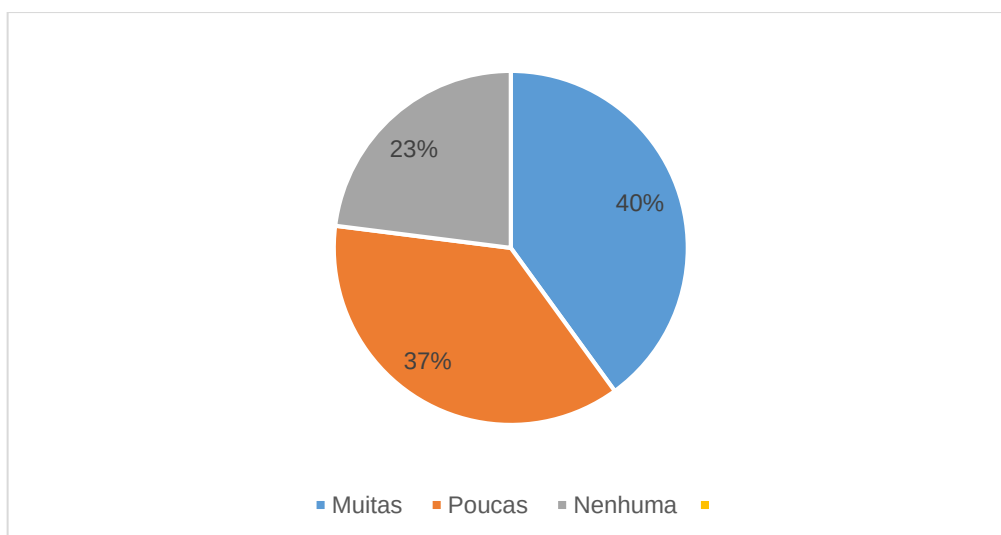
O facto de mais de metade das adolescentes (53%) responder positivamente demonstra que a atividade do trabalho sexual não é, em muitos casos, uma escolha de carreira permanente, mas sim uma estratégia de sobrevivência económica imediata na ausência de alternativas funcionais. Contudo, a transição destas jovens para o mercado de trabalho convencional esbarra numa lacuna estrutural grave: a inexistência de políticas públicas de empregabilidade e formação profissional voltadas para esta faixa etária. Sem programas de capacitação e de menor aprendizagem que preparem as adolescentes para a maioridade legal, cria-se um hiato de exclusão que as afasta de qualquer oportunidade real de inserção económica.

Por outro lado, a realidade das que procuram trabalho ou das que integram a minoria que recusa estas vagas (47%) deve ser analisada à luz das dinâmicas de exploração laboral. Nos estratos mais subalternos do mercado laboral informal, as barreiras vão muito além da baixa remuneração. Evidencia-se um cenário crónico de violência estrutural, onde a subordinação socioeconómica exponencia o risco de assédio moral e sexual por parte de entidades empregadoras. Quanto mais precário e desregulado é o posto de trabalho, maior é a assimetria de poder, transformando postos de trabalho simples em espaços de alta vulnerabilidade e violência de género.

Para muitas adolescentes, a percepção ou a experiência prévia de que estes empregos resultam em exploração extrema e abuso sexual funciona como um fator de desincentivo, empurrando-as de volta para a prostituição, onde, apesar dos riscos conhecidos, mantêm maior autonomia financeira imediata.

O gráfico 11 apresenta as respostas das participantes da pesquisa em relação às amizades na hospedaria.

Gráfico 11 – Amizades que trabalham na hospedaria



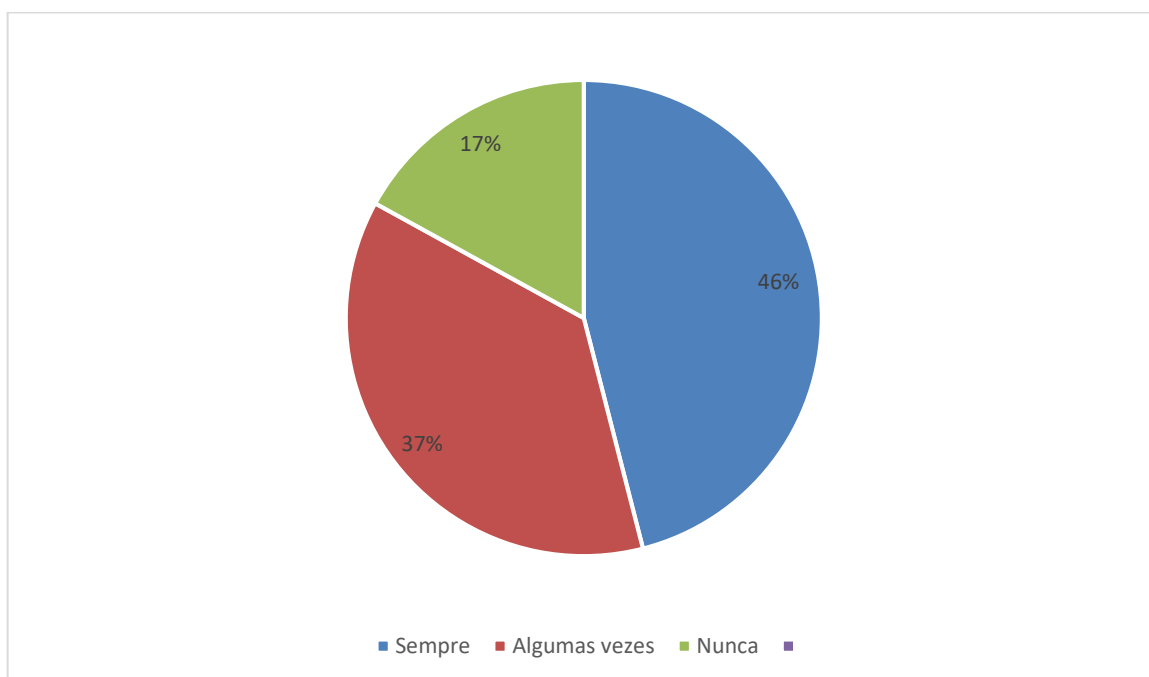
Fonte: elaboração própria

Das 30 inqueridas, sete que correspondem a 23% responderam que não têm muitas amigas que trabalham na hospedaria, 11 que perfazem 37% disseram que têm poucas amigas que trabalham na hospedaria, e 12 que perfazem 40% responderam que têm muitas amigas que trabalham na hospedaria.

Estes dados nos indicam que as adolescentes profissionais do sexo na sua maioria têm amigas que trabalham em hospedarias. O fato de passarem necessidades e terem amigas que trabalham em hospedarias torna mais fácil a elas irem com outras para fazerem alguma coisa no sentido de ajudar. Aqui se deve entender trabalhar na hospedaria não como funcionária, mas, sim, como profissional do sexo que fica nas hospedarias e nas portas das hospedarias à espera de clientes.

Um dos questionamentos feito às adolescentes é acerca da vida social e se elas saíam com as outras que trabalham na hospedaria. A resposta a esse questionamento encontra-se no gráfico 12.

Gráfico 12 – Vida social das participantes da pesquisa



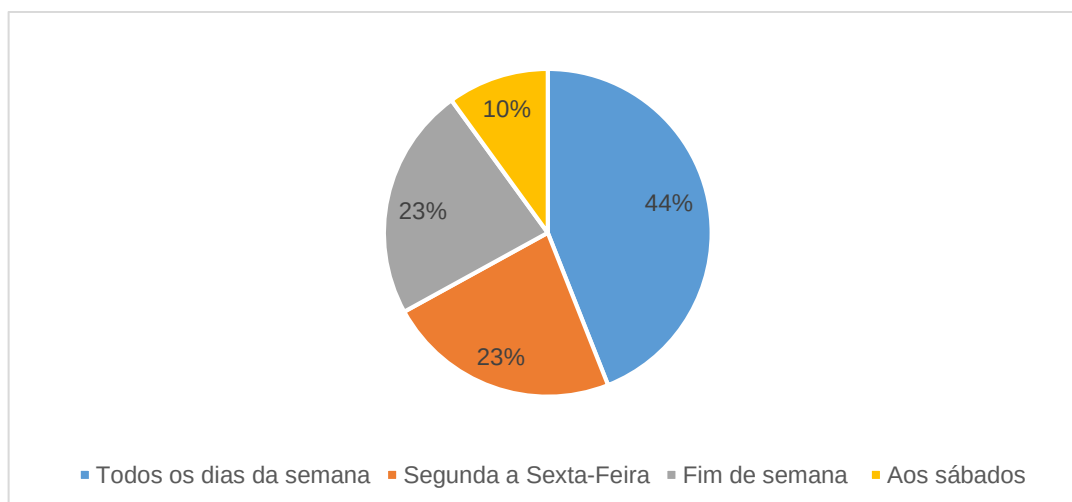
Fonte: elaboração própria.

Das 30 inqueridas, cinco que correspondem a 17% disseram que nunca saem com as amigas, 11 que perfazem 37% responderam que têm saído com as amigas algumas vezes, e 14 que correspondem a 46% disseram que têm saído sempre com as suas amigas.

De acordo com estes dados, as adolescentes profissionais do sexo têm saído sempre com as suas amigas para a hospedaria.

Foi perguntado às participantes da pesquisa os dias que elas estavam disponíveis na hospedaria. As informações desse questionamento encontram-se no gráfico 13.

Gráfico 13 – Dias de presencialidade na hospedaria



Fonte: elaboração própria

Das 30 inqueridas, três que correspondem a 10% disseram que ficam na hospedaria só aos sábados, sete que perfazem 23% disseram que só ficam na hospedaria aos fins de semana (sábado e Domingo), outras sete que correspondem a 23% responderam que ficam na hospedaria de segunda a sexta-feira, e 13 que perfazem 44% responderam que ficam na hospedaria todos os dias da semana.

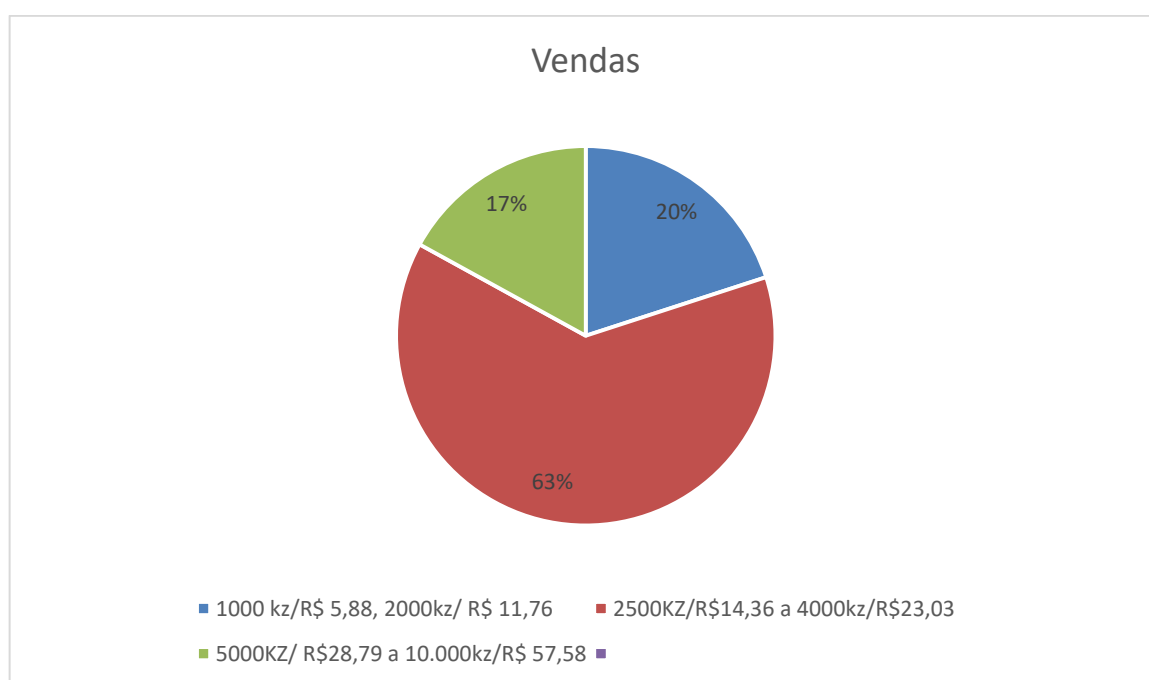
Os dados revelam que as adolescentes profissionais do sexo na sua maioria ficam na hospedaria todos os dias da semana. Logo, podemos ver que essas adolescentes não estudam ou estudam no período da tarde para poderem ficar nestes locais durante toda semana. Os mesmos resultados desmistificam a premissa de que a prostituição neste segmento ocorre apenas como uma atividade esporádica ou de "fim de semana". Pelo contrário, para a maioria absoluta (44%), a hospedaria assume o estatuto de residência funcional ou local permanente de trabalho. Esta ocupação contínua sugere um cenário de rutura ou fragilização severa dos vínculos familiares e comunitários, em que a hospedaria substitui o ambiente doméstico protetor.

A necessidade de permanência diurna e noturna nestes espaços, impõe barreiras físicas e temporais à frequência escolar. Levantando-se a hipótese de abandono escolar precoce ou, em casos de permanência parcial, de uma conciliação

precária com o ensino focado exclusivamente no período vespertino ou noturno. Esta exclusão ou submissão da agenda educativa à atividade comercial perpetua o ciclo de vulnerabilidade social, limitando as oportunidades futuras de mobilidade económica destas adolescentes.

Uma das perguntas feita às adolescentes é sobre os valores cobrados por um encontro. As respostas estão no gráfico 14.

Gráfico 14 – Valores praticados pelas participantes da pesquisa



Fonte: elação própria.

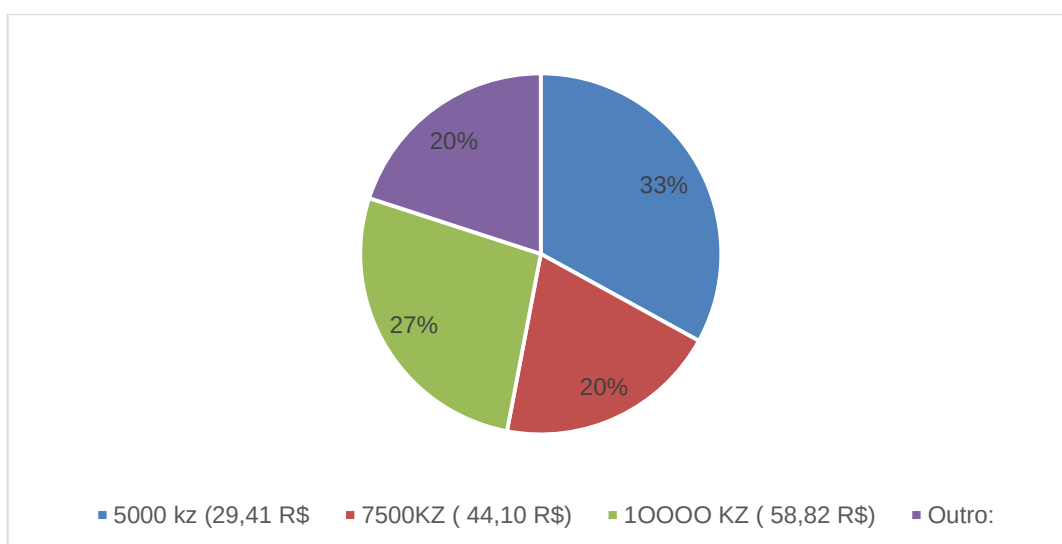
Das 30 inqueridas, cinco que perfazem 17% disseram que por um encontro com um parceiro ou cliente sexual cobram de 5.000,00 kz a 10.000, isto é de R\$ 28,79 a R\$ 57,8. Seis que perfazem 20% responderem que um encontro com um parceiro custa entre 1.000,00kz 2.000.00kz, de R\$ 5,88 a R\$ 11,76, e 19 que correspondem a 63% disseram que um encontro com um parceiro ou cliente sexual cobram 2.500kz R\$ 14 a 4000kz R\$23,03.

Estas são demonstrações de que as profissionais do sexo, em sua maioria, cobram entre 2.500.00kz (R\$14,48) e 4.000.00kz (R\$23,17). Podemos considerar um

rendimento que pode ajudar nas despesas de casa e na formação delas, conforme as mesmas relataram.

A resposta à pergunta “Quanto é que cobras por um encontro de uma noite?” é apresentado no gráfico 15.

Gráfico 15 – Valor por encontro de uma noite



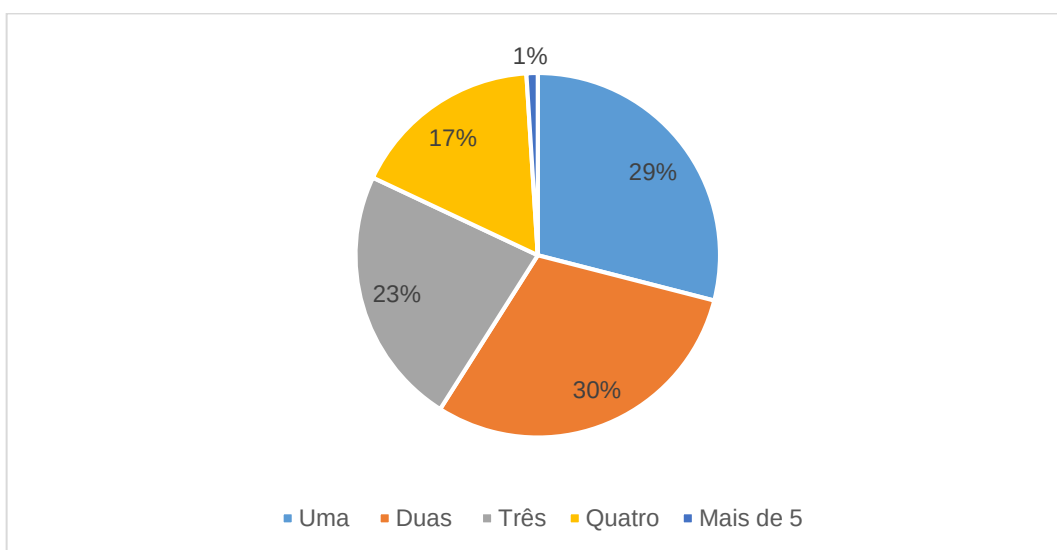
Fonte: elaboração própria.

Das 30 inqueridas, seis que correspondem a 20% disseram que um encontro de uma noite custa 20.000kz (R\$115,83); seis que correspondem a 20% responderam que uma noite custa 7.500kz (R\$ 43,45); oito que correspondem a 27% responderam que um encontro de uma noite custa 10.000kz (R\$ 57,93); e 10 que perfazem 33% responderam que o encontro sexual de uma noite custa 5.000kz (R\$ 28,96). Estes dados nos mostram que as adolescentes profissionais do sexo cobram por um encontro de uma noite um valor médio de 5.000kz (R\$ 28,96). Devo convir que, estes valores são insignificativos devido ao custo de vida que o país está a atravessar, os problemas económicos dessas adolescentes só é possível serem resolvidos se o Estado criar políticas eficazes para a Empregabilidade, não o emprego no Estado,

mas sim criar políticas para que os empresários Nacionais e Internacionais possam investir, de tal modo que possam tirar muitas famílias do desemprego e da pobreza.

As respostas ao inquirir às participantes sobre “Quantas relações com parceiros diferentes podes ter numa noite?” encontram-se no gráfico 16.

Gráfico 16 – quantidade de parceiros diferentes em uma noite



Fonte: elaboração própria

Das 30 inqueridas, cinco que correspondem a 17% disseram que durante uma noite podem estar com quatro clientes, sete que correspondem 23% disseram que durante uma noite podem estar com três, nove que perfazem 30% responderam que durante uma noite podem ter apenas um encontro sexual, outras nove que perfazem 30% responderam que durante a noite podem ter dois encontros sexuais.

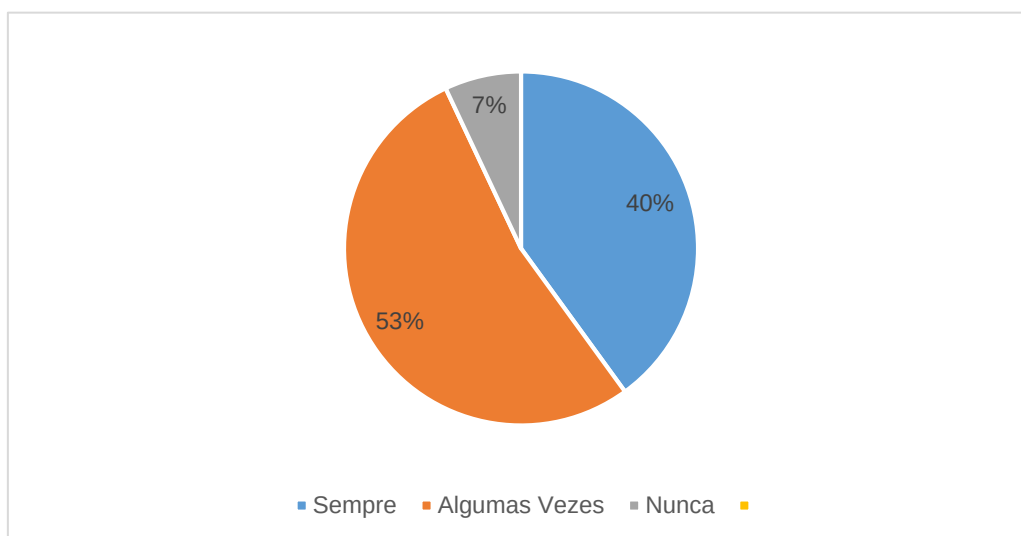
Os dados nos mostram que as adolescentes profissionais do sexo, em sua maioria, durante a noite, têm entre um a dois encontros sexuais. O que pode sugerir que elas podem ter um rendimento médio diário entre 5.000kz (R\$ 28,96) a 8.000kz (R\$ 46,34).

Em suma, pode-se dizer que os dados ora apresentados, relativamente aos valores cobrados pelas adolescentes que estão no mundo da prostituição, podem ser a razão pela qual, no gráfico 10, 14 das 30 inqueridas terem respondido que não aceitariam um emprego simples, já que, feitas as contas, com a prostituição elas

teriam um rendimento médio mensal de 150.000kz (R\$ 868,79) a 200.000kz (R\$ 1,158,15), valor que não receberiam num emprego simples.

A respeito do uso de proteção no momento dos encontros, as respostas das participantes da pesquisa estão no gráfico 17.

Gráfico 17 – Uso de proteção



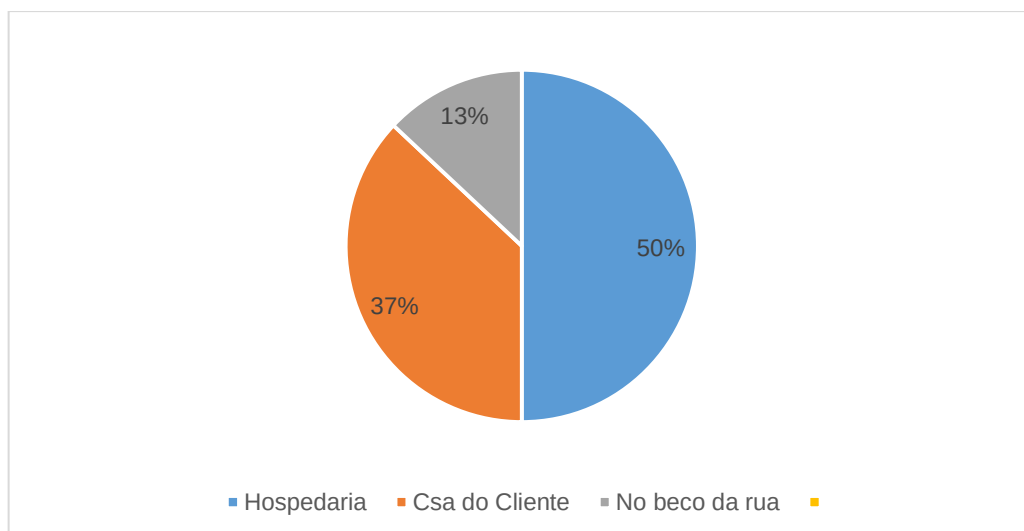
Fonte: elaboração própria

Das 30 inqueridas, duas que correspondem a 7% responderam que em suas relações sexuais não usam o preservativo, 12 que correspondem a 40% disseram que usam sempre o preservativo, e 16 que perfazem 53% responderam que usam o preservativo só algumas vezes.

De acordo com estes dados, as adolescentes profissionais do sexo, em sua maioria, não usam sempre o preservativo nas relações sexuais, o que significa que elas estão expostas a riscos como a contração de ITSs e/ou gravidez indesejadas.

Sobre o local dos encontros, o gráfico 18 sistematiza as informações coletadas com as participantes da pesquisa.

Gráfico 18 – Local dos encontros

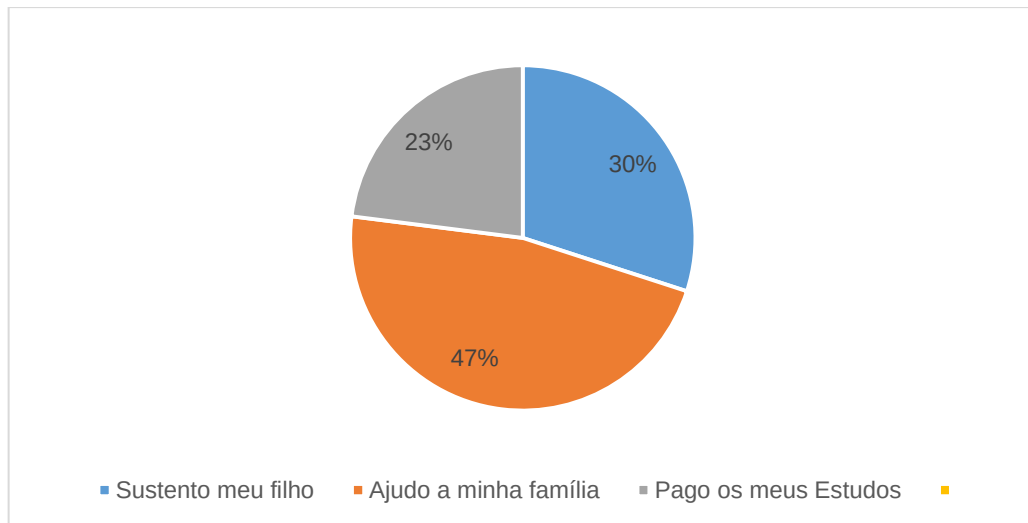


Fonte: elaboração própria.

Das 30 inqueridas, quatro que perfazem 13% responderam que praticam o ato sexual no beco da rua, 11 que perfazem 37% responderam que praticam o ato na casa dos clientes, e 15 que perfazem 50% disseram que praticam na hospedaria. De acordo com estes dados, as adolescentes profissionais do sexo, em sua maioria, atendem os seus clientes na hospedaria, o que faz com que elas frequentem muito aqueles locais.

Sobre o uso dos valores recebidos nos encontros, as respostas das participantes encontram-se no gráfico 19.

Gráfico 19 – Uso dos valores recebidos nos encontros



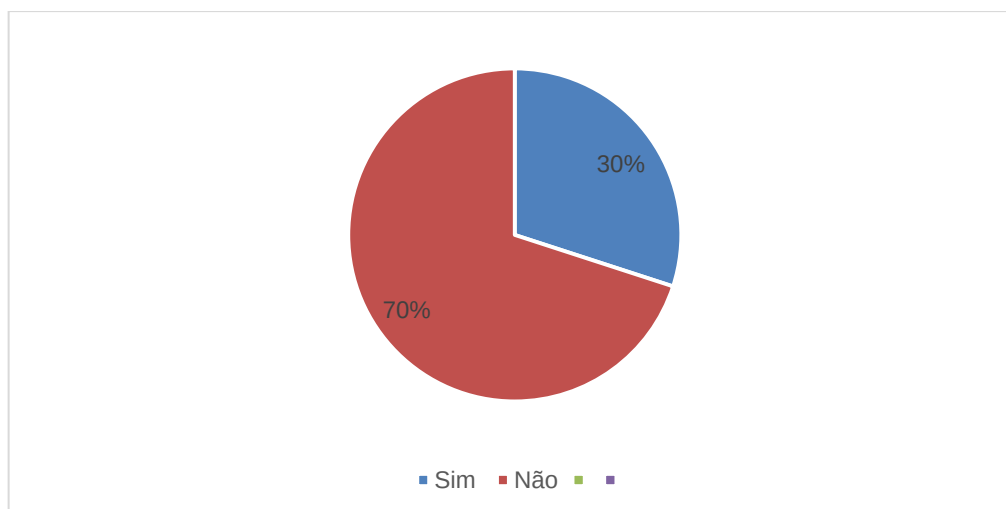
Fonte: elaboração própria.

Das 30 inqueridas, sete que correspondem a 23% disseram que o destino do dinheiro da prostituição serve para pagamento dos estudos, nove que perfazem 30% responderam que o dinheiro tem como destino o sustento do filho, e 14 que perfazem 47% responderam que com aquele dinheiro ajudam a família.

De acordo com estes dados, podemos dizer que as adolescentes profissionais do sexo, em sua maioria, usam o dinheiro para ajudar a família nos gastos de casa e não só, dado que na sua maior parte vivem com avós, que muitas vezes não conseguem trabalhar, isto faz com que as adolescentes assumam as responsabilidades delas e da família de modo geral. Também podemos afirmar, com base nos resultados ora apresentados, que a pobreza é a principal causa que leva as mesmas a se prostituírem, já que todas as adolescentes inqueridas referiam que o destino do dinheiro é para o seu bem-estar e de suas famílias.

Um dos questionamentos feitos às participantes da pesquisa foi: “Continuaria com essa prática mesmo trabalhando?”. A resposta a essa pergunta está no gráfico 20.

Gráfico 20 – Continuidade no trabalho



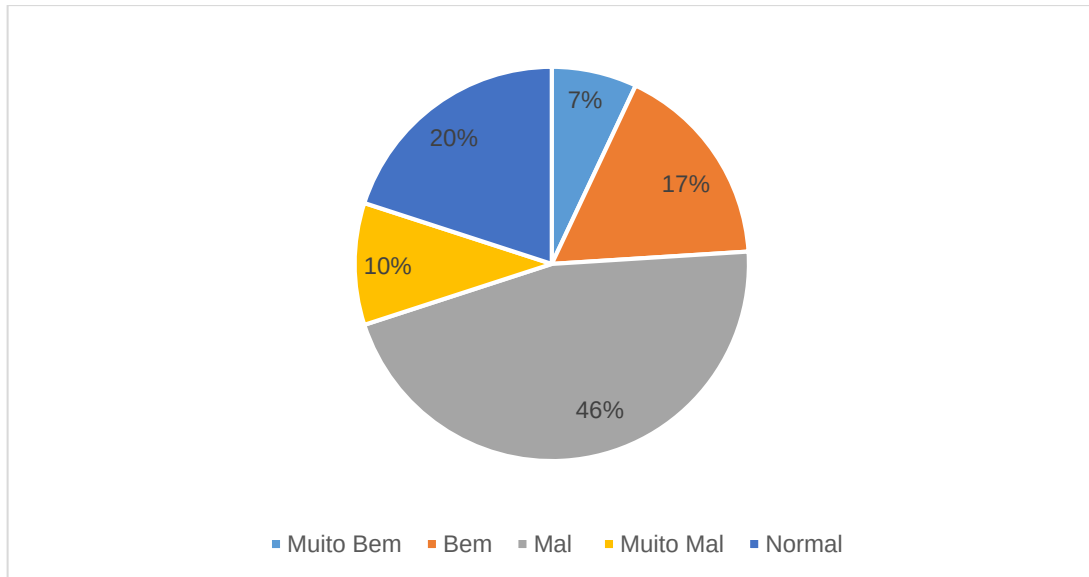
Fonte: elaboração própria.

Das 30 inqueridas, nove que perfazem 30% responderam que, mesmo trabalhando, continuariam com esta prática, e 21 que perfazem 70% disseram que se trabalhassem teriam saído da prática da prostituição.

De acordo com estes dados, é possível afirmar que as adolescentes profissionais do sexo, em sua maioria, aceitariam sair do mundo da prostituição se tivessem trabalho ou se os seus encarregados de educação tivessem uma vida estável. Esses dados indicam-nos que em sua maioria as adolescentes levam este tipo de vida única e exclusivamente por necessidades, o que nos pode levar a afirmar que a pobreza e desemprego são as causas que levam as meninas à prostituição.

Por fim, foi perguntado às participantes quanto ao “Sentimento depois do ato”. As respostas encontram-se no gráfico 21.

Gráfico 21 – Sentimentos das participantes da pesquisa



Fonte: elaboração própria.

Das 30 inqueridas, duas que correspondem a 7% disseram que depois do ato sentem-se muito bem; três que correspondem a 10% responderam que depois do ato sentem-se muito mal; cinco que perfazem 17% disseram que depois do ato sentem-se bem; seis que perfazem 20% disseram que depois do ato sentem-se normal; e 14 que perfazem 46% responderam que depois do ato sentem-se mal.

De acordo com estes dados, podemos dizer que as adolescentes profissionais do sexo sentem-se mal depois do ato sexual, e isso revela que não o fazem por gosto, mas sim por necessidades econômicas de si e de suas famílias.

3.2-APRESENTAÇÃO DAS ENTREVISTAS

Foram feitas quatro entrevistas com funcionários públicos onde efetuamos o nosso estudo.

3.2.1-Em relação às causas da prostituição na adolescência

Segundo o nosso primeiro entrevistado, o funcionário da Administração do município sede (Huambo), a prostituição tem as seguintes causas:

A pobreza e porque quando estamos a falar da pobreza estamos no cômputo geral pois não conseguimos dar respostas às necessidades dos filhos ou mesmo dos membros da família, porque onde tem famílias com condições favoráveis é difícil os seus filhos entrarem no mundo da prostituição (Entrevistado 1 – Funcionário da Administração).

De acordo a explanação do nosso Primeiro entrevistado, nos remete a dizer que a principal causa da prostituição na adolescência no município sede do Huambo, é a pobreza das famílias, a falta de políticas de luta contra a pobreza faz com que exista um número maior de adolescentes do sexo Feminino a entrar no mundo da prostituição.

O nosso segundo entrevistado é o Professor do I Ciclo que não quis identificar a escola por medo de retaliações dos seus superiores hierárquicos. Ele disse o seguinte:

As condições económicas das famílias, a falta de emprego para os pais ou encarregados de educação, baixos salários que não conseguem enfrentar o mercado, isso faz com que algumas famílias indiretamente mandem as suas filhas para se prostituírem, é só para ver que os pais não interrogam as saídas e as entradas das suas filhas e nem perguntam onde tiram o dinheiro para comprar roupas de moda, cabelo, telefones e inclusive os computadores e sustento dos estudos (Entrevistado 2 – Professor do I Ciclo).

Os dados do nosso Segundo entrevistado, nos dá entender que a pobreza, a falta de emprego, os baixos salários estão na base da presença das adolescentes no mundo da prostituição. De lembrar que as adolescentes que participaram no nosso estudo, na sua maioria vivem com os avôs, ou com outros parentes e que na sua maioria os mesmos parentes não trabalham e isso nos remete a refletir a importância das políticas públicas viradas para as famílias no sentido de devolver a importância da família na socialização e educação dos filhos.

O nosso terceiro entrevistado, professor do II Ciclo, disse o seguinte:

Para mim nas escolas, ou seja, criar ou construir escolas para que ninguém fique fora do sistema de ensino e aprendizagem, porque o que estamos a ver

é de lacrimejar, em algumas localidades do nosso município não há condições para as crianças estudarem. Muitas delas estudam por baixo de árvores, nas capelas das igrejas, nos escombros de algumas salas de aulas de construção artesanal e essas condições das escolas e da pobreza das suas famílias faz com que muitas vezes elas desistam da formação académica, criar emprego porque acho que essas meninas estão na classe baixa, porque a família da classe baixa na nossa realidade Angolana não têm muita coisa para dar aos seus membros e se não bastasse, as nossas famílias têm na sua maioria 6 a 10 agregados familiar, e os mesmos pais ou encarregados de educação não se preocupam para os seus filhos estudarem mas sim fazem com que as filhas ajudem a família (Entrevistado 3 – Professor do II Ciclo).

De acordo com os dizeres do nosso terceiro entrevistado, temos a plena certeza que a causa da entrada das adolescentes no mundo da prostituição, no município do Huambo é a pobreza das famílias e estes dados nos mostra que as famílias da classe baixa na realidade do Município do Huambo e em todo país, passam grandes dificuldades e os seus filhos tendem a estudar em condições precárias e muitas vezes não chegam a concluir o Ensino Médio devido as condições que não são favoráveis. As adolescentes que estão fora do sistema de ensino são da classe baixa, aquela classe que não conseguem comprar material escolar, e o Estado também não ajuda esta mesma classe. Para dizer que, com esta explanação do nosso terceiro entrevistado, se o Estado não Criar políticas viradas as famílias desfavorecidas, o futuro de muitas adolescentes está ameaçado, não por elas quererem, mas sim, porque o Estado não olha na classe desfavorecida, mas a mesma classe só tem valor quando é tempo das eleições.

A nossa quarta entrevistada é a Diretora da Escola do I Ciclo do Ensino secundário, que explicou o seguinte:

É a falta das condições? Eu não acho; é mesmo através das próprias meninas e meninos gostarem deste serviço, outra causa que eu posso dizer é que há liberdade, o que leva mesmo a este problema é mesmo os telefones e televisão e que muita coisa antigamente não existia e atualmente existe. Ainda a Diretora continuo a dizer que “um dos problemas é sobretudo aqueles que lutaram para a independência deste País, quanto jovens, mas agora eles já são velhos, muitos têm filhos e estes não encontram a escola ou os estudos para os seus filhos e os mesmos já são velhos, muitos têm filhos e estes não encontram a escola ou estudos porque o pai não trabalha e não ganha e eles não estudaram deveriam ter subsídio para dar aos seus filhos e não tendo este subsídio, as adolescentes entram neste mundo da prostituição e se não tiver alguém que lhe ajuda, não terá saída (Entrevistado 4 – Diretora da escola do I Ciclo do ensino secundário).

Encontramos uma contradição nas palavras da nossa Quarta e última entrevistada. Primeiro ela coloca a culpabilidade às adolescentes que estão no mundo da prostituição dizendo que *“aquelas meninas gostam desse serviço”*, e depois ela encontra a causa da entrada das meninas no mundo da prostituição afirmando que *“existe no País alguns que lutaram para a independência e que muitos deles estão sem emprego”*. Se olharmos nestas palavras, veremos que a nossa Quarta entrevistada queria colocar a culpabilidade às adolescentes que estão no mundo da prostituição, mas quando ela fala de telemóvel e televisão, entendemos que ela se refere a prostituição de elites, a prostituição mais organizada e não a prostituição por subsistência, porque as meninas que fizeram parte do nosso trabalho, estão na prostituição de subsistência e a sua família não tem dinheiro para comprar telefone e nem têm dinheiro para comprar o televisor.

Mas também a Diretora depois tira a culpabilidade às adolescentes quando coloca a questão do desemprego de alguns pais e encarregados de educação. No ponto de vista do nosso estudo, a nossa quarta entrevistada, coloca o desemprego de alguns pais como a causa da entrada das adolescentes no mundo da prostituição, porque onde existe desemprego, existe pobreza, e de acordo com a realidade das adolescentes que fizeram parte do nosso trabalho, na sua maior parte vivem com os avôs e os mesmos não trabalham, aí está a causa da entrada dessas meninas no mundo da prostituição.

Em suma, de acordo com a explanação dos nossos entrevistados, os dados nos revelam que a causa principal da prostituição é a pobreza das famílias e o desemprego dos seus pais ou encarregados de educação.

3.2.2. Em relação à trajetória escolar das adolescentes que estão no mundo da prostituição

Para o nosso segundo entrevistado, o Professor do I Ciclo, explicou-nos o seguinte:

Sabendo que a trajetória escolar é um percurso educacional de um aluno, desde o ingresso até a conclusão, colocando a questão da idade, classes e aprovações ou reprovações, devo dizer que onde há pobreza e desemprego dos responsáveis das adolescentes, aí dificilmente teremos boas trajetória escolar porque as mesmas terão dificuldades em diversas áreas estudantis. Temos algumas alunas que estão no mundo da prostituição, temos notado que o seu percurso académico muitas vezes deixa a desejar porque o foco dela é totalmente diferente, também devo dizer que algumas que conheci nas escolas onde trabalhei, uma vez que o seu trabalho só era aos finais de

semana, elas conseguiram triunfar na vida e hoje elas estão numa boa posição social, casaram e constituíram as suas famílias e nunca ouvi se ainda continuam no mesmo mundo ou não. Digo que isso é uma história de superação (Entrevistado 2 – Professor do I Ciclo).

A nossa quarta entrevistada, a Senhora Diretora da Escola do Primeiro Ciclo do Ensino Secundário, disse-nos o seguinte:

Para falar da trajetória escolar, devo convir que, uma trajetória escolar é definida como a associação de duas variáveis: uma que vamos encontrar as idades dos alunos e a que vamos encontrar o nível académico dos mesmos. Nós temos leis que garantem o ensino para todos, mas a sua aplicação é totalmente desigual porque aquelas que não têm mínimas condições dificilmente chegam aos níveis académicos altos porque as escolas muitas delas não são orçamentadas e a direção com a associação de pais e encarregados de educação chegam a um plano de cobranças mensais ou trimestrais para garantir a manutenção e a higiene das nossas escolas. Outrossim, mesmo as escolas orçamentadas tendem também a fazer esta cobrança infelizmente, e aí penso eu que a trajetória dessas meninas é totalmente desigual com relação àquelas que os seus pais têm mínimas condições, aqui tenho visto muitas, mas é difícil aconselhar se não tiveres nada para lhes dar, mas algumas se dedicam e lutam para sair dessa vida (Entrevistada 4 – Diretora da escola do I Ciclo do Ensino Secundário).

Estes dados nos revelam que a trajetória escolar das adolescentes que estão no mundo da prostituição no município sede do Huambo não é das melhores, uma vez que os dois entrevistados, que foram capazes de falar sobre este assunto, foram unânimes em dizer que as condições económicas dificultam essas meninas a terem sucessos escolares e os dados das mesmas também nos indicam sobretudo no gráfico 6. Onde o número maior está apenas no ensino de base, ou seja, olhando na sua idade, o nível académico não corresponde, embora os nossos entrevistados dissessem que muitas se esforçam para poderem superar na vida académica, mais uma vez devemos chamar a responsabilidade ao Estado para que se crie políticas públicas voltadas às famílias desfavorecidas para que as meninas possam sair no mundo da prostituição e possam lutar para uma vida melhor, uma vez que o estado pouco ou nada faz para mudar o quadro, os Professores podem lutar para que a estudante aprenda, mas com os problemas económicos, sociais que as mesmas têm, é difícil esperar que elas aprendam e permaneçam na escola porque as necessidades falam mais alto que a moral.

3.2.3- Em relação às famílias em situação de vulnerabilidade.

Segundo o nosso terceiro entrevistado:

A vulnerabilidade das famílias em Angola, sobretudo cá na nossa província e município do Huambo é totalmente acentuada pela precariedade socioeconómica, o que dificulta a sua plena integração e a resposta eficaz às necessidades básicas dos seus membros. Quando o capital social e o diálogo interno são escassos, criam-se lacunas que expõem os indivíduos a riscos sociais severos, como a exploração sexual e o problema dessas adolescentes é o exemplo claro da vulnerabilidade das famílias. (Entrevistado 3).

De acordo com o nosso terceiro entrevistado, nos remete analisar que, a precariedade económica no município do Huambo acaba por empurrar as famílias para um modo de 'sobrevivência', onde o diálogo é muitas vezes sacrificado. Ver a exploração sexual como um sintoma desta fragilidade familiar obriga-nos a pensar em intervenções que não deem apenas alimento, mas que tragam literacia social e reforço dos laços internos. Essa ligação que faz entre a escassez de diálogo interno e a exposição a riscos como a exploração sexual, é um ciclo onde a pobreza económica gera pobreza emocional.

A nossa quarta entrevistada disse:

Temos falado com os pais e encarregados de educação para que possam voltar como os nossos pais eram em falar com as crianças para olhar naquilo que a sua família tem e se contentar com o pouco dela e não com o muito alheio para que possa cuidar da sua vida e também nos nossos encontros com os encarregados de educação temos falado na vertente dos mesmos falarem com os filhos, muito mais as filhas, na questão da educação sexual, e educar os filhos na vida social e económica (Entrevistado 4).

Para a nossa quarta entrevistada, neste assunto, nos remete a analisar da seguinte forma: ao promover o contentamento, a educação sexual e a literacia económica, a família não está apenas a transmitir valores, mas a construir uma base emocional sólida que protege os jovens e os prepara para decisões responsáveis no futuro e a escola deve trabalhar constantemente com estas famílias.

CONCLUSÃO

Realizamos uma pesquisa sobre a prostituição na adolescência e os impactos desse fenômeno social na escolarização dessas jovens. Neste estudo, procuramos perceber de que forma as adolescentes entram no mundo da prostituição, ou seja, quais são as principais causas para a vida das mesmas nessa situação de vulnerabilidade social

O problema desta pesquisa foi norteado pela seguinte questão de investigação: Que fatores levam as adolescentes com idades compreendidas entre os 14 aos 17 anos a praticarem a prostituição no município sede do Huambo-Angola? Como decorrência da questão central, qual o impacto desse fenômeno na Escolarização dessas adolescentes? O objetivo deste estudo foi o de compreender as causas que estão na base da prostituição na adolescência e a trajetória escolar dessas adolescentes. É importante destacar que, além do objetivo geral, os objetivos específicos estabelecidos foram verificados e confirmados, quer através do estudo bibliográfico, como também fruto dos resultados do estudo de campo realizado através dos inquéritos aplicados às adolescentes e das entrevistas feitas aos funcionários públicos.

Ao abordarmos este fenômeno, tivemos de indagar sobre teorias e conceitos já existentes que abordam a prostituição na adolescência, bem como as suas causas, consequências, a trajetória escolar de jovens e de outras variáveis que completaram esta abordagem, como por exemplo: o fator pobreza, o fator desestruturação familiar a vulnerabilidade social o desemprego, são temáticas que podem ajudar a expandir esta abordagem.

Em função dos resultados do estudo de campo e dos objetivos, a investigação chegou às seguintes conclusões:

A prostituição na adolescência tem várias causas, começando mesmo na família, na desestruturação da mesma, nas famílias recompostas, falta de acesso à formação, pobreza, desemprego dos pais ou encarregados de educação, o consumismo, a prática da sexualidade na adolescência, a violência, drogas e consumo excessivo de bebidas alcólicas;

As adolescentes que estão no mundo da prostituição, de acordo com o estudo feito, vimos que na sua maioria pertencem a família pobre e entram nesta vida como

resposta às soluções de seus problemas económicos que as suas famílias não possuem através da pobreza extrema e do desemprego;

A maioria destas adolescentes vive com os avós, que se encontram desempregados, numa pobreza extrema, devido à vulnerabilidade económica, muitas acabam por ser arrastadas para o mundo da prostituição.

A investigação no município sede do Huambo revelou que a jornada na prostituição impõe uma rotina física e mental que colide frontalmente com o rigor escolar. O absentismo não é um ato de rebeldia, mas uma consequência da fadiga extrema. As adolescentes, muitas vezes operando em horários noturnos conforme vimos nos seus relatos, chegam à sala de aula num estado de exaustão que inviabiliza a aprendizagem.

O dado mais alarmante da pesquisa é a luta entre a sobrevivência imediata e a educação a longo prazo. Para uma adolescente de 14 a 17 anos em situação de vulnerabilidade no Huambo, a urgência da fome ou da ajuda financeira à família sobrepõe-se à promessa abstrata de um diploma. A prostituição oferece um retorno financeiro rápido que a escola não consegue competir no curto prazo, gerando o abandono precoce de Escolaridade. Este fenómeno cria um ciclo vicioso: sem escola, adolescente perde a única ferramenta de ascensão social, cristalizando a sua posição no mercado do sexo.

A análise das entrevistas com a Diretora da Escola e os Professores permitiu identificar uma dualidade perigosa. Embora a escola devesse ser um "porto seguro", os discursos revelam que ela muitas vezes atua como um agente de exclusão secundária. Identificou-se que o estigma social que recai sobre a "adolescente prostituída" atravessa os portões da escola. Quando o corpo docente ou a direção rotula a aluna com base na sua conduta fora da instituição, cria-se um ambiente hostil, o julgamento moral substitui a pedagogia do cuidado.

A pesquisa empírica demonstrou que o impacto da prostituição vai além das faltas; ele altera a estrutura cognitiva da adolescente. O trauma inerente à exploração sexual e à violência (física e simbólica) gera um estado de alerta constante, incompatível com a concentração necessária para o estudo. Os dados sugerem que o aproveitamento pedagógico é severamente comprometido por sintomas depressivos

e ansiosos. Uma mente ocupada com o trauma da noite anterior não consegue processar conteúdos académicos.

A percepção de si mesma como "mercadoria" destrói a confiança da adolescente na sua capacidade intelectual. O insucesso escolar acaba por ser interpretado pela adolescente como uma confirmação da sua "falta de valor", o que reforça o desejo de abandonar definitivamente o sistema de ensino.

Conclui-se que, sem intervenção do Estado, estas adolescentes tornar-se-ão mulheres adultas sem qualificação, perpetuando o ciclo de pobreza nas suas futuras famílias. A investigação demonstra que a prostituição na adolescência funciona como uma "âncora social": ela impede a mobilidade ascendente e garante que a vulnerabilidade económica de hoje se repita na geração seguinte. A saída profissional torna-se nula, restando apenas a economia informal e a exploração do corpo como meios de subsistência.

O estudo evidencia que, apesar dos avanços legislativos, a aplicação prática de políticas públicas para os jovens e para as famílias vulneráveis, ainda é insuficiente no Planalto Central do Huambo. As falhas na rede de proteção social permitem que adolescentes "caiam" nas fissuras do sistema. A ausência de centros de acolhimento especializados e de programas de reintegração escolar no Huambo deixa estas jovens à mercê da própria sorte.

O Huambo, enfrenta os desafios de uma urbanização rápida e, por vezes, desordenada. A pressão económica sobre as famílias, somada à desestruturação dos valores tradicionais de proteção à infância, cria o cenário ideal para a exploração. A prostituição na adolescência é o resultado direto de um vazio estatal, onde a escola sozinha não consegue suprir as carências de um sistema de assistência social que ainda não atingiu a eficácia necessária para proteger as camadas mais jovens da população.

A autorização feita pelo ISP-Caála sob égide do Comitê de Ética nº 001.2025 não foi meramente burocrática; ela garantiu que a recolha de dados sensíveis junto às adolescentes no município sede do Huambo fosse pautada pelo anonimato, pela confidencialidade e pela proteção da dignidade humana.

A entrada na Administração Municipal do Huambo, após a notificação oficial, permitiu que a pesquisa saísse do campo teórico para a pesquisa empírica de

campo com segurança jurídica e académica. Este rigor metodológico assegura que os discursos analisados através da análise de conteúdo refletem a realidade factual do fenómeno, conferindo à dissertação a seriedade necessária para servir de base a futuras políticas públicas locais. Sem este respaldo institucional, a interpretação da prostituição na adolescência correria o risco de cair no senso comum ou no julgamento moralista.

Ao confrontar os dados obtidos no Huambo com o referencial teórico nacional e internacional, observa-se que a realidade angolana corrobora as teses clássicas sobre a exclusão social.

Os resultados desta pesquisa alinham-se com a perspectiva de autores que discutem a "feminização da pobreza" e a educação como um direito violado. A trajetória de abandono escolar observada no Huambo confirma a teoria de que a prostituição na adolescência é, em última instância, uma falha das instituições de proteção (Estado, Família e Escola). O impacto no desempenho cognitivo, aqui detalhado, encontra eco em estudos que descrevem o trauma como um bloqueador da aprendizagem formal.

Contudo, a pesquisa traz um contributo original ao situar estes conceitos no contexto específico da província do Huambo em 2025. Enquanto a literatura internacional foca muitas vezes em aspetos puramente económicos, os dados desta dissertação revelam que, no contexto angolano, as questões de honra familiar, o estigma religioso e a fragilidade do sistema de assistência municipal são variáveis determinantes que agravam o isolamento destas adolescentes.

Em suma, o que se observa no Huambo é uma "exclusão em cascata": o Desemprego empurra para a pobreza, a pobreza empurra para a prostituição, a prostituição gera o estigma, e o estigma consolida o abandono escolar. Como sugere a literatura crítica sobre educação, sem uma intervenção interseccional que olhe para a raça, classe e género, a escola continuará a ser um espaço de reprodução de desigualdades em vez de um motor de transformação social.

Para terminar, devo convir que, esta dissertação transcende a mera sistematização de dados estatísticos processados pelo SPSS ou a frieza das categorias da análise de conteúdo; ela constitui-se como um manifesto em prol da dignidade das adolescentes do município sede do Huambo. A investigação

demonstrou que a prostituição na adolescência não é uma escolha individual, mas um sintoma de uma arquitetura social falha que expulsa a jovem da escola e a encarcera na sobrevivência imediata.

Ao concluir este trabalho sob a égide da Universidade Estadual Paulista-Câmpus de Marília- Brasil, reafirma-se a missão de que a educação angolana não pode ser cúmplice do silêncio ou do estigma. É imperativo que os resultados aqui expostos provoquem uma ruptura no ciclo da invisibilidade, transformando o ambiente educativo num verdadeiro reduto de proteção e emancipação. Que este estudo sirva, portanto, de bússola para políticas públicas que devolvam a estas jovens o direito de trocar o mercado da exploração pela liberdade do saber, garantindo que o seu percurso escolar seja, finalmente, o motor da sua própria libertação.

REFERÊNCIAS

- AFONSO, Mariana Luciano. **A prostituição de menores**: causas e consequências. Luanda: Universidade Agostinho Neto, 2008.
- ALTMANN Helena, Orientação sexual nos parâmetros curriculares nacionais, Brasil, 2001.
- ANGOLA. **Folha de Informação Rápida do IEA - I Trimestre de 2024**. Luanda: Instituto Nacional de Estatística, 2024. Disponível em: https://www.ine.gov.ao/Arquivos/arquivosCarregados/Carregados/Publicacao_638491847512521068.pdf. Acesso em: 24 nov. 2025.
- ANGOLA. **Relatório Síntese dos Resultados Definitivos do Recenseamento Geral da População e Habitação 2024** (2025a, no texto: ANGOLA, 2025a). Luanda: Instituto Nacional de Estatística, 2025. Disponível em: https://www.ine.gov.ao/Arquivos/arquivosCarregados//Carregados/Publicacao_638992698392651704.pdf. Acesso em: 24 nov. 2025.
- ANGOLA. Ministério da Saúde; Ministério do Planeamento; ICF. **Inquérito de Indicadores Múltiplos e de Saúde em Angola, 2023–2024** (2025c, no texto: ANGOLA, 2025c). Luanda: INE, MINSA, MINPLAN e ICF, 2025. Disponível em: https://www.ine.gov.ao/Arquivos/arquivosCarregados//Carregados/Publicacao_638818795475855073.pdf. Acesso em: 24 nov. 2025.
- ARIÉS Philippe, História Social da Criança e da família, França, 1981
- BARRETO, J. C. R. **A prostituição e os efeitos psicossociais da exclusão social**. 2008. Trabalho apresentado em evento científico. Disponível em: <https://doity.com.br/anais/conexaounifametro2019/trabalho/124077>. Acesso em: 22 out. 2025.
- BERHAN Yifru, O sexo de maior risco é comum entre jovens do sexo masculino e feminino?, Etiópi, 2013
- BOURDIEU Pierre, A economia das trocas simbólicas, França, 1989

BRACONNIER, Alain. et al., **As mil fases da Adolescência**. 1ª edição, editora, Climepsi, Lisboa, 2000, p.197

CABIÉ, Marie Christine et al. **Adolescência e crise familiar**. 1. ed. Rio de Janeiro: Climepsi, 1999.

CARDOSO, Henriques Fernando. **Desemprego e exclusão social**. P.84. Disponível em: <https://www.scribd.com/doc/312164634/desemprego-pdf>. Consultado aos 26 de junho de 2024.

CORREIA, António Mendes et al. **Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira**. Lisboa; Rio de Janeiro: Enciclopédia Limitada, [s.d.]. v. 23, p. 465. CALILE Ricardo, Proteção integral do adolescente, 2003.

COSTA Jurandir Sebastião Freire, O crime do dândi: Abuso de poder e violência na psicanálise, Brasil, 1999

COHEN Jonathan David, Controlo e tomada de decisão, E.U.A, 2002

CARDOSO, Fernando Henriques. **Desemprego e exclusão social**. P.84. Disponível em: <https://www.scribd.com/doc/312164634/desemprego-pdf>. Acesso em: 26 de jun. 2024.

DUTENHEFUER Zila Vander Meer Sanchez, Comportamento de risco sexual entre estudantes do ensino Médio no Brasil, 2013.

EUNICE, Lopes. **O tecto é o céu e o chão é a rua**. Estudo exploratório da prostituição de rua Lobito- perfis, mutações e perspectivas, Litogaia-Artes gráficas Lda, Lisboa, 2010, p.16

FERREIRA Ribeiro et al, Prostituição: Um Olhar jurídico e social, Portugal, 2007

FERNANDO André, O lado sombrio da sobrevivência: A prostituição de crianças e adolescente, Angola, 2024.

FRANÇOISE Heritier, os dois rostos da prostituição, França, 2002

FREIRE Paulo Reglus Neves, Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática Educativa, Brasil, 1996.

GASPAR Maria Dulce, Garotas de Programa, Brasil, 1985

GAMARRA Cláudia, et al, Prostituição de adolescentes: Uma imagem construída na adversidade da sociedade, Brasil, 2005

GAMMER Gérard, A criança e o seu terapeuta: A prática da psicoterapia infantil, França, 2003

GAMARRA, Magna et al. **Prostituição infantojuvenil**: famílias e vulnerabilidades sociais. São Paulo: Cortez, 2005. p. 1–2.

GAMMER Gérard, A criança e o seu terapeuta: A prática da psicoterapia infantil, França, 2003

GAMMER, Calole et al. **Infância, abuso e poder**. São Paulo: Cortez, 2003. p. 111.

GARCIA, Lorel. **Moças de família**: Trajectórias de resistência da prostituição juvenil em áreas rurais e indígena na paraíba p.9 disponível em

1386612801, www.fazendogenero.ufsc.br/.../ARQUIVO.LoreleyGarcia.

Acesso em: 16 jun.2024.

GASPAR, Ana. **Vidas em risco**: prostituição, tráfico e AIDS. Lisboa: Fim de Século, 2001.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 4. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002. p. 185.

GUIMARÃES, Roberto Mendes. **A globalização e o mito do progresso**. 3. ed. Riode Janeiro: Editora Vozes, 2005.

HOFER Roberto Pizarro, La vulnerabilidade social sus desafíos: una mirada desde América Latina, Chile,2001

IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). **A Economia da Angola: da independência à crise mundial de 2008**. *Revista Tempo do Mundo*, [s.l.], n. 112, 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/revistas/index.php/rtm/article/download/112/123>. Acesso em: 24 nov. 2025.

JESUS Garcia, Silêncio e invisibilidade: Em estudo sobre a violência contra mulheres que exercem a prostituição, Angola, 2024

LOREL, Garcia, Moças de família: **Trajectórias de resistência da prostituição juvenil em áreas rurais e indígena na paraíba** p.9 disponível em nº 1386612801, [www.fazendogenero.ufsc.br/.../ARQUIVO-Loreley Garcia](http://www.fazendogenero.ufsc.br/.../ARQUIVO-Loreley_Garcia). Acesso em: 16 de jun. 2024

LUCIANO, Afonso Maria. **Prostituição**: uma história de invisibilidade criminalização e exclusão.p.3 disponível em: www.fazendogenero.ufsc.br/...1386705646 ARQUIVO Mariana Luciano Afonso.pdf Acesso em: 28 de jun. 2024.

LOURO Guacira Lopes, Género, sexualidade e Educação: Uma perspectiva pós estruturalista, Brasil, 10ª edição, 2008, editora vozes. Kaztman Rubén, Vulnerabilidade e estrutura de oportunidades, Argentina, 2001

MANKIW N. Gregory. **Princípios de Macroeconomia**. 3ª edição, editora Compacta, S. Paulo, 2005 p. 305.

MEAD Margaret, Adolescência em Samoa, E.U.A, 1985

MUUSS Rolf Eduard Hemut, Teoria da Adolescência, Alemanha, 1962

MATOS António Sampaio, Adolescência, Portugal, 2012.

MADRUGA Clarice Sandi, II levantamento Nacional de álcool e drogas, Brasil, 2012.

MANKIW Nicholas Gregory, Introdução à Economia, E.U.A, 2005, 3ª edição

ONU NEWS. **Angola enfrenta “desigualdades significativas e condições de vida desafiadoras”**. Publicado em 21 jul. 2024. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2024/07/1834791>. Acesso em: 24 nov. 2025.

OPHI (Oxford Poverty and Human Development Initiative). **Índice de Pobreza Multidimensional de Angola**. Oxford: OPHI, 2020. Disponível em: ophi.org.uk. Acesso em: 24 nov. 2025.

OZELLA Sérgio, Adolescências construídas: A visão da psicologia sócio histórico, 2003

PERES, D. M. **Prazer e sofrimento no trabalho**: uma análise da prostituição. 2002. Tese de Doutorado. Universidade Federal do

Triângulo Mineiro. Uberaba, MG. Disponível em: <https://www.pensaracademico.unifacig.edu.br/index.php/repositorio/tcc/article/download/1697/1311/6452>. Acesso em: 22 out. 2025.

PESTANA, Nelson et al. **Pobreza, água e saneamento básico**. Luanda: Universidade Católica de Angola, Centro de Estudos e Investigação, 2011. p. 9–13.

PETERK, Smith et al. **Compreender o desenvolvimento da criança**. Lisboa: Instituto Piaget, 1998,p.279

PINHEIRO Ana Karina Bezerra, Prostituição: Interface entre saúde e vulnerabilidade, Brasil, 2011

PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). **Relatório do Desenvolvimento Humano 2023-2024**. New York: PNUD, 2024. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/angola/publications/relatorio-do-desenvolvimento-humano-rdh-2023-2024>. Acesso em: 24 nov. 2025.

PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). **Documento do programa do PNUD para Angola 2024-2028**. Genebra: PNUD, 2025. Disponível em: https://www.undp.org/sites/g/files/zskgke326/files/2025-01/cpd_angola_pt.pdf. Acesso em: 24 nov. 2025.

RAMOS, Lígia Maria. **Família e desenvolvimento infantil**: uma abordagem psicossocial. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

RAMOS Maria Natália Pereira, Contextos e problemáticas da infância, 2002

ROBERTS, Mary Louise. **Civilização e prostituição**: as mulheres públicas na história europeia. São Paulo: Contexto, 1993.

SANTOS Boaventura de Sousa, A crítica da razão indolente: Contra o desperdício da experiência, Portugal, 2002.

SAMUESON e W. NORDHAUS. **Economia**, 18ª edição, McGraw, Lisboa, 2005, p.656.

SANTOS, Armindo. **Antropologia geral etnografia etnologia**, Antropologia social. UNIVERSIDADE ABERTA. Lisboa, 2002, p.164-165.

SILVA, Rejane Costa da. **Mundos de mulheres fazendo gênero**: trajetórias escolares de prostitutas – um estudo sobre práticas

educativas. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013.

SMITH Peter Keble, Adolescência: Uma brevíssima introdução, Reino Unido, 1998

SAMULSON Paul Anthony, Economia: Uma análise introdutória, E.U.A

SORELL Tom, Moralidade e violência, Reino Unido, 1998

SUPLICY Marta Teresa Smith de Vasconcelos, Sexo para adolescentes, Brasil, 1999

UFBA. UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. [s.d.]. **RESUMO A prostituição é uma atividade que envolve o....**Disponível em: https://sat.ufba.br/sites/sat.ufba.br/files/resumo_e_abstract_-_luciana.pdf. Acesso em: 22 out. 2025.

VIEIRA Denise Leite et al, Sexualidade: Do prazer ao sofrimento, Brasil, 2013

WORLD BANK (Banco Mundial). **Impulsionar o crescimento com desenvolvimento financeiro inclusivo é crucial para desbloquear os esforços de Angola na redução da pobreza.** Publicado em 25 jul. 2025. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/news/press-release/2025/07/25/boosting-growth-with-inclusive-financial-development-crucial-to-unlock-angola-s-poverty-alleviation-efforts>. Acesso em: 24 novembro de 2025.

ZANELLA Andreia Vieira, Vygotski e o processo de constituição do sujeito, Brasil, 2001.

HOBBS, Thomas. Leviatã ou Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil. Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Nova Cultural,1997.(Coleção Os Pensadores).

APÊNDICE I

ENTREVISTA 1-FUCIONÁRIO SÉNIOR DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO SEDE DO HUAMBO

1. O que tens a nos dizer sobre a problemática da prostituição na adolescência?

É assim, eu como funcionário público desta instituição já quase 25 anos, digo que o município do Huambo sobre a prostituição não foge a regra das outras zonas do país ou mesmo da província em geral. Este fenómeno existe quase na idade de 14,15,16,17 a 28 anos ou mais.

2. O quê que estás em causas das adolescentes se prostituírem?

Bom, o que pude identificar é mesmo a pobreza e porque quando estamos a falar da pobreza estamos no compito geral pois não conseguem dar respostas as necessidades dos filhos ou mesmo dos membros da família, porque onde tem famílias com condições favoráveis é difícil os seus filhos entrarem no mundo da prostituição. Outras causas são as más companhias, porque quando alguém anda com um que bebe também pode beber um dia, e quem anda com gatuno um dia pode também roubar e quem anda com prostituta um dia pode também se prostituir é nesta perpetiva.

3. O que tens a nos dizer acerca das meninas que não estudam?

Sim o tempo livre contribui bastante para a entrada das adolescentes no mundo da prostituição; não só as meninas, mas também todos quando têm muito tempo livre, podem entrar no mundo que podem influenciar para fazer coisas que não contribuem para si nem para a sociedade, também os conflitos nas famílias e a falta de diálogo.

4. Para ti e para a Direção da Administração qual é a solução para que as adolescentes possam sair ou para que o número de adolescentes a se prostituírem possam diminuir?

A Administração está a fazer o seu trabalho, mas a solução não depende da Administração, mas sim do Governo Nacional porque nós recebemos ordens e não podemos fazer nada sem as ordens do Governo Provincial e que este por sua vez recebe as ordens Nacionais. Então não cabe a Administração Municipal correrem com as meninas que têm estado em vários pontos da cidade. E no meu ponto de vista digo que nem todos devem trabalhar porque encontramos muito indivíduo com um nível académico baixo e que não corresponde com a exigência do mercado. Mas as famílias devem ter as mínimas condições para dar aos seus filhos.

APÊNDICE II

ENTREVISTA 2 AO PROFESSOR DO I CICLO DO ENSINO SECUNDÁRIO

1. Senhor Professor, o que tens a nos dizer sobre a problemática da prostituição na adolescência?

Olha bem-vindo a este vosso projeto e estudo ao mesmo tempo, porque este tempo que nós estamos é muito diferente com relação ao tempo passado porque atualmente encontramos várias meninas a se prostituírem, mas quanto a nós professores temos tido não apenas formar o homem novo na ciência, mas também estamos a educar para que este novo homem não caia em tentação.

2. O que tens a nos falares acerca deste assunto sobretudo no que tange as suas causas?

As condições económicas das famílias, a falta de emprego para os pais ou encarregados de educação, baixos salários que não conseguem enfrentar o mercado, isso faz com que algumas famílias indiretamente mandem as suas filhas para se prostituírem, é só para ver que os pais não interrogam as saídas e as entradas das suas filhas e nem perguntam onde tiram o dinheiro para comprar roupas de moda, cabelo, telefones e inclusive os computadores e sustento dos estudos.

3. Sobre a trajetória escolar das Adolescentes que estão no mundo da Prostituição o que tens a nos dizer?

Sabendo que a trajetória escolar é um percurso educacional de um aluno, desde o ingresso até a conclusão, colocando a questão da idade, classes e aprovações ou reprovações devo dizer que onde há pobreza e desemprego dos responsáveis das adolescentes, aí dificilmente teremos boas trajetória escolar porque as mesmas terão dificuldades em diversas área estudantil. Temos algumas alunas que estão no mundo da prostituição, temos notado que o seu percurso académico muitas vezes deixa a desejar porque o foco dela é totalmente diferente, também devo dizer que algumas que conheci nas escolas onde trabalhei, uma vez que o seu trabalho só era aos finais de semana, elas conseguiram triunfar na vida e hoje elas estão numa boa posição social, casaram e constituíram as suas famílias e nunca ouvi se ainda continuam no mesmo mundo ou não. Digo que isso é uma história de superação.

APÊNDICE III

ENTREVISTA 3 AO PROFESSOR DO II CICLO DO ENSINO SECUNDÁRIO

1. Senhor Professor, o que tens a nos dizer sobre a problemática da prostituição na adolescência?

Eu tenho a vos dizer que existem muitos fatores que originam a entrada no mundo da prostituição: Pobreza, desemprego, falta de oportunidades, sobretudo quando estas crianças vejam que não têm condições.

2. O que a escola devia fazer para reduzir o número dessas adolescentes no mundo da prostituição?

Para mim nas escolas, ou seja, o Governo deve construir escolas para que ninguém fique fora do sistema de ensino e aprendizagem, porque o que estamos a ver é de lacrimejar, em algumas localidades do nosso município não há condições para as crianças estudarem. Muitas delas estudam por baixo de árvores, nas capelas das igrejas, nos escombros de algumas salas de aulas de construção artesanal e essas condições das escolas e da pobreza das suas famílias faz com que muitas vezes elas desistam da formação académica, criar emprego porque acho que essas meninas estão na classe baixa, porque a família da classe baixa na nossa realidade Angolana não têm muita coisa para dar aos seus membros e se não bastasse, as nossas famílias têm na sua maioria 6 a 10 agregados familiar, e os mesmos pais ou encarregados de educação não se preocupam para os seus filhos estudarem mas sim fazem com que as filhas ajudem a família.

APÊNDICE IV

ENTREVISTA 4 A DIRETORA DA ESCOLA DO I CICLO DO ENSINO SECUNDÁRIO

1. Senhora diretora, o que tens a nos dizer sobre a prostituição na adolescência e a trajetória escolar dessas adolescentes?

Muitas pessoas têm dito que é a falta das condições. Eu não acho; é mesmo através das próprias meninas e meninos gostarem deste serviço, outra causa que eu posso dizer é que há liberdade, o que leva mesmo a este problema é mesmo os telefones e televisão e que muita coisa antigamente não existia e atualmente existe “um dos problemas é sobretudo aqueles que lutaram para a independência deste País, quanto jovens, mas agora eles já são velhos, muitos têm filhos e estes não encontram a escola ou os estudos para os seus filhos e os mesmos já são velhos, muitos têm filhos e estes não encontram a escola ou estudos porque o pai não trabalha e não ganha e eles não estudaram deveriam ter subsídio para dar aos seus filhos e não tendo este subsídio, as adolescentes entram neste mundo da prostituição e se não tiver alguém que lhe ajuda, não terá saída”.

Agora na questão da trajetória escolar, para mim, falar da trajetória escolar, devo convir que, uma trajetória escolar é definida como a associação de duas variáveis uma que vamos encontrar as idades dos alunos e a que vamos encontrar o nível académico dos mesmos. Nós temos leis que garantem o ensino para todos, mas a sua aplicação é totalmente desigual porque aquelas que não têm mínimas condições dificilmente chegam aos níveis académicos altos porque as escolas muitas delas não são orçamentadas e a direção com a associação de pais e encarregados de educação chegam a um plano de cobranças mensais ou trimestrais para garantir a manutenção e a higiene das nossas escolas. Outro sim, mesmo as escolas orçamentadas tendem também a fazer esta cobrança infelizmente e aí penso eu que a trajetória dessas meninas é totalmente desigual com relação aquelas que os seus pais têm mínimas condições, aqui tenho visto muitas, mas é difícil aconselhar se não tiveres nada para lhes dar, mas algumas se dedicam e lutam para sair dessa vida.

Encontramos uma contradição nas palavras da nossa Quarta e última entrevistada. Primeiro ela coloca a culpabilidade às adolescentes que estão no mundo da prostituição dizendo que *“aquelas meninas gostam desse serviço”*, e depois ela

encontra a causa da entrada das meninas no mundo da prostituição afirmando que “existe no País alguns que lutaram para a independência e que muitos deles estão sem emprego”. Se olharmos nestas palavras, veremos que a nossa Quarta entrevistada queria colocar a culpabilidade às adolescentes que estão no mundo da prostituição, mas quando ela fala de telemóvel e televisão, entendemos que ela se refere a prostituição de elites, a prostituição mais organizada e não a prostituição por subsistência, porque as meninas que fizeram parte do nosso trabalho, estão na prostituição de subsistência e a sua família não tem dinheiro para comprar telefone e nem têm dinheiro para comprar o televisor. Mas também a Diretora depois tira a culpabilidade às adolescentes quando coloca a questão do desemprego de alguns pais e encarregados de educação. No ponto de vista do nosso estudo, a nossa quarta entrevistada, coloca o desemprego de alguns pais como a causa da entrada das adolescentes no mundo da prostituição, porque onde existe desemprego, existe pobreza, e de acordo com a realidade das adolescentes que fizeram parte do nosso trabalho, na sua maior parte vivem com os avós e os mesmos não trabalham, aí está a causa da entrada dessas meninas no mundo da prostituição.

Na questão da trajetória escolar, a nossa última entrevistada, alega que Angola tem a lei do ensino e gratuidade do ensino, mas falha na sua aplicação. Estas palavras nos levam a refletir a questão da pouca importância que o Estado Angolano dá ao Ensino e aprendizagem. Infelizmente não se olha no filho do camponês, do desempregado e dos desfavorecidos. Aí nota-se a exclusão, nota-se a manutenção da desigualdade, dominação, nota-se também a valorização das famílias mais estáveis uma vez que aquelas que não possuem condições económicas e financeiras não conseguem comprar material escolar e nem pagar as participações (mensalidades) existe violência contra os pobres, os necessitados e os desfavorecidos. É difícil as adolescentes que estão no mundo da prostituição terem uma trajetória escolar estável devido a vulnerabilidade aqui se encontram, fruto da inexistência de políticas Inclusivas no setor da educação e não só.

Anexos



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA – UNESP
Faculdade de Filosofia e Ciências – Campus de Marília-Brasil

**QUESTIONÁRIO A SER APLICADO JUNTO ÀS ADOLESCENTES EM
CONTEXTO DE PROSTITUIÇÃO DO MUNICÍPIO SEDE DO HUAMBO**

Este inquérito tem como objetivo recolher dados sobre a pesquisa
**PROSTITUIÇÃO NA ADOLESCÊNCIA E ESCOLARIZAÇÃO DE JOVENS
ANGOLANAS**

, sendo por isso importante que colabore e responda com clareza e sem receio marcando com um X no quadradinho que corresponde a sua resposta. O inquérito é de caráter anónimo pelo que garantimos confidencialidade das respostas assim como, a destruição dos mesmos depois de serem tratados. Muito obrigado.

1. Perfil

1.1 Quantos anos tens? _____

1.2 Com quem vive?

☐

Com os pais

☐

Só com o pai/mãe

☐

Com tios

Outros. Responda com quem:

2. Em relação à questão do emprego e desemprego dos pais ou encarregados de sua educação:

2.1 Os seus pais trabalham?

☐ Sim ☐ Não

2.2 O que faz o seu encarregado de educação?

☐ Professor (a) ☐ Enfermeiro (a) ☐ Policial

☐ Doméstica ☐ Comerciante

Outra: _____

3. Qual é o nível académico dos seus pais?

☐ Ensino primário ☐ I Ciclo ☐ II Ciclo

Outro: _____

4. Você frequenta instituição de ensino?

☐ Sim ☐ Não

4.1 Se sim, diga o nível académico:

☐ Ensino primário ☐ I ciclo ☐ II ciclo

Outro: _____

4.2 Se não diga o porquê:

☐ Falta de apoio familiar ☐ Não consegui a matrícula

☐ Falta de acompanhamento dos pais

☐ Necessidade de trabalho/renda

4.3 Se estudas num colégio privado, diga quem paga a sua mensalidade.

☐ Eu própria ☐ Meus pais ☐ Outros familiares ☐ O namorado

5. Tens amigas que trabalham na hospedaria?

☐ Muitas ☐ Poucas ☐ Nenhuma

5.1 Tens saído com as suas amigas a rua ou hospedarias?

☐ Sempre ☐ Algumas vezes ☐ Nunca

5.2 Quais são os dias que mais fica na rua ou na hospedaria?

☐ Todos os dias ☐ Segunda a sexta-feira ☐ Fim de semana

☐ Aos sábados ☐ Aos Domingos

6. Quanto é que cobram por encontro com um parceiro?

☐ 1000 /2000 (equivalente a 5,88 R\$/ 11,76 R\$).

☐ 2500/4000 (equivalente a 14,36R\$/ 23,03R\$)

Outro: _____

6.1.Quanto é que cobras por um encontro de uma noite?

☐ 5000KZ (equivalente a R\$ 29,41)

☐ 7500KZ (equivalente a R\$ 44,10)

☐ 10.000KZ (equivalente a R\$ 58,82)

Outro: _____

7. Quantas relações com parceiros diferentes podes ter numa noite?

☐ Duas ☐ Três ☐ Quatro

☐ Cinco ☐ Seis

7.1 Os clientes aceitam fazer o uso da camisinha?

☐ Sempre ☐ Algumas vezes ☐ Nunca

7.2 Onde geralmente mantem os encontros com os parceiros?

☐ Na hospedaria ou Pensão ☐ Na casa dos clientes

☐ No nosso quarto ☐ No beco da rua

8.O que fazes com o dinheiro que ganhas?

☐ Sustento o meu filho/filhos ☐ Ajudo a minha família

☐ Pago os meus estudos ☐ Comprro roupa e outros bens

9.Se tivesses um emprego que possam pagar bem, continuarias fazer o mesmo trabalho?

☐ Sim ☐ Não ☐ Talvez

10.Como se sente depois depois do encontro com um parceiro?

☐ Muito bem ☐ Bem ☐ Mal

☐ Muito mal ☐ Normal



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS – CÂMPUS DE MARÍLIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Guia de entrevista do Funcionário Sênior da Administração Municipal do Huambo, da Diretora da Escola do Ensino Secundário (1º Ciclo) e dos dois Professores do primeiro e do Segundo ciclo do Ensino Secundário do município sede do Huambo.

Esta entrevista tem como objetivo recolher dados sobre a problemática da prostituição na adolescência de 14 a 17 anos e a trajetória escolar: Estudo de caso município sede do Huambo; A entrevista é de caráter anónimo pelo que garantimos confidencialidade das respostas assim como a destruição dos mesmos depois de serem tratados. O nosso muito Obrigado.

Tema

O QUE SE PODE FALAR SOBRE A PROBLEMÁTICA DA PROSTITUIÇÃO NA ADOLESCÊNCIA E A SUA TRAJETÓRIA ESCOLAR:

O Nosso muito Obrigado!

